

DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES

Municípios deste Território:

Afonso Cláudio
Alfredo Chaves
Brejetuba
Castelo
Conceição do Castelo
Domingos Martins
Marechal Floriano
Santa Leopoldina
Santa Maria de Jetibá
Santa Teresa
Vargem Alta
Venda Nova do Imigrante
Viana

AGRADECIMENTOS

Este diagnóstico, constitui os resultados das pesquisas realizadas durante os dois anos de execução da meta 01 do Contrato de repasse 026456717/2008 celebrado entre MDA/CAIXA/FETAES, dentro do “Programa PRONAT” e mostra os esforços empregados na busca de um melhor entendimento do cenário da agricultura familiar no Território Montanhas e Águas, visando a implementação de políticas públicas para o setor de forma mais adequadas á realidade dos agricultores e agricultoras familiares da região.

Durante estes dois anos, muitos agricultores, entidades públicas e privadas estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, com a execução do presente trabalho. Gostaríamos de agradecer a cada um destes segmentos e oferecer-lhes o resultado do nosso trabalho como forma de gratidão.

Gostaríamos de agradecer, inicialmente e prioritariamente, aos agricultores e agricultoras familiares envolvidos e suas organizações representativas por estarem à disposição para nos atender da melhor maneira possível, como é de costume destes, que são os protagonistas do desenvolvimento da agropecuária capixaba e nacional.

Ao Conselho do Território Montanhas e Águas, pelo apoio e confiança, os quais não seriam possíveis a efetivação do presente trabalho. Municinando-nos de dados e apoiando através de suas representações municipais na mobilização dos agentes necessários para o levantamento dos dados presentes no relatório final do diagnóstico.

À FETAES – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo, por depositar confiança na capacidade técnica e gerencial da ORGÂNICA CONSULTORIA Ltda, no cumprimento do desafio apresentado.

Aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios envolvidos, pelo apoio na mobilização, coleta de dados e na resolução dos imprevistos que enfrentamos.

Ao mobilizador e liderança do Território Montanhas e Águas, Pedro Vill, que apoiou incondicionalmente as ações, sem as quais não seria possível a realização e sucesso do presente trabalho.

EQUIPE EXECUTIVA.

À convite da FETAES e do Conselho do Território Montanhas e Águas, a Orgânica Consultoria Ltda, compôs a equipe técnica para a execução do presente trabalho. A Orgânica Consultoria, com sede no município de Santa Maria de Jetibá, é uma empresa criada em 2007, composta por profissionais experientes e altamente qualificados em diversas áreas de atuação, tendo o compromisso com o desenvolvimento sustentado da sociedade e responsabilidade ambiental estabelecidos em sua missão: Promover o desenvolvimento equilibrado da sociedade por meio do conhecimento e de soluções tecnológicas, visando a satisfação e relação duradoura com os clientes e parceiros para o desenvolvimento econômico com conservação dos recursos naturais.

Consultor Coordenador - Victor dos Santos Rossi – Engenheiro Agrônomo – Orgânica Consultoria LTDA.

Consultor Coordenador - Philipe Souza Müller – Analista de Sistemas – Orgânica Consultoria LTDA.

Consultor Técnico - Hélio Orlando Meneguelli – Engenheiro Agrônomo – Orgânica Consultoria LTDA

COLABORADOR

Marcus Vinícius Sossai Berger – Biólogo, Msc. Eng. Ambiental – Berger Brüder - Consultoria em Saúde e Soluções Ambientais.

SUMÁRIO

Lista de Siglas	VIII
Lista de Figuras	X
Lista de Gráficos	X
Lista de Tabelas	XI
O TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS	15
PARTE I - DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES – DADOS GERAIS	20
1. MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO	20
2. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO	21
3. ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO:	21
4. DADOS GERAIS DO DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES	22
PARTE II – DADOS SECUNDÁRIOS DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES	26
5. APRESENTAÇÃO	26
6. ASPECTOS SOCIAIS	27
6.1 Demografia	27
6.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano	28
6.2 Mercado de trabalho e renda	30
6.3 Saúde e saneamento	32
6.4 Educação	39
6.5 Assentamentos agrícolas no Território Montanhas e Águas	42
6.6 Aspectos fundiários dos municípios do Território	43
6.7 Estrutura fundiária	50
7. ASPECTOS ECONÔMICOS	51
7.1 Produto Interno Bruto	51
7.2 Investimentos Públicos Municipais	52

7.3	Setores produtivos e mercados.....	58
7.4	Pecuária.....	62
7.5	Cafeicultura.....	67
7.6	Agricultura Orgânica.....	69
7.7	Acesso a crédito.....	69
8.	ASPECTOS AMBIENTAIS.....	71
8.1	Recursos naturais.....	71
8.1.1	Solo, Relevo e Clima.....	71
8.1.2	Vegetação.....	72
8.1.3	Recursos Hídricos.....	75
8.2	Preservação ambiental.....	76
8.2.1	Índice de Desmatamento.....	76
8.2.2	Unidades de Conservação.....	77
8.3	Utilização energética dos recursos naturais.....	78
8.3.1	Aproveitamento Hidroelétrico.....	78
9.	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	82
9.1	Políticas públicas estaduais.....	82
9.1.1	Programas e políticas públicas coordenadas pela Secretaria de Estadual da Agricultura, aquicultura, pecuária e pesca.....	82
9.1.1.1	Projeto SIC - Agricultura em Movimento.....	82
9.1.1.2	Programa de Mecanização e Beneficiamento de Grãos.....	82
9.1.1.3	Programa de Unidades de Conservação.....	83
9.1.1.4	Caminhos do Campo.....	83
9.1.1.5	Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas.....	85
9.1.1.6	Pronaf Capixaba.....	87
9.1.2	Programas e Políticas Públicas e Coordenados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	88

9.1.2.1	Corredores ecológicos	88
9.1.2.2	Espírito Santo sem lixo	90
9.1.2.3	Programa Extensão Ambiental.....	93
9.1.2.4	Gestão Ambiental Municipal.....	94
9.1.2.5	Produtores de Água.....	95
9.1.2.6	Projeto Florestas para a Vida	96
9.1.3	Programas e Projetos Coordenados pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho do Espírito Santo	97
9.1.3.1	Qualificação Social e Profissional	97
9.1.3.2	Nosso Crédito	98
9.1.3.3	Desenvolvimento Social, Local e Regional Sustentável - ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	98
9.2	Políticas Públicas Federais	100
9.2.1	Programas e Projetos coordenados pelo MDA.....	100
9.2.1.1	Programa de Aquisição de Alimentos	100
9.2.1.2	Arca das Letras	101
9.2.1.3	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	102
9.2.1.4	Linhas de crédito do Pronaf	102
9.2.1.4.1	Custeio.....	103
9.2.1.4.2	Investimento	103
9.2.1.4.3	Pronaf Agroindústria	103
9.2.1.4.4	Pronaf Agroecologia.....	103
9.2.1.4.5	Pronaf Eco	103
9.2.1.4.6	Pronaf Floresta	103
9.2.1.4.7	Pronaf Semi-Árido	104
9.2.1.4.8	Pronaf Mulher	104

9.2.1.4.9	Pronaf Jovem.....	104
9.2.1.4.10	Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	104
9.2.1.4.11	Pronaf Cota-Parte.....	104
9.2.1.4.12	Microcrédito Rural	104
9.2.1.4.13	Pronaf Mais Alimentos.....	105
9.2.1.5	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat)	105
9.2.1.6	Programa Nacional de Crédito Fundiário	106
9.2.2	Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar – MDA/MEC.....	106
10.	OBRAS CITADAS	108
PARTE III - RESULTADOS APONTADOS POR MUNICÍPIO SEGUNDO O DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES.....		110
1.	AFONSO CLÁUDIO:	110
2.	ALFREDO CHAVES.....	117
3.	BREJETUBA	124
4.	CASTELO	132
5.	CONCEIÇÃO DO CASTELO	140
6.	DOMINGOS MARTINS	148
7.	MARECHAL FLORIANO	156
8.	SANTA LEOPOLDINA	164
9.	SANTA TERESA.....	172
10.	SANTA MARIA DE JETIBÁ	180
11.	VARGEM ALTA.....	185
12.	VENDA NOVA DO IMIGRANTE.....	193
13.	VIANA.....	201
14.	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O DIANÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES.	206

LISTA DE SIGLAS

Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER
Banco Central do Brasil	BCB
Banco de Áreas para Recuperação Florestal no Estado do Espírito Santo	BARFES
Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café	CETCAF
Classificação Nacional de Atividades Econômicas	CNAE
Comissão Especial de Gestão Ambiental Municipal	CEGAM
Companhia Espírito Santense de Saneamento	CESAN
Conselho Estadual de Meio Ambiente	CONSEMA
Conselho Nacional do Meio Ambiente	CONAMA
Declaração de Aptidão ao Pronaf	DAP
Escola Família Agrícola	EFA
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do ES	FETAES
Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação	FNDE
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	IDH-M
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	INCAPER
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES	IDAF
Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica	IPEMA
Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	IEMA
Instituto Jones dos Santos Neves	IJSN
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
Ministério do Desenvolvimento Agrário	MDA
Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	MDS
Orçamento Geral da União	OGU
Produto Interno Bruto	PIB
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Programa de Aquisição de Alimentos	PAA
Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Pronat
Programa Nacional de Alimentação Escolar	PNAE
Programa Nacional de Crédito Fundiário	PNCF
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF
Região Metropolitana da Grande Vitória	RMGV
Resíduos Sólidos Urbanos	RSU
Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo	SEAG
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - MDA	SDT
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho	SECTTI
Secretaria Estadual de Educação	SEDU
Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	SEAMA
Secretarias de Estado da Fazenda	SEFAZ

Secretarias de Estado de Desenvolvimento
Secretarias de Estado de Desenvolvimento Urbano
Serviço de Informação ao Cidadão
Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Sistema Nacional do Meio Ambiente

SEDES
SEDURB
SIC
STR
SISNAMA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formações Fitoecológicas do Estado do Espírito Santo, de acordo com IBGE (1987).75

Figura 2 Distribuição Espacial dos Lixões no Espírito Santo. Fonte IEMA.....92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil do público nas oficinas:22

Gráfico 2 - Identificação do conhecimento dos agricultores sobre o Território22

Gráfico 3 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no Território Montanhas e águas.....23

Gráfico 4 - O gráfico aponta a relação entre as organizações e sua representatividade com os agricultores em todos os municípios do Território, incluindo o % de participação na vida ativa do agricultor familiar.....23

Gráfico 5 - Identificação de projetos ou atividades desenvolvidas pelo Território Montanhas e Águas no seu município ou fora dele.....24

Gráfico 6 - Identificação de ações ou atividades que ainda não foram trabalhadas, mas que são importantes para desenvolver o município ou região.....24

Gráfico 7 - Identificação do que poderia ser feito para a melhoria das ações do Território no fortalecimento da agricultura Familiar.25

Gráfico 8 - Comparativo entre as médias de analfabetismo funcional dos municípios com a média do Território Montanhas e Águas no ano de 2000.....42

Gráfico 9 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Afonso Cláudio.....111

Gráfico 10 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Alfredo Chaves.....117

Gráfico 11 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Brejetuba.....124

Gráfico 12 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Castelo.....132

Gráfico 13 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Conceição do Castelo.140

Gráfico 14 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores de Domingos Martins148

Gráfico 15 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Marechal Floriano.	156
Gráfico 16 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Santa Leopoldina.	165
Gráfico 17 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Santa Teresa.....	172
Gráfico 18 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Santa Maria de Jetibá.	180
Gráfico 19 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Vargem Alta.	185
Gráfico 20 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Venda Nova do Imigrante.	193
Gráfico 21 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Viana.	201

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demografia dos municípios do Território Montanhas e Águas organizados segundo a população rural.	27
Tabela 2 – Proporção da população rural e urbana nos municípios do Território Montanhas e Águas.	28
Tabela 3 – Demografia do Território Montanhas e Águas e do Estado do Espírito Santo.	28
Tabela 4 – IDH-M Calculado para os municípios capixabas no ano de 2000 pelo PNUD.	29
Tabela 5 - Saldo de Admitidos e Desligados no Ano em que a movimentação foi declarada e saldo de empregos formais no período.	30
Tabela 6 – População ocupada por CNAE segundo Censo 2000 IBGE, seleção dos dados para o CNAE agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.	31
Tabela 7 – Quantidade de leitos pelo SUS disponíveis nos municípios do Território Montanhas e Águas no ano de 2009.....	32
Tabela 8 - Tipo de destino do lixo dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio no Território Montanhas e Águas.	34
Tabela 9 - Formas de esgotamento sanitário dos domicílios particulares permanentes nos municípios do Território Montanhas e Águas.....	36

Tabela 10 – Taxa de analfabetismo funcional nos municípios do Território Montanhas e Águas.	39
Tabela 11 – Identificação dos assentamentos agrários no Território Montanhas e Águas e suas dimensões.	42
Tabela 12 – Fase de desenvolvimento dos assentamentos do Território Montanhas e Águas e informações sobre sua criação e forma de obtenção.	42
Tabela 13 – Aspectos fundiários dos municípios: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves e Brejetuba.	43
Tabela 14 - Aspectos fundiários dos municípios: Castelo, Conceição do Castelo e Domingos Martins.	44
Tabela 15 - Aspectos fundiários dos municípios: Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.	46
Tabela 16 - Aspectos fundiários dos municípios: Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana.	47
Tabela 17 - Aspectos fundiários do Território Montanhas e Águas.	49
Tabela 18 – Estrutura fundiária dos municípios do Território Montanhas e Águas segundo dados de 2009 do INCRA.	51
Tabela 19 - Participação dos Municípios do Território Montanhas e Águas no PIB Estadual - 1999 a 2008.	51
Tabela 20 - Participação do Território Montanhas e Águas no PIB Estadual - 1999 a 2008.	52
Tabela 21 – Despesas por função dos municípios do Território Montanhas e Águas.	53
Tabela 22 - Valor da Produção Agrícola em moeda corrente dos municípios do Território Montanhas e Águas.	59
Tabela 23 - Valor da Produção Agrícola em moeda corrente do Território Montanhas e Águas e do Estado do Espírito Santo segundo Censo Agropecuário 2006 IBGE. .	60
Tabela 24 – Volume de negócios com produtos Hortifrutigranjeiros realizados em 2010 no CEASA Cariacica e representação percentual dos produtos principais.	61
Tabela 25 - Volume de negócios com produtos Hortifrutigranjeiros realizados em 2010 no CEASA Cariacica, representatividade do Território Montanhas e Águas com o Estado do Espírito Santo.	62
Tabela 26 – Dados da Pecuária dos municípios: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba e Castelo.	62

Tabela 27 - Dados da Pecuária dos municípios: Conceição do Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano.	64
Tabela 28 - Dados da Pecuária dos municípios: Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.	65
Tabela 29 - Dados da Pecuária dos municípios: Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana.	66
Tabela 30 - Dados da Pecuária do Território Montanhas e Águas.....	67
Tabela 31 – Municípios produtores de café Conilon no Território Montanhas e Águas, áreas e rendimento.	68
Tabela 32 - Municípios produtores de café Arábica no Território Montanhas e Águas, áreas e rendimento.	68
Tabela 33 - Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF no ano de 2010.	69
Tabela 34 - Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF no ano de 2010, comparativo entre o Território Montanhas e Águas e o Estado do Espírito Santo.	70
Tabela 35 – Quantidade de Contratos firmados via PRONAF, total de DAP por município e razão Contrato/DAP para os municípios do Território Montanhas e Águas.	70
Tabela 36 – Avaliação do relevos e tipos de solos ocorrentes nos municípios do Território Montanhas e Águas.	71
Tabela 37 – Legenda da Avaliação de Relevo	71
Tabela 38 – Legenda dos tipos de solos quanto a suas características físico-químicas	72
Tabela 39 – Percentual da vegetação atual/original da Mata Atlântica nos municípios do Território Montanhas e Águas.	77
Tabela 40 – Unidades de Conservação ambiental por município do Território Montanhas e Águas.	77
Tabela 41 – Geração de energia hidroelétrica nos município do Território Montanhas e Águas e demais municípios capixabas.	78
Tabela 42 – Comparativo das gerações hidroelétricas no Território Montanhas e Águas e demais municípios capixabas.	80
Tabela 43 – Lista de municípios do Território Montanhas e Águas beneficiados pelo Programa Caminhos do Campo da SEAG.	84

Tabela 44 – Extensão asfáltica que o projeto Caminhos do Campo instalou no território Montanhas e Águas e sua representação percentual em relação a extensão total.	85
Tabela 45 – Analise dos desafios enfrentados pelos entidades representativas dos agricultores de Afonso Cláudio.....	111
Tabela 46 - Analise dos desafios enfrentados pelos entidades representativas dos agricultores de Alfredo Chaves.	118
Tabela 47 - Analise dos desafios enfrentados pelos entidades representativas dos agricultores de Brejetuba.	125
Tabela 48 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Castelo.....	133
Tabela 49 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Conceição do Castelo.....	141
Tabela 50 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Domingos Martins.	148
Tabela 51 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Marechal Floriano.	157
Tabela 52 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Santa Leopoldina.	166
Tabela 53 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Santa Teresa.	173
Tabela 54 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Santa Maria de Jetibá.	181
Tabela 55 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Vargem Alta.	186
Tabela 56 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Venda Nova do Imigrante.	193
Tabela 57 - Analise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Viana.....	202

O TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS

A sociedade brasileira ao longo dos anos vem reivindicando políticas públicas que considerem que o rural não se resume ao agrícola, sendo muito mais do que um setor econômico. Era preciso também ver o país não como um todo homogêneo, mas com suas especificidades e particularidades locais, que gerassem ações descentralizadas, com enfoque sistêmico, permitindo atingir os objetivos esperados do desenvolvimento sustentável. O Ministério de Desenvolvimento Agrário diante da realidade redefiniu o enfoque do planejamento para âmbito territorial, observando que se torna fundamental levar em conta todas as dimensões da sustentabilidade: econômica, social, ambiental e política.

De acordo com experiências existentes, ficou patente que a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando promover o desenvolvimento, da mesma forma que a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser consideradas. Concluiu-se, então que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que favorecem a solidariedade e a cooperação, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado, almejando o compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma base sólida para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social. Na verdade, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque fracionado das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a questão espacial entre o rural/urbano ou o campo/cidade.

Essa nova visão de planejamento do desenvolvimento rural territorial, parte da necessidade de articulação das políticas públicas, da formação de parcerias, de forma a viabilizar a implementação e execução de ações de desenvolvimento sustentável para o meio rural, potencializando resultados e reduzindo impactos negativos ou desperdícios. Onde o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da mobilização dos agentes locais para alcançar objetivos almejados, com conhecimento da realidade existente, proporcionando os meios para vivenciar o desenvolvimento sustentável.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS é um instrumento construído participativamente, para facilitar implementações de políticas públicas visando o desenvolvimento territorial. Ele é entendido como um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas visando ao desenvolvimento sustentável nos territórios, nas decisões tomadas no processo dinâmico de planejamento participativo.

O PTDRS do território Montanhas e Águas do Espírito Santo foi construído durante as oficinas realizadas em Alfredo Chaves e Afonso Cláudio, além de oficinas realizadas com a Equipe Técnica e Órgão Gestor, conforme deliberação do Colegiado. É abrangente e integra uma visão ampliada do território, projetando as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial, tornando-se um instrumento que auxilie na gestão social e que permita aos atores sociais e ao Estado negociar com todas as instâncias a viabilização das ações projetadas.

TRAJETÓRIA DO TERRITÓRIO

O Território das Montanhas e Águas do Espírito Santo foi construído a partir da possibilidade do reconhecimento de mais um ou dois territórios no Estado do Espírito Santo pelo MDA. Em 2005, um grupo de sindicalistas e de técnicos do INCAPER convocou uma reunião entre todos os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e todos os escritórios do INCAPER da Região Centro-Serrana do Estado, onde foi definido que o grupo presente articularia os atores sociais para construir um território forte e organizado. Foi também definido nesta reunião que o primeiro passo seria convidar as prefeituras, através de suas Secretarias Municipais de Agropecuária e Prefeitos, dos municípios envolvidos, já que estes são parceiros importantes para a construção do território.

Aconteceu então uma reunião conjunta dos escritórios do INCAPER, dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, das Prefeituras Municipais e sociedade Civil organizada, onde estiveram presentes representantes de todos os municípios convidados e foi eleita uma comissão para redigir a apresentação da proposta de

criação do Território para encaminhar ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Espírito Santo CEDRS. Para subsidiar a comissão eleita na elaboração do documento, foram identificados os principais pontos comuns dos municípios envolvidos que eram: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante.

No dia 06/12/2005 foram apresentadas duas propostas de criação de Território, Centro Serrano e Linhares, ao CEDRS que percebendo que as duas propostas eram consistentes, homologaram-nas e encaminharam-nas para apreciação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA que as aprovou.

Acredita-se que o que credenciou o Território Centro Serrano perante o CEDRS foi: importância dos recursos naturais existentes; identidade cultural; estrutura fundiária com grande concentração da agricultura familiar nos doze municípios; e grande articulação e parcerias já existentes no Território, o que garante grande capital social.

Com a aprovação da SDT/MDA foi possível iniciar os trabalhos de articulação e montagem do território com apoio financeiro e assessoria do MDA. Foram então realizadas três oficinas territoriais em Domingos Martins, Marechal Floriano e Alfredo Chaves, com participação de todos os atores sociais envolvidos onde foi elaborado um pré-diagnóstico, trabalhada a identidade, missão e a visão de futuro, definidos os eixos temáticos, aprovado o regimento interno, nova denominação, definidas as representações no colegiado, o articulador, o grupo gestor e o núcleo técnico do território, além de outros encaminhamentos.

Durante a oficina que ocorreu em Matilde no Município de Alfredo Chaves no dia 11 de dezembro de 2006, o território Centro Serrano, pela sua identidade, passa a ser denominado Território das Montanhas e Águas do Espírito Santo e seu colegiado é formalmente constituído conforme os preceitos do MDA.

Em março de 2007, na oficina realizada em Afonso Cláudio, o município de Viana apresentou a justificativa para sua inclusão no território e a mesma foi aprovada,

passando assim, o Território das Montanhas e Águas do Espírito Santo contar com 13 municípios.

CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

Nas oficinas realizadas em Domingos Martins e Alfredo Chaves, contando com a participação de representantes dos municípios e convidados da SDT, aconteceu um alinhamento conceitual sobre território, territorialidade e identidade territorial. Foram feitos trabalhos em grupos com os participantes que identificaram como identidade do Território na época denominado Centro Serrano:

- Os recursos hídricos e ambientais.
- O solo, o clima e relevo da região;
- O cultivo do café de montanha de qualidade;
- A produção de hortifrutigranjeiros;
- A cultura (festas, religião, hábitos, crenças);
- A predominância da agricultura familiar;
- O agroturismo, agroindústrias e artesanato;
- A estrutura fundiária;
- A colonização européia;
- Grande capital social.

Do resultado desta identidade trabalhada, aconteceu a nova denominação do território, que passou a se chamar Território das Montanhas e Águas do Espírito Santo.

MISSÃO

Promover e fortalecer ações que propiciem a sustentabilidade da família rural, estimulando e apoiando espaços de produção, comercialização e atuação dos atores sociais, democratizando a gestão pela participação efetiva dos agricultores

familiares e de suas formas de representação no âmbito local e territorial, além de valorizar a educação do campo como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar.

VISÃO

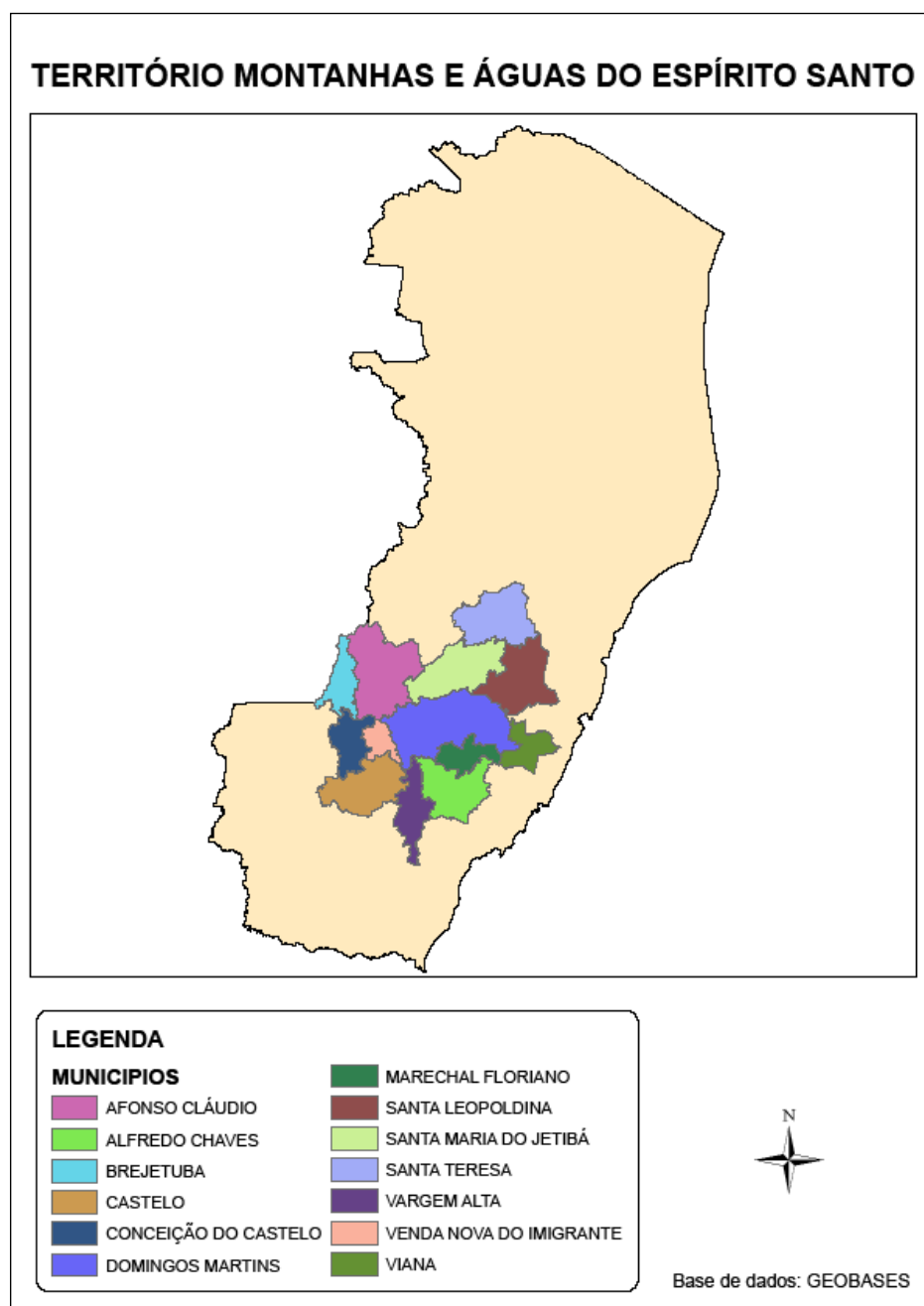
A região do Território das Montanhas e Águas do Espírito Santo está situada entre as mais desenvolvidas do país, baseada na diversificação e qualificação dos produtos regionais e suas cadeias produtivas, estreitamente associadas à valorização dos recursos existentes, em particular os ambientais, culturais e turísticos, com integração de todos os setores da sociedade e educação do campo fortalecida e continuada, garantindo o desenvolvimento sustentável economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo e a permanência da família no meio rural com qualidade de vida e reconhecimento social.

Fonte: (PTDRS - Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável).

PARTE I - DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES – DADOS GERAIS.

1. MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO

Fazem parte do Território Montanhas e Águas: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana, como mostra o mapa a seguir.



2. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO

Identificar as relações entre os grupos organizados como as Cooperativas, associações, entidades representativas, o público alvo do MDA (Assentados, mulheres, jovens, pescadores, quilombolas, agricultores familiares, meeiros e parceiros) e o nível de acesso deste público aos programas do governo federal.

Além disso, este diagnóstico tem como objetivo subsidiar o plano territorial para elaboração de projetos a serem implantados no território, realizar o levantamento das informações referentes ao atendimento das demandas da agricultura familiar pelas entidades de apoio, a capilaridade e resultados dos projetos desenvolvidos nos municípios.

3. ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO DIAGNÓSTICO:

A execução do diagnóstico do Território Montanhas e Águas do ES, foi dividida em etapas, são elas:

- Apresentação da metodologia e aprovação do colegiado do Território;
- Levantamento dos dados secundários;
- Entrevistas semi-estruturadas com entidades ligadas aos agricultores;
- Realização de oficinas com os agricultores nos municípios do Território;
- Validação dos dados levantados pelo conselho territorial.

Para a realização das etapas descritas, houve a necessidade da mobilização dos parceiros locais, que organizaram as agendas, mobilizaram o público e deram o suporte necessário na realização deste trabalho.

4. DADOS GERAIS DO DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES

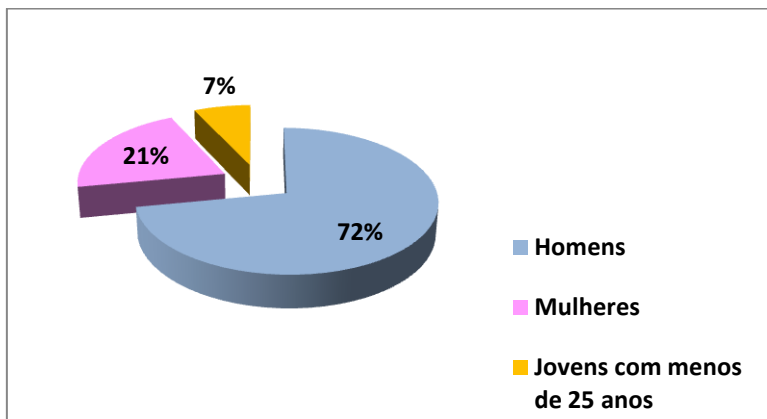


Gráfico 1 - Perfil do público nas oficinas:

O gráfico 01 mostra o perfil médio do público em todas as oficinas realizadas com os agricultores familiares, considerando que em alguns municípios estes números sofreram variações. Cerca de 1200 agricultores tiveram participação nas oficinas realizadas no Território.

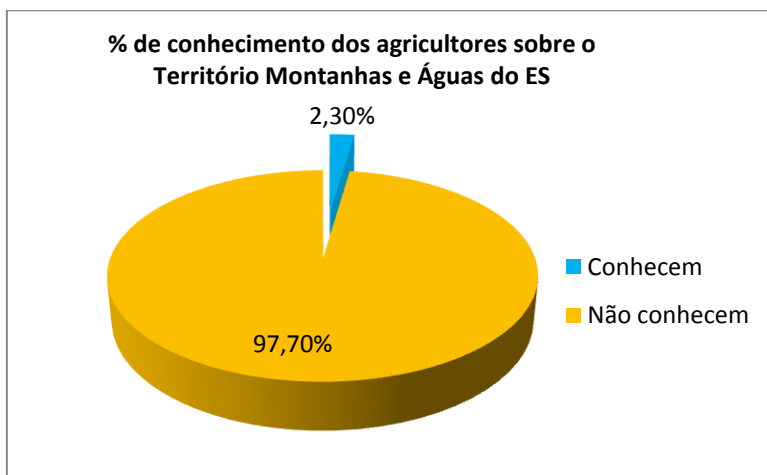


Gráfico 2 - Identificação do conhecimento dos agricultores sobre o Território

O gráfico 02 acima mostra o (%) de agricultores que possuem algum conhecimento sobre o Território Montanhas e Águas do ES, este percentual se manteve praticamente o mesmo durante todas as oficinas realizadas.

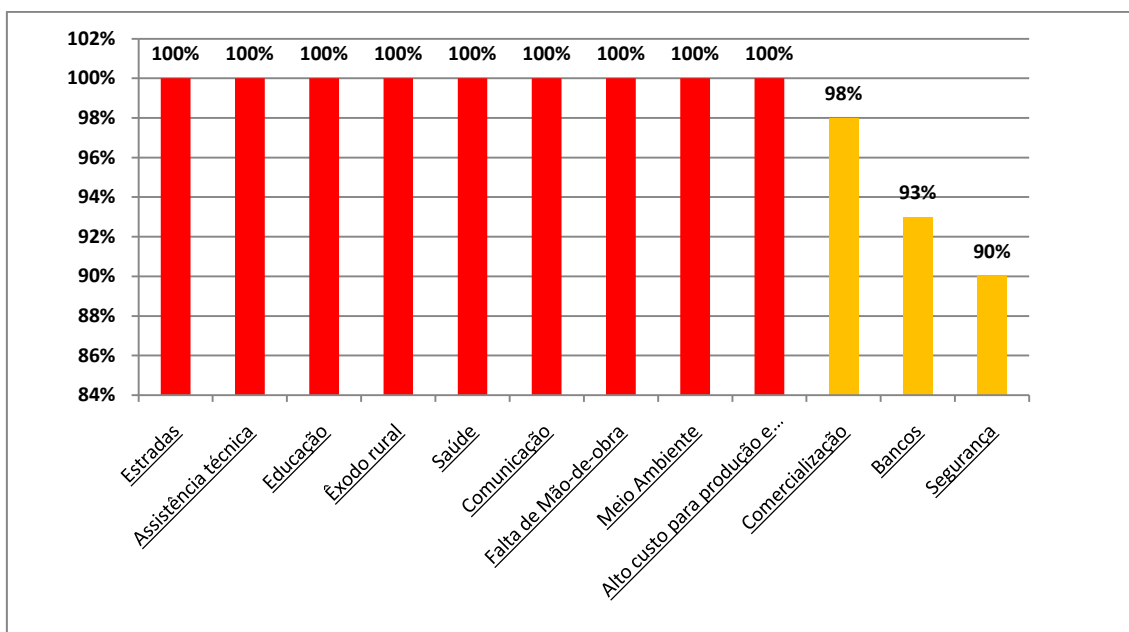


Gráfico 3 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no Território Montanhas e águas.

O gráfico acima mostra que os problemas mencionados pelo público alvo do MDA como; **Estradas, assistência técnica, educação, êxodo rural, saúde, comunicação, falta de mão de obra, meio ambiente e alto custo para produção e manutenção das lavouras**, são problemas que foram apontados em todas as oficinas realizadas no Território.

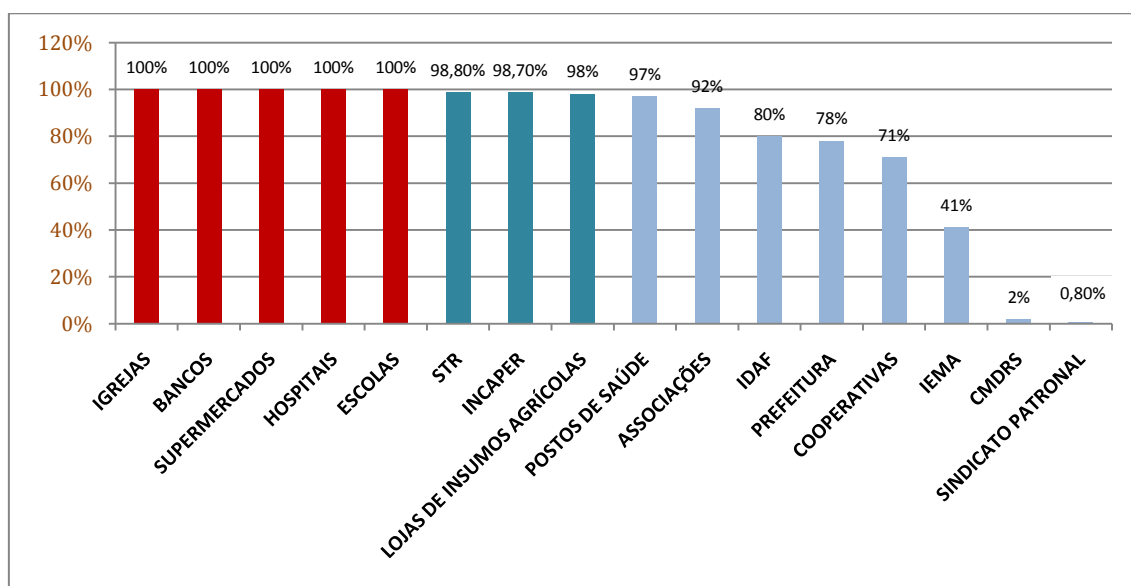


Gráfico 4 - O gráfico aponta a relação entre as organizações e sua representatividade com os agricultores em todos os municípios do Território, incluindo o % de participação na vida ativa do agricultor familiar.

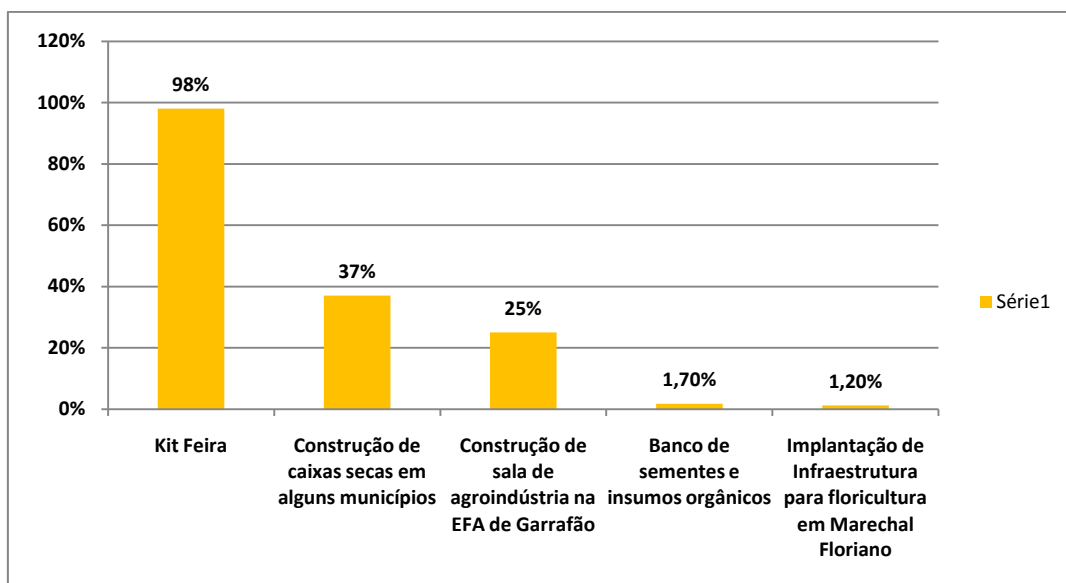


Gráfico 5 - Identificação de projetos ou atividades desenvolvidas pelo Território Montanhas e Águas no seu município ou fora dele

O gráfico acima aponta o conhecimento por parte dos agricultores com relação aos projetos ou atividades desenvolvidas pelo território dentro ou fora do seu município, em destaque o projeto de aquisição do Kit Feira, onde teve maior destaque por parte dos agricultores.

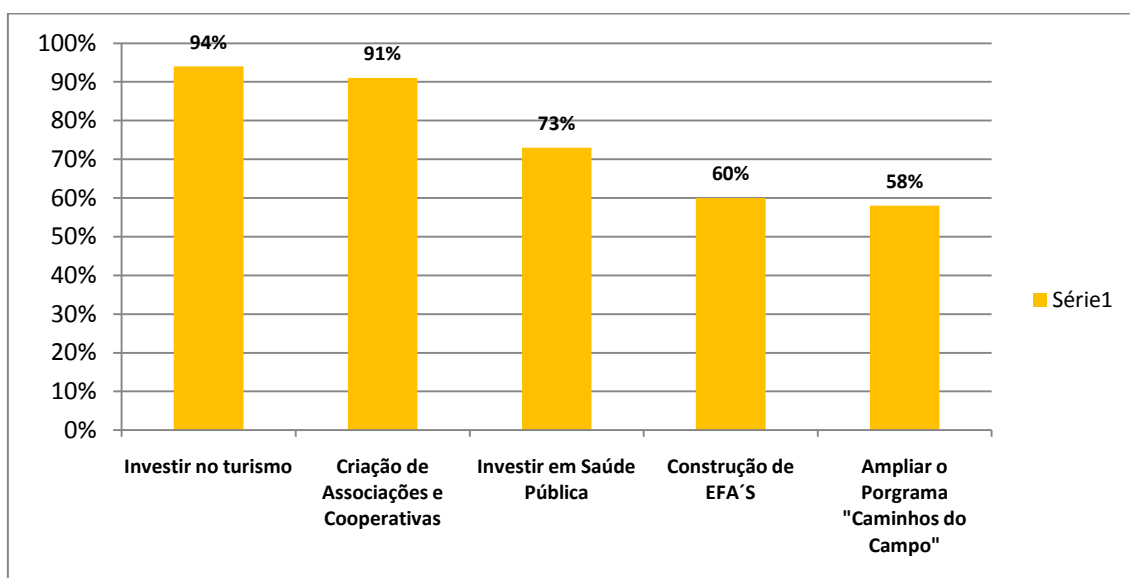


Gráfico 6 - Identificação de ações ou atividades que ainda não foram trabalhadas, mas que são importantes para desenvolver o município ou região

Estes números mostram uma realidade de todos os municípios do Território, por apresentarem uma grande vocação para o turismo, mas que também enfrentam grandes desafios para melhoria na qualidade de vida do agricultor.

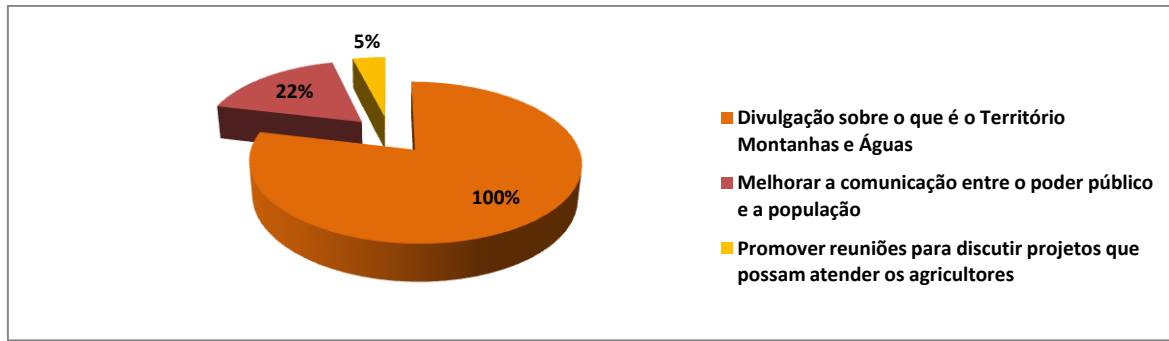


Gráfico 7 - Identificação do que poderia ser feito para a melhoria das ações do Território no fortalecimento da agricultura Familiar.

Durante a execução do Diagnóstico, ficou evidente o desconhecimento da criação dos territórios como uma política pública, muitas entidades de apoio ao agricultor que foram entrevistadas durante a execução do diagnóstico desconhecem a política territorial, cerca de 65%.

PARTE II – DADOS SECUNDÁRIOS DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES

5. APRESENTAÇÃO

Para a elaboração deste Diagnóstico foram utilizadas das mais diversas fontes secundarias como forma de se obter informações que quantidade, qualidade e atualidade sobre os municípios que compreendem o Território Montanhas e Águas no Estado do Espírito Santo. Este Território incentivado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA compreende os municípios de Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana.

6. ASPECTOS SOCIAIS

6.1 DEMOGRAFIA

Segundo dados preliminares do censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o município de Viana, Venda Nova do Imigrante e Conceição do Castelo são os três municípios com menor população rural do Território Montanhas e Águas, por outro lado os municípios de Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Afonso Cláudio possuem maior população rural, outros dados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Demografia dos municípios do Território Montanhas e Águas organizados segundo a população rural.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO URBANA NA SEDE MUNICIPAL	POPULAÇÃO RURAL	ÁREA TOTAL MUNICIPAL EM KM2
Viana	65001	59632	57786	5369	311,6
Venda nova do Imigrante	20447	14809	10546	5638	187,82
Conceição do Castelo	11681	5898	5898	5783	369,3
Marechal Floriano	14262	7421	6731	6841	286,1
Alfredo chaves	13955	6.545	5719	7410	615,6
Brejetuba	11915	3416	3416	8499	342,5
Santa Leopoldina	12240	2615	2592	9625	716,4
Santa Teresa	21823	11768	8597	10055	694,5
Vargem alta	19130	6722	2260	12408	414,7
Castelo	34747	21817	21433	12930	664,2
Afonso Cláudio	31091	15855	13128	15236	954,7
Santa Maria de Jetibá	34176	11797	9957	22379	735,6
Domingos Martins	31847	7741	5061	24106	1225,3

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Comparando as proporções das populações rural e urbana dos municípios do Território Montanhas e Águas observa-se que Viana tem menor representatividade com 8,3% de sua população residente rural e Santa Leopoldina com a maior proporção 78,6%, demais comparativos estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Proporção da população rural e urbana nos municípios do Território Montanhas e Águas.

MUNICÍPIO	% URBANA	% RURAL
Viana	91,7%	8,3%
Venda nova do imigrante	72,4%	27,6%
Castelo	62,8%	37,2%
Santa Teresa	53,9%	46,1%
Marechal Floriano	52,0%	48,0%
Afonso Cláudio	51,0%	49,0%
Conceição do Castelo	50,5%	49,5%
Alfredo Chaves	46,9%	53,1%
Vargem Alta	35,1%	64,9%
Santa Maria de Jetibá	34,5%	65,5%
Brejetuba	28,7%	71,3%
Domingos Martins	24,3%	75,7%
Santa Leopoldina	21,4%	78,6%

Fonte: Censo 2010, IBGE.

O Território Montanhas e Águas abrange 16,3% da área total do Estado do Espírito Santo. A população rural capixaba pelo Censo 2010 representa 17,2% do total da população já para o Território Montanhas e Águas esta parcela da população representa 45,38%. Comparando as populações urbana e rural do Território Montanhas e Águas esta próximo da equivalência, mesmo que a população urbana já seja 54,62% da população deste Território, analisando as mesmas parcelas para o estado do Espírito Santo se observa que a população urbana é muito maior que a população rural numa quantidade 5 vezes maior, como mostrado pela Tabela 3.

Tabela 3 – Demografia do Território Montanhas e Águas e do Estado do Espírito Santo.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	ÁREA TOTAL MUNICIPAL EM KM2	% URBANA	% RURAL
TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS	322.315	176.036	146.279	7.518,32	54,62	45,38
ESPÍRITO SANTO	3.514.952	2.931.472	583.480	46.077,52	82,80	17,20

Fonte: Censo 2010, IBGE.

6.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per

capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (PNUD, 2011).

O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais se aproxima o valor 1 maior é o desenvolvimento humano (PNUD, 2011).

O IDH do Estado do Espírito Santo calculado em 2000 atingiu 0,765 no Brasil foi de 0,766. Os dados mais recentes de IDH para o Espírito Santo é de 2008 quando atingiu 0,802 e para o Brasil é o IDH em 2010 que atingiu 0,699 (PNUD, 2011). A Tabela 4 apresenta o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) mais recente para os municípios capixabas, calculado em 2000, observa-se que Santa Teresa possui maior IDH (0,789) e Brejetuba o menor IDH (0,68) dentre os municípios do Território Montanhas e Águas. Comparando os dados de 2000, ano que as esferas municipal, estadual e federal foram estudadas observamos que somente Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante ficam acima dos IDH calculados para o Estado do Espírito Santo e para o Brasil.

Não foi possível fazer comparações com os dados mais recentes, pois eles ainda não foram publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e há uma mudança na metodologia para cálculo do IDH, portanto não se podem fazer comparações entre os dados de 2000 e dos IDH calculados após 2009.

Tabela 4 – IDH-M Calculado para os municípios capixabas no ano de 2000 pelo PNUD.

ORDEM	MUNICÍPIO	IDH-M em 2000
1	Santa Teresa	0,789
2	Venda Nova do Imigrante	0,778
3	Castelo	0,762
4	Alfredo Chaves	0,754
5	Marechal Floriano	0,754
6	Viana	0,737

7	Domingos Martins	0,736
8	Vargem Alta	0,727
9	Santa Maria de Jetibá	0,724
10	Afonso Cláudio	0,717
11	Santa Leopoldina	0,711
12	Conceição do Castelo	0,709
13	Brejetuba	0,68

Fonte: PNUD 2011.

6.2 MERCADO DE TRABALHO E RENDA

Considerando somente as admissões e demissões declaradas em cada ano foi obtido o saldo do ano, com os dados do período de 2000 a 2010, pode-se obter o saldo do período que representa o desempenho dos municípios do Território Montanhas e Águas quando a geração de empregos formais (Tabela 5). Analisando a Tabela 5 se observa que o pior resultado foi do município de Santa Leopoldina (saldo de 0 empregos no acumulado do período de 2000 a 2010) e o melhor resultado foi do município de Viana com saldo de 3.688 empregos no acumulado do período.

Tabela 5 - Saldo de Admitidos e Desligados no Ano em que a movimentação foi declarada e saldo de empregos formais no período.

ESTADO E MUNICÍPIOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	SALDO DO PERÍODO
Afonso Cláudio	79	-21	74	110	143	293	37	129	-28	59	157	1.032
Alfredo Chaves	58	249	72	1	28	199	8	210	39	140	174	1.178
Brejetuba	-111	32	-6	-2	58	75	111	-12	-149	-42	47	1
Castelo	68	42	145	63	181	244	227	222	172	390	409	2.163
Conceição do Castelo	6	-23	38	5	63	74	75	99	43	72	78	530
Domingos Martins	-56	102	144	125	182	175	30	231	117	262	102	1.414
Marechal Floriano	-125	30	4	92	72	125	56	426	233	-44	108	977
Santa Leopoldina	101	71	-16	-71	-22	30	-100	-33	19	43	-22	0
Santa Maria de Jetibá	284	-117	45	-19	184	327	298	179	241	289	367	2.078
Santa Teresa	14	77	164	-110	102	189	140	77	97	86	225	1.061
Vargem Alta	165	-39	24	174	126	145	202	61	-1	62	179	1.098
Venda Nova do Imigrante	130	182	263	235	395	369	397	306	153	172	466	3.068

Viana	4	447	527	392	782	424	200	-173	229	321	535	3.688
TOTAL DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS	617	1.032	1.478	995	2.294	2.669	1.681	1.722	1.165	1.810	2.825	18.288

Fonte: CAGED/IJSN.

Segundo dados do censo 2000 realizado pelo IBGE e organizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves o município do Território Montanhas e Águas que possui maior população ocupada com as atividades Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é o município de Brejetuba com 86% e o município com menor população ocupada neste setor é Viana com 7,21% (Tabela 6).

Tabela 6 – População ocupada por CNAE segundo Censo 2000 IBGE, seleção dos dados para o CNAE agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.

Município	Atividade - Seção CNAE	População ocupada	%
Afonso Cláudio	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	10129	62,07%
	Atividades mal especificadas	59	0,36%
	Total	16319	
Alfredo Chaves	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	4696	65,24%
	Atividades mal especificadas	68	0,94%
	Total	7198	
Brejetuba	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	5033	86,00%
	Atividades mal especificadas	28	0,48%
	Total	5852	
Castelo	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	6427	40,59%
	Atividades mal especificadas	117	0,74%
	Total	15835	
Conceição do Castelo	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	3657	64,86%
	Atividades mal especificadas	28	0,50%
	Total	5638	
Domingos Martins	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	12769	71,13%
	Atividades mal especificadas	65	0,36%
	Total	17952	

Marechal Floriano	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	3264	52,30%
	Atividades mal especificadas	32	0,51%
	Total	6241	
Santa Leopoldina	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	4786	75,16%
	Total	6368	
Santa Maria de Jetibá	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	12555	74,80%
	Atividades mal especificadas	11	0,07%
	Total	16784	
Santa Teresa	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	6173	56,21%
	Atividades mal especificadas	27	0,25%
	Total	10983	
Vargem Alta	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	3692	48,02%
	Atividades mal especificadas	9	0,12%
	Total	7689	
Venda Nova do Imigrante	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	3626	43,58%
	Total	8321	
Viana	agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1458	7,21%
	Atividades mal especificadas	104	0,51%
	Total	20226	

Fonte: IJSN/IBGE 2000

6.3 SAÚDE E SANEAMENTO

Segundo dados da Secretaria Estadual da Saúde e do Instituto Jones dos Santos Neves de 2009 (IJSN, 2011) mostram que Domingos Martins e Castelo possuem maior quantidade de leitos pelo SUS (59 leitos) por outro lado os municípios de Alfredo Chaves, Brejetuba, Marechal Floriano e Viana não possuem leitos pelo SUS (Tabela 7).

Tabela 7 – Quantidade de leitos pelo SUS disponíveis nos municípios do Território Montanhas e Águas no ano de 2009.

Município	Especialidade	Número de Leitos
Afonso Cláudio	Cirurgia	6
	Obstetrícia	5
	Pediatria	5
	Clínica Médica	20
	Total	36

Alfredo Chaves	Total	0
Brejetuba	Total	0
Castelo	Cirurgia	4
	Obstetrícia	10
	Pediatria	28
	Clínica Médica	17
	Total	59
Conceição do Castelo	Cirurgia	3
	Obstetrícia	4
	Pediatria	6
	Clínica Médica	8
	Total	21
Domingos Martins	Cirurgia	16
	Obstetrícia	13
	Pediatria	10
	Clínica Médica	20
	Total	59
Marechal Floriano	Total	0
Santa Leopoldina	Cirurgia	9
	Obstetrícia	3
	Clínica Médica	8
	Total	20
Santa Maria de Jetibá	Cirurgia	6
	Obstetrícia	9
	Pediatria	11
	Clínica Médica	21
	Total	47
Santa Teresa	Cirurgia	16
	Obstetrícia	5
	Pediatria	3
	UTI	7
	Clínica Médica	12
	Total	43
Vargem Alta	Cirurgia	7

	Obstetrícia	6
	Pediatria	4
	Clínica Médica	13
	Total	30
Venda Nova do Imigrante	Cirurgia	5
	Obstetrícia	9
	Pediatria	10
	Clínica Médica	14
	Total	38
Viana	Total	0

Fonte: SESU/IJSN 2009.

Sobre a coleta de lixo nos municípios do Território Montanhas e Águas grande parte do lixo produzido na zona rural em vários municípios são queimados ou enterrados e uma outra parte jogado em terreno baldio ou logradouro, em geral pouco do lixo produzido em área rural não é coletado (Tabela 8).

Tabela 8 - Tipo de destino do lixo dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio no Território Montanhas e Águas.

Município	Destino do lixo	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Afonso Cláudio	Coletado	3.878	93,8	45	1,05	3.924	46,3
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	37	0,86	37	0,44
	Jogado terreno baldio ou logradouro	39	0,96	555	12,8	594	7,02
	Queimado ou Enterrado	216	5,24	3.635	83,7	3.852	45,4
	Tem outro destino	-	-	70	1,61	70	0,83
	Total	4.135	100	4.344	100	8.479	100
Alfredo Chaves	Coletado	1.525	94,7	131	6,37	1.657	45,1
	Jogado terreno baldio ou logradouro	15	0,97	199	9,68	214	5,86
	Queimado ou Enterrado	69	4,32	1.667	80,9	1.736	47,3
	Tem outro destino	-	-	62	3,02	62	1,69
	Total	1.611	100	2.060	100	3.671	100
Brejetuba	Coletado	324	71,6	142	6,15	466	16,9
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	45	1,97	45	1,65
	Jogado terreno baldio ou logradouro	20	4,56	388	16,8	408	14,8
	Queimado ou Enterrado	99	22	1.725	74,6	1.825	66
	Tem outro destino	8	1,85	10	0,45	18	0,68

	Total	453	100	2.312	100	2.765	100
Castelo	Coletado	5.083	98,7	742	19,8	5.826	65,4
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	10	0,27	10	0,11
	Jogado terreno baldio ou logradouro	17	0,34	324	8,64	342	3,84
	Queimado ou Enterrado	51	1	2.612	69,6	2.664	29,9
	Tem outro destino	-	-	64	1,72	64	0,72
	Total	5.153	100	3.754	100	8.907	100
Conceição do Castelo	Coletado	1.312	98,5	210	14,2	1.523	54,1
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	16	1,12	16	0,59
	Jogado terreno baldio ou logradouro	9	0,73	271	18,3	281	9,99
	Queimado ou Enterrado	10	0,78	967	65,2	978	34,7
	Tem outro destino	-	-	17	1,19	17	0,63
	Total	1.332	100	1.484	100	2.817	100
Domingos Martins	Coletado	1.635	96,1	2.258	36,6	3.894	49,5
	Jogado terreno baldio ou logradouro	24	1,41	448	7,26	472	6
	Queimado ou Enterrado	42	2,48	3.392	55	3.434	43,6
	Tem outro destino	-	-	73	1,18	73	0,93
	Total	1.702	100	6.173	100	7.875	100
Marechal Floriano	Coletado	1.481	94,3	526	31,4	2.008	61,8
	Jogado em rio, lago ou mar	25	1,64	11	0,71	37	1,16
	Jogado terreno baldio ou logradouro	11	0,75	146	8,75	158	4,88
	Queimado ou Enterrado	52	3,35	946	56,3	998	30,7
	Tem outro destino	-	-	47	2,85	47	1,47
	Total	1.571	100	1.679	100	3.251	100
Santa Leopoldina	Coletado	656	92,2	208	8,23	865	26,6
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	10	0,41	10	0,32
	Jogado terreno baldio ou logradouro	-	-	439	17,3	439	13,5
	Queimado ou Enterrado	55	7,78	1.801	71	1.856	57,1
	Tem outro destino	-	-	77	3,05	77	2,38
	Total	712	100	2.537	100	3.249	100
Santa Maria de Jetibá	Coletado	1.395	96,8	1.249	22	2.645	37,1
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	14	0,25	14	0,2
	Jogado terreno baldio ou logradouro	10	0,71	546	9,62	556	7,82
	Queimado ou Enterrado	36	2,5	3.848	67,7	3.884	54,5
	Tem outro destino	-	-	24	0,42	24	0,34

	Total	1.442	100	5.683	100	7.125	100
Santa Teresa	Coletado	2.675	97	345	13	3.020	55,7
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	38	1,45	38	0,71
	Jogado terreno baldio ou logradouro	11	0,42	339	12,8	351	6,48
	Queimado ou Enterrado	70	2,54	1.887	70,9	1.957	36,1
	Tem outro destino	-	-	51	1,92	51	0,95
	Total	2.757	100	2.662	100	5.419	100
Vargem Alta	Coletado	1.299	96,3	1.420	46,3	2.720	61,6
	Jogado em rio, lago ou mar	13	1,02	32	1,06	46	1,05
	Jogado terreno baldio ou logradouro	3	0,29	207	6,76	211	4,79
	Queimado ou Enterrado	32	2,38	1.390	45,3	1.422	32,2
	Tem outro destino	-	-	18	0,62	18	0,43
	Total	1.349	100	3.070	100	4.419	100
Venda Nova do Imigrante	Coletado	2.626	96	491	32,5	3.117	73,4
	Jogado terreno baldio ou logradouro	-	-	67	4,45	67	1,58
	Queimado ou Enterrado	101	3,71	897	59,5	999	23,5
	Tem outro destino	7	0,28	53	3,57	61	1,45
	Total	2.736	100	1.510	100	4.246	100
Viana	Coletado	10.287	78,1	118	11,6	10.406	73,3
	Jogado em rio, lago ou mar	45	0,35	16	1,64	62	0,44
	Jogado terreno baldio ou logradouro	663	5,04	153	15,1	817	5,76
	Queimado ou Enterrado	2.138	16,2	702	68,9	2.840	20
	Tem outro destino	34	0,26	28	2,79	63	0,45
	Total	13.170	100	1.020	100	14.190	100

Fonte: IBGE / IJSN 2000.

Segundo o censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), são destinos comuns dos esgotos sanitários nos municípios do Território Montanhas e Águas fossas rústicas e a rede geral de esgoto ou pluvial, não há dados se a rede geral de esgoto recebe tratamento adequado (Tabela 9).

Tabela 9 - Formas de esgotamento sanitário dos domicílios particulares permanentes nos municípios do Território Montanhas e Águas.

Município	Forma de Esgotamento	Tem banheiro	Só tem sanitário	Não tem banheiro nem sanitário	% Total
-----------	----------------------	--------------	------------------	--------------------------------	---------

Afonso Cláudio	Fossa rudimentar	30,2	6	-	36,2
	Fossa séptica	3,6	0,2	-	3,8
	Outro escoadouro	1	0,1	-	1,1
	Rede geral de esgoto ou pluvial	37,3	0,1	-	37,4
	Rio, lago ou mar	12,3	0,3	-	12,6
	Vala	3,8	0,1	-	3,9
	Nenhuma	-	-	5,1	5,1
	Total	88,2	6,8	5,1	100
Alfredo Chaves	Fossa rudimentar	13,2	1,7	-	14,9
	Fossa séptica	38,3	0,7	-	39
	Outro escoadouro	0,2	-	-	0,2
	Rede geral de esgoto ou pluvial	34,4	0,3	-	34,7
	Rio, lago ou mar	6,6	0,1	-	6,8
	Vala	3,5	0,3	-	3,8
	Nenhuma	-	-	0,7	0,7
	Total	96,2	3,1	0,7	100
Brejetuba	Fossa rudimentar	17,8	0,7	-	18,5
	Fossa séptica	10,6	0,3	-	10,9
	Outro escoadouro	1,7	0,1	-	1,8
	Rede geral de esgoto ou pluvial	11,9	-	-	11,9
	Rio, lago ou mar	37,7	1,5	-	39,3
	Vala	8,4	-	-	8,4
	Nenhuma	-	-	9,1	9,1
	Total	88,2	2,7	9,1	100
Castelo	Fossa rudimentar	15	1,3	-	16,4
	Fossa séptica	6,3	-	-	6,3
	Outro escoadouro	1,2	-	-	1,2
	Rede geral de esgoto ou pluvial	53,1	0,1	-	53,2
	Rio, lago ou mar	17,4	0,3	-	17,7
	Vala	4,4	0,4	-	4,8
	Nenhuma	-	-	0,5	0,5
	Total	97,4	2,1	0,5	100
Conceição do Castelo	Fossa rudimentar	23,9	1,6	-	25,5
	Fossa séptica	20,6	0,2	-	20,8
	Outro escoadouro	1,4	-	-	1,4
	Rede geral de esgoto ou pluvial	8,5	0,2	-	8,7
	Rio, lago ou mar	35,9	0,5	-	36,4
	Vala	5,7	0,2	-	5,9
	Nenhuma	-	-	1,4	1,4
	Total	96	2,6	1,4	100
Domingos Martins	Fossa rudimentar	44,3	2,4	-	46,7
	Fossa séptica	8,2	0,1	-	8,4
	Outro escoadouro	0,3	0,2	-	0,5

	Rede geral de esgoto ou pluvial	21,9	0,2	-	22
	Rio, lago ou mar	14,6	0,2	-	14,9
	Vala	4,6	-	-	4,6
	Nenhuma	-	-	3	3
	Total	93,8	3,1	3	100
Marechal Floriano	Fossa rudimentar	38,9	1,1	-	40
	Fossa séptica	3,8	-	-	3,8
	Rede geral de esgoto ou pluvial	20,3	-	-	20,3
	Rio, lago ou mar	33	0,9	-	33,9
	Vala	1,6	0,1	-	1,7
	Nenhuma	-	-	0,3	0,3
	Total	97,6	2,1	0,3	100
Santa Leopoldina	Fossa rudimentar	61,6	5,8	-	67,3
	Fossa séptica	1,4	0,1	-	1,5
	Outro escoadouro	1,5	-	-	1,5
	Rede geral de esgoto ou pluvial	6,2	0,1	-	6,3
	Rio, lago ou mar	13,2	0,9	-	14,1
	Vala	2,3	0,4	-	2,6
	Nenhuma	-	-	6,6	6,6
	Total	86,1	7,3	6,6	100
Santa Maria de Jetibá	Fossa rudimentar	42	9	-	51
	Fossa séptica	6,8	0,2	-	7,1
	Outro escoadouro	0,3	-	-	0,3
	Rede geral de esgoto ou pluvial	9,8	-	-	9,8
	Rio, lago ou mar	24,2	0,9	-	25,1
	Vala	4,6	0,3	-	4,9
	Nenhuma	-	-	1,7	1,7
	Total	87,9	10,3	1,7	100
Santa Teresa	Fossa rudimentar	31	4,2	-	35,2
	Fossa séptica	9,4	0,1	-	9,5
	Outro escoadouro	0,2	-	-	0,2
	Rede geral de esgoto ou pluvial	28,6	0,2	-	28,9
	Rio, lago ou mar	21,9	0,1	-	22
	Vala	2,8	0,4	-	3,1
	Nenhuma	-	-	1	1
	Total	93,9	5,1	1	100
Vargem Alta	Fossa rudimentar	39,8	0,8	-	40,6
	Fossa séptica	7,5	0,3	-	7,8
	Outro escoadouro	0,2	0,1	-	0,2
	Rede geral de esgoto ou pluvial	2,5	-	-	2,5
	Rio, lago ou mar	38,3	0,2	-	38,5
	Vala	9,1	0,1	-	9,2
	Nenhuma	-	-	1,2	1,2

	Total	97,3	1,5	1,2	100
Venda Nova do Imigrante	Fossa rudimentar	5,1	0,5	-	5,6
	Fossa séptica	34,3	0,7	-	35
	Outro escoadouro	0,3	-	-	0,3
	Rede geral de esgoto ou pluvial	51,5	0,2	-	51,8
	Rio, lago ou mar	3,3	0,3	-	3,7
	Vala	2,9	0,1	-	3
	Nenhuma	-	-	0,7	0,7
	Total	97,4	1,9	0,7	100
Viana	Fossa rudimentar	28,8	2,1	-	30,9
	Fossa séptica	1,7	0,1	-	1,8
	Outro escoadouro	0,2	0,1	-	0,3
	Rede geral de esgoto ou pluvial	53,4	1,4	-	54,8
	Rio, lago ou mar	1,8	0,2	-	2,1
	Vala	8,5	0,6	-	9,1
	Nenhuma	-	-	1	1
	Total	94,4	4,6	1	100

Fonte: IBGE 2000 / IJSN

6.4 EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo funcional caiu consideravelmente entre os anos de 1991 e 2000 nos municípios do Território Montanhas e Águas segundo o Censo 2000 do IBGE (Tabela 10). Também segundo o IBGE o acesso à internet nas zonas rurais brasileiras ainda é muito menor do que nas áreas urbanas, o acesso à internet e aos computadores está sendo considerado outro tipo de educação a “digital”, que também geram analfabetos e a inclusão digital está sendo largamente trabalhada, mas ainda é insuficiente para equilibrar o acesso a esta tecnologia nas zonas urbana e rural.

Tabela 10 – Taxa de analfabetismo funcional nos municípios do Território Montanhas e Águas.

Município	Faixa etária	Taxa de analfabetismo funcional	
		1991	2000
Afonso Cláudio	15 a 17 anos	40,5	8
	18 a 24 anos	37	16,1
	25 a 39 anos	46,2	28,7
	40 a 59 anos	72,5	50,7
	60 a 64 anos	84,9	68
	65 anos e mais	88,5	79,4

Alfredo Chaves	15 a 17 anos	16,7	6,6
	18 a 24 anos	12,9	9,1
	25 a 39 anos	27,2	16,2
	40 a 59 anos	57,6	37
	60 a 64 anos	73,5	69
	65 anos e mais	76,2	69,8
Brejetuba	15 a 17 anos		24,4
	18 a 24 anos		33
	25 a 39 anos		46,5
	40 a 59 anos		66,5
	60 a 64 anos		86
	65 anos e mais		88,9
Castelo	15 a 17 anos	21,5	6,2
	18 a 24 anos	19,1	7,9
	25 a 39 anos	27,5	17,4
	40 a 59 anos	50	29,2
	60 a 64 anos	73,1	59,8
	65 anos e mais	71,6	63,2
Conceição do Castelo	15 a 17 anos	30,2	10,1
	18 a 24 anos	22,5	16,1
	25 a 39 anos	32,1	28,1
	40 a 59 anos	63,9	42,6
	60 a 64 anos	80	60,8
	65 anos e mais	91,8	82,8
Domingos Martins	15 a 17 anos	16,2	8,3
	18 a 24 anos	24	11,3
	25 a 39 anos	30,8	21,2
	40 a 59 anos	61	44,4
	60 a 64 anos	64,3	65,3
	65 anos e mais	80,4	64,6
Marechal Floriano	15 a 17 anos		7,4
	18 a 24 anos		13,2
	25 a 39 anos		25,4
	40 a 59 anos		41
	60 a 64 anos		66,2
	65 anos e mais		73,3
Santa Leopoldina	15 a 17 anos	27,6	19,6
	18 a 24 anos	34	14,3
	25 a 39 anos	42,4	29
	40 a 59 anos	73,3	54,2
	60 a 64 anos	83,7	72,6
	65 anos e mais	88,3	85,4
Santa Maria de Jetibá	15 a 17 anos	12,1	7,4
	18 a 24 anos	19,7	5
	25 a 39 anos	40,3	21
	40 a 59 anos	77,2	59,2

	60 a 64 anos	87,7	66,9
	65 anos e mais	97,1	85,9
Santa Teresa	15 a 17 anos	13,4	8,8
	18 a 24 anos	16,2	9
	25 a 39 anos	27,4	20,5
	40 a 59 anos	56,7	40,1
	60 a 64 anos	70,4	60,1
	65 anos e mais	79,9	73,9
Vargem Alta	15 a 17 anos	31,7	13,4
	18 a 24 anos	30,5	13,3
	25 a 39 anos	30,7	24,3
	40 a 59 anos	63,4	43,2
	60 a 64 anos	73,8	65,4
	65 anos e mais	78,8	79,4
Venda Nova do Imigrante	15 a 17 anos	22,2	3,8
	18 a 24 anos	16,5	10,6
	25 a 39 anos	24,2	13,6
	40 a 59 anos	58,7	34,3
	60 a 64 anos	73,1	52,8
	65 anos e mais	80,3	64,9
Viana	15 a 17 anos	16,5	5,1
	18 a 24 anos	18,4	8,8
	25 a 39 anos	29,5	15,9
	40 a 59 anos	57,3	35,1
	60 a 64 anos	75,5	64,5
	65 anos e mais	80,7	72

Fonte: IBGE Censo 2000 / IJSN

Fazendo-se a média das faixas etárias para cada município para o ano de 2000 em seguida calculando a média destes valores, obteve-se o valor de 38,7 que representa a média da taxa de analfabetismo de todas as faixas etárias para o Território Montanhas e Águas. Subtraindo a média do município pela média do Território se obteve os resultados do Gráfico 8. Os municípios de Afonso Cláudio (3,1), Brejetuba (18,8), Conceição do Castelo (1,3), Santa Leopoldina (7,1), Santa Maria de Jetibá (2,1), Vargem Alta (1,1) possuem taxa de analfabetismo média superior a média do Território Montanhas e Águas, onde o pior resultado é do município de Brejetuba com taxa de analfabetismo funcional 18,8 pontos acima da média do Território. O melhor resultado foi identificado em Venda Nova do Imigrante cuja média da taxa de analfabetismo funcional está 8,8 pontos abaixo da média do Território (Gráfico 8).

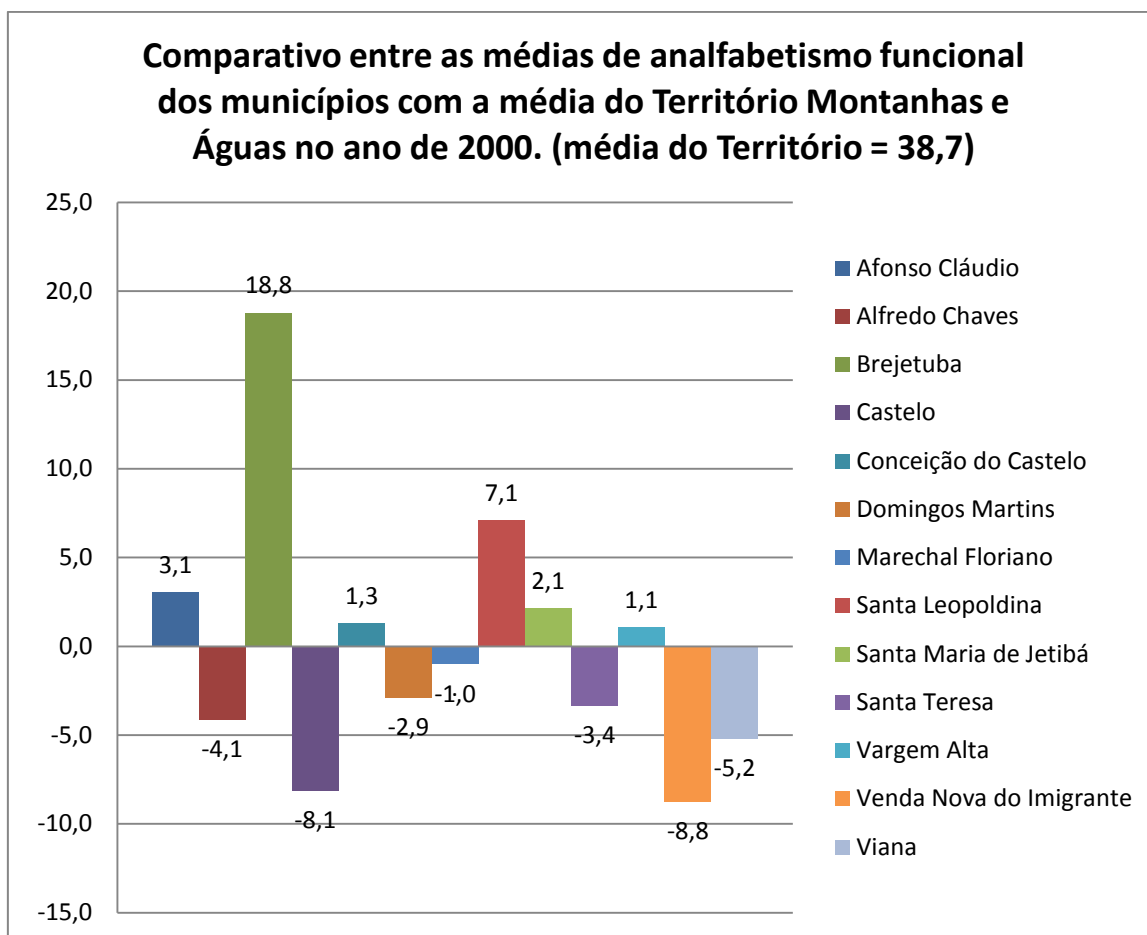


Gráfico 8 - Comparativo entre as médias de analfabetismo funcional dos municípios com a média do Território Montanhas e Águas no ano de 2000.

6.5 ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS NO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS

Segundo Relatório de Projetos de Reforma Agrária (INCRA, 2011) o Território Montanhas e Águas possui somente 03 (três) assentamentos como mostra a Tabela 11 e Tabela 12.

Tabela 11 – Identificação dos assentamentos agrários no Território Montanhas e Águas e suas dimensões.

CÓDIGO DO PROJETO	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO SEDE	ÁREA (ha)	Nº DE FAMÍLIAS (CAPACIDADE)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
ES0041000	PA TOMAZZINI	SANTA TERESA	394,41	39,00	38,00
ES0022000	PE JUCURUABA	VIANA	160,00	19,00	18,00
ES0067000	PA SANTA CLARA	VIANA	450,98	37,00	31,00

Tabela 12 – Fase de desenvolvimento dos assentamentos do Território Montanhas e Águas e informações sobre sua criação e forma de obtenção.

NOME DO PROJETO	FASE	ATO DA CRIAÇÃO			OBTENÇÃO	
		TIPO	Nº	DATA	FORMA	DATA
PA TOMAZZINI	Assentamento em	PO	0003	31/12/199	Desapropria	23/09/199

	Consolidação	R	3	7		7
PE JUCURUABA	Assentamento em Estruturação	PO R	01038	16/12/1992	Reconhece m	
PA SANTA CLARA	Assentamento em Estruturação	RET	002	20/02/2003	Desapropria	16/07/2002

Fonte: MDA/INCRA, RELATÓRIO DOS ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS ENTRE OS ANOS DE 1900 E 2011.

6.6 ASPECTOS FUNDIÁRIOS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO

Com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), foram elaboradas as planilhas a seguir com os dados da estrutura fundiária no Território Montanhas e Águas.

Tabela 13 – Aspectos fundiários dos municípios: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves e Brejetuba.

Descrição	AFONSO CLÁUDIO	ALFREDO CHAVES	BREJETUBA
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	2.825,00	1.029,00	803,00
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	53.686,00	24.619,00	15.811,00
Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários	89,00	114,00	15,00
Condição legal do produtor - Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários	2.585,00	4.553,00	3.928,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	1,00	2,00	0,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	14,00	144,00	0,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	5,00	9,00	3,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	71,00	90,00	93,00
Condição legal do produtor - Insituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	0,00
Condição legal do produtor - Insituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	16,00	0,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de	0,00	1,00	0,00

estabelecimentos agropecuários			
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	44,00	0,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Número de estabelecimentos agropecuários	5,00	14,00	0,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Área dos estabelecimentos agropecuários	113,00	168,00	0,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	2,00	0,00	23,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	Não disponível	0,00	56,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	11,00	1,00	0,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	173,00	Não disponível	0,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	30,00	32,00	29,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	302,00	422,00	204,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	13,00	22,00	5,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	87,00	240,00	11,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	3,00	5,00	0,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	0,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 14 - Aspectos fundiários dos municípios: Castelo, Conceição do Castelo e Domingos Martins.

Descrição	CASTELO	CONCEIÇÃO DO CASTELO	DOMINGOS MARTINS
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	1.473,00	894,00	3.193,00
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	36.560,00	21.524,00	64.973,00

Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários	78,00	83,00	15,00
Condição legal do produtor - Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários	2.557,00	3.073,00	413,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	1,00	0,00	2,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	97,00	0,00	37,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	18,00	6,00	20,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	765,00	131,00	1.115,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	0,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	0,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	1,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	20,00	165,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Número de estabelecimentos agropecuários	2,00	2,00	11,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Área dos estabelecimentos agropecuários	5,00	2.682,00	141,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	11,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	Não disponível	58,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	13,00	5,00	37,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	151,00	174,00	200,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	29,00	2,00	103,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	282,00	Não disponível	437,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	6,00	1,00	160,00

Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	16,00	Não disponível	1.293,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	1,00	0,00	22,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	0,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 15 - Aspectos fundiários dos municípios: Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.

Descrição	MARECHAL FLORIANO	SANTA LEOPOLDINA	SANTA MARIA DE JETIBÁ	SANTA TERESA
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	852,00	1.279,00	4.014,00	1.417,00
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	12.530,00	28.559,00	53.725,00	34.064,00
Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários	11,00	35,00	101,00	56,00
Condição legal do produtor - Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários	354,00	1.248,00	1.125,00	2.479,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	15,00	9,00	15,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	1.457,00	370,00	662,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	9,00	9,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	30,00	298,00	471,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	1,00	0,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	65,00	0,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	3,00	2,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	89,00	684,00
Condição legal do produtor - Outra condição -	1,00	33,00	143,00	2,00

Número de estabelecimentos agropecuários				
Condição legal do produtor - Outra condição - Área dos estabelecimentos agropecuários	87,00	167,00	1.185,00	13,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	1,00	36,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	Não disponível	292,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	17,00	1,00	19,00	15,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	36,00	Não disponível	139,00	318,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	9,00	39,00	179,00	189,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	78,00	941,00	1.108,00	1.416,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	47,00	23,00	363,00	44,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	459,00	137,00	2.147,00	720,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	25,00	2,00	51,00	7,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 16 - Aspectos fundiários dos municípios: Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana.

Descrição	VARGEM ALTA	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	VIANA
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	1.064,00	562,00	506,00
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	19.042,00	10.792,00	15.973,00
Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários	14,00	81,00	1,00

Condição legal do produtor - Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários	584,00	3.265,00	0,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	4,00	0,00	4,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	76,00	0,00	350,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	2,00	15,00	6,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	194,00	696,00	1.710,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	1,00	0,00	1,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	4,00	0,00	0,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	1,00	2,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	160,00	64,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Número de estabelecimentos agropecuários	15,00	0,00	8,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Área dos estabelecimentos agropecuários	86,00	0,00	145,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	2,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	Não disponível
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	12,00	15,00	4,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	78,00	149,00	127,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	21,00	2,00	6,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	154,00	Não disponível	29,00

Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	3,00	26,00	2,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	6,00	234,00	Não disponível
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	6,00	2,00	7,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	0,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 17 - Aspectos fundiários do Território Montanhas e Águas.

Descrição	TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Número de estabelecimentos agropecuários	19.911,00
Condição legal do produtor - Proprietário individual - Área dos estabelecimentos agropecuários	391.858,00
Condição legal do produtor - Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas - Número de estabelecimentos agropecuários	693,00
Condição legal do produtor - Condomínio consórcio ou sociedade de pessoas - Área dos estabelecimentos agropecuários	26.164,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Número de estabelecimentos agropecuários	53,00
Condição legal do produtor - Cooperativa - Área dos estabelecimentos agropecuários	3.207,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Número de estabelecimentos agropecuários	103,00
Condição legal do produtor - Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada - Área dos estabelecimentos agropecuários	5.664,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Número de estabelecimentos agropecuários	5,00
Condição legal do produtor - Instituição de utilidade pública - Área dos estabelecimentos agropecuários	86,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Número de estabelecimentos agropecuários	11,00
Condição legal do produtor - Governo (federal, estadual ou municipal) - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.226,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Número de estabelecimentos agropecuários	236,00
Condição legal do produtor - Outra condição - Área dos estabelecimentos agropecuários	4.792,00
Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	76,00

Condição do produtor - Assentado sem titulação definitiva - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	406,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	150,00
Condição do produtor - Arrendatário - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	1.545,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	670,00
Condição do produtor - Parceiro - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	5.373,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	715,00
Condição do produtor - Ocupante - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	5.350,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	131,00
Condição do produtor - Produtor sem área - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	0,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

6.7 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Segundo dados de 2009 do INCRA (INCRA, 2009) o Território Montanhas e Águas possui 29.093 propriedades rurais. Analisando a Tabela 18, pode-se notar que 56,8% das propriedades no Território Montanhas e Águas são Minifúndios e que 38% são Pequenas Propriedades rurais. Dentre os minifúndios os municípios mais representativos são: Domingos Martins (16,3%), Santa Maria de Jetibá (15,5%) e Afonso Cláudio (13,6%). Dentre as Pequenas Propriedades destacam-se os municípios: Domingos Martins (18,3%), Afonso Cláudio (11,2%) e Santa Maria de Jetibá (10,2), desta forma podemos concluir que estes três municípios possuem maior número de propriedades rurais menores que 4 módulos fiscais do Território Montanhas e Águas. Segundo informações do INCRA as propriedades menores que quatro módulos fiscais são ocupados predominantemente pela agricultura familiar no Estado do Espírito Santo. Pode-se concluir que 94,8% das propriedades do Território Montanhas e Águas são menores que 4 módulos fiscais. Considerando a predominância de agricultura familiar nestas propriedades, não estará impreciso afirmar que mais de 90% das propriedades rurais do Território Montanhas e Águas são ocupadas com esta categoria de agricultura.

Tabela 18 – Estrutura fundiária dos municípios do Território Montanhas e Águas segundo dados de 2009 do INCRA.

Municípios	Minifúndio (menor que 1 MF)		Pequena (entre 1 e 4 MF)		Média (entre 4 e 15 MF)		Grande (Acima de 15 MF)		Total
	Nominal	Percentual	Nominal	Percentual	Nominal	Percentual	Nominal	Percentual	Nominal
Afonso Cláudio	2.250,00	13,6%	1.234,00	11,2%	127,00	9,0%	6,00	7,06%	3.617,00
Alfredo Chaves	986,00	6,0%	932,00	8,4%	147,00	10,4%	1,00	1,18%	2.066,00
Brejetuba	744,00	4,5%	413,00	3,7%	70,00	5,0%	6,00	7,06%	1.233,00
Castelo	1.342,00	8,1%	973,00	8,8%	121,00	8,6%	15,00	17,65%	2.451,00
Conceição do Castelo	681,00	4,1%	512,00	4,6%	87,00	6,2%	1,00	1,18%	1.281,00
Domingos Martins	2.702,00	16,3%	2.023,00	18,3%	222,00	15,7%	5,00	5,88%	4.952,00
Marechal Floriano	738,00	4,5%	408,00	3,7%	35,00	2,5%	0,00	0,00%	1.181,00
Santa Leopoldina	1.277,00	7,7%	1.023,00	9,2%	151,00	10,7%	15,00	17,65%	2.466,00
Santa Maria Jetibá	2.560,00	15,5%	1.127,00	10,2%	46,00	3,3%	2,00	2,35%	3.735,00
Santa Teresa	1.282,00	7,8%	1.072,00	9,7%	165,00	11,7%	5,00	5,88%	2.524,00
Vargem Alta	899,00	5,4%	706,00	6,4%	96,00	6,8%	7,00	8,24%	1.708,00
Venda Nova do Imigrante	576,00	3,5%	283,00	2,6%	37,00	2,6%	1,00	1,18%	897,00
Viana	494,00	3,0%	361,00	3,3%	106,00	7,5%	21,00	24,71%	982,00
Total	16.531,00	56,8%	11.067,00	38,0%	1.410,00	4,8%	85,00	0,29%	29.093,00

Fonte: INCRA/SNCR 03/2009

7. ASPECTOS ECONÔMICOS

7.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

Comparando a participação no PIB capixaba no ano de 2008 pelos municípios do Território Montanhas e Águas o município de Viana possui maior participação com 1,25% e Conceição do Castelo tem a menor participação (0,13%), demais resultados estão na Tabela 19.

Tabela 19 - Participação dos Municípios do Território Montanhas e Águas no PIB Estadual - 1999 a 2008.

NOME DO MUNICÍPIO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AFONSO CLÁUDIO	0,45 %	0,50 %	0,41 %	0,46 %	0,42 %	0,34 %	0,33 %	0,33 %	0,33 %	0,30 %
ALFREDO CHAVES	0,22 %	0,21 %	0,17 %	0,16 %	0,17 %	0,15 %	0,16 %	0,18 %	0,18 %	0,18 %

BREJETUBA	0,23 %	0,21 %	0,12 %	0,29 %	0,21 %	0,21 %	0,19 %	0,16 %	0,18 %	0,19 %
CASTELO	0,68 %	0,62 %	0,58 %	0,53 %	0,56 %	0,55 %	0,48 %	0,51 %	0,48 %	0,44 %
CONCEIÇÃO DO CASTELO	0,20 %	0,19 %	0,17 %	0,20 %	0,18 %	0,16 %	0,16 %	0,15 %	0,16 %	0,13 %
DOMINGOS MARTINS	0,72 %	0,67 %	0,57 %	0,52 %	0,58 %	0,51 %	0,47 %	0,46 %	0,43 %	0,42 %
MARECHAL FLORIANO	0,26 %	0,31 %	0,28 %	0,31 %	0,30 %	0,27 %	0,28 %	0,28 %	0,31 %	0,26 %
SANTA LEOPOLDINA	0,26 %	0,24 %	0,21 %	0,18 %	0,19 %	0,18 %	0,17 %	0,17 %	0,17 %	0,15 %
SANTA MARIA DE JETIBÁ	0,54 %	0,56 %	0,55 %	0,49 %	0,64 %	0,52 %	0,63 %	0,63 %	0,62 %	0,62 %
SANTA TERESA	0,55 %	0,50 %	0,43 %	0,36 %	0,38 %	0,39 %	0,35 %	0,40 %	0,32 %	0,30 %
VARGEM ALTA	0,51 %	0,36 %	0,32 %	0,30 %	0,34 %	0,32 %	0,31 %	0,32 %	0,30 %	0,28 %
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	0,36 %	0,35 %	0,31 %	0,32 %	0,36 %	0,34 %	0,30 %	0,31 %	0,32 %	0,32 %
VIANA	1,29 %	1,25 %	1,27 %	1,40 %	1,65 %	1,29 %	1,35 %	1,12 %	1,15 %	1,25 %

Fonte: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Analisando a evolução da participação do Território Montanhas e Águas no PIB do Estado Espírito Santo se observa uma diminuição no período de 1999 a 2008, desconsiderando as flutuações a participação do Território Montanhas e Águas no PIB capixaba passou de 6,273% em 1999 para 4,864% em 2008, indicando uma diminuição de 1,409% no período, como verificado na Tabela 20.

Tabela 20 - Participação do Território Montanhas e Águas no PIB Estadual - 1999 a 2008.

Nome do município	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DEMAIS MUNICÍPIOS	93,727 %	94,031 %	94,599 %	94,48 5%	94,02 1%	94,76 5%	94,80 8%	94,98 4%	95,07 0%	95,13 6%
PARTICIPAÇÃO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS	6,273 %	5,969 %	5,401 %	5,515 %	5,979 %	5,235 %	5,192 %	5,016 %	4,930 %	4,864 %

Fonte: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

7.2 INVESTIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Com base nos dados de 2008 da Secretaria da Fazenda Estadual do Espírito Santo organizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2008), o município que proporcional a outras despesas municipais que menos gasta com o desenvolvimento da agricultura é o município de Afonso Cláudio (0,04%) e o município que

proporcionalmente mais investe nesta pasta é Santa Teresa com 6,92%. O município de Vargem Alta não havia dados sobre a agricultura para o ano de 2008 (Tabela 21).

Tabela 21 – Despesas por função dos municípios do Território Montanhas e Águas.

Município	Discriminação	Valor corrente (em R\$)	participação percentual
Afonso Cláudio	Despesas total por Função	39.219.204,11	
	Legislativa	1.230.447,32	3,14%
	Judiciária	116.651,12	0,30%
	Administração	15.366.598,18	39,18%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	1.139.315,16	2,90%
	Previdência Social	1.391.064,85	3,55%
	Saúde	4.158.599,45	10,60%
	Educação	12.223.694,18	31,17%
	Cultura	187.113,00	0,48%
	Urbanismo	1.896.201,06	4,83%
	Habitação	0	0,00%
	Saneamento	325.673,07	0,83%
	Gestão Ambiental	5.650,00	0,01%
	Agricultura	17.474,82	0,04%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	58.120,80	0,15%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	275.907,05	0,70%
	Demais funções	826.694,05	2,11%
Alfredo Chaves	Despesas total por Função	26.014.630,74	
	Legislativa	1.164.969,28	4,48%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	5.867.735,77	22,56%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	1.012.270,49	3,89%
	Previdência Social	0	0,00%
	Saúde	5.346.008,38	20,55%
	Educação	6.502.973,54	25,00%
	Cultura	60.933,15	0,23%
	Urbanismo	1.925.386,43	7,40%
	Habitação	0	0,00%
	Saneamento	602.756,53	2,32%
	Gestão Ambiental	63	0,00%
	Agricultura	1.422.758,01	5,47%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	334.453,72	1,29%
	Comunicações	31.310,80	0,12%
	Transporte	110.872,40	0,43%

	Demais funções	1.632.139,24	6,27%
Brejetuba	Despesas total por Função	21.947.088,01	
	Legislativa	472.130,55	2,15%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	12.597.883,99	57,40%
	Segurança Pública	3.257,06	0,01%
	Assistência Social	162.146,50	0,74%
	Previdência Social	109.162,24	0,50%
	Saúde	1.979.254,91	9,02%
	Educação	4.209.633,52	19,18%
	Cultura	98.668,90	0,45%
	Urbanismo	853.313,17	3,89%
	Habitação	0	0,00%
	Saneamento	107.644,04	0,49%
	Gestão Ambiental	0	0,00%
	Agricultura	919.077,09	4,19%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	5.363,50	0,02%
	Transporte	287.703,05	1,31%
	Demais funções	141.849,49	0,65%
Castelo	Despesas total por Função	50.407.553,74	
	Legislativa	1.405.502,77	2,79%
	Judiciária	365.424,63	0,72%
	Administração	5.307.564,38	10,53%
	Segurança Pública	111.500,00	0,22%
	Assistência Social	2.654.050,37	5,27%
	Previdência Social	2.274.597,29	4,51%
	Saúde	9.762.255,64	19,37%
	Educação	16.646.576,73	33,02%
	Cultura	318.617,59	0,63%
	Urbanismo	2.434.909,05	4,83%
	Habitação	143.739,65	0,29%
	Saneamento	133.847,23	0,27%
	Gestão Ambiental	20.583,50	0,04%
	Agricultura	1.681.434,40	3,34%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	405.701,08	0,80%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	2.251.488,25	4,47%
	Demais funções	4.633.500,83	9,19%
Conceição do Castelo	Despesas total por Função	22.254.257,17	
	Legislativa	942.563,08	4,24%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	4.306.835,24	19,35%
	Segurança Pública	0	0,00%

	Assistência Social	1.177.079,29	5,29%
	Previdência Social	0	0,00%
	Saúde	4.241.804,94	19,06%
	Educação	7.280.055,46	32,71%
	Cultura	78.756,27	0,35%
	Urbanismo	1.680.341,46	7,55%
	Habitação	127.324,44	0,57%
	Saneamento	15.316,55	0,07%
	Gestão Ambiental	6.000,00	0,03%
	Agricultura	424.503,30	1,91%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	385.387,70	1,73%
	Demais funções	1.715.613,88	7,71%
Domingos Martins	Despesas total por Função	46.418.332,39	
	Legislativa	1.965.763,87	4,23%
	Judiciária	188.002,50	0,41%
	Administração	4.266.494,39	9,19%
	Segurança Pública	23.549,42	0,05%
	Assistência Social	1.246.045,27	2,68%
	Previdência Social	730.324,99	1,57%
	Saúde	8.881.284,86	19,13%
	Educação	15.731.568,52	33,89%
	Cultura	1.336.456,96	2,88%
	Urbanismo	3.921.405,28	8,45%
	Habitação	3.192,00	0,01%
	Saneamento	890.706,11	1,92%
	Gestão Ambiental	126.807,47	0,27%
	Agricultura	850.636,82	1,83%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	3.800.717,64	8,19%
	Demais funções	2.458.568,29	5,30%
Marechal Floriano	Despesas total por Função	25.763.588,41	
	Legislativa	842.914,86	3,27%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	5.940.683,02	23,06%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	945.010,37	3,67%
	Previdência Social	41.616,68	0,16%
	Saúde	4.865.182,78	18,88%
	Educação	7.380.376,82	28,65%
	Cultura	518.074,41	2,01%
	Urbanismo	2.043.052,45	7,93%

	Habitação	12.565,52	0,05%
	Saneamento	546.712,15	2,12%
	Gestão Ambiental	200.836,77	0,78%
	Agricultura	726.907,85	2,82%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	301.687,76	1,17%
	Transporte	912.861,33	3,54%
	Demais funções	497.671,16	1,93%
Santa Leopoldina	Despesas total por Função	25.050.381,04	
	Legislativa	753.846,86	3,01%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	9.461.374,96	37,77%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	859.825,05	3,43%
	Previdência Social	888.926,99	3,55%
	Saúde	4.430.389,95	17,69%
	Educação	6.675.448,72	26,65%
	Cultura	706.852,18	2,82%
	Urbanismo	0	0,00%
	Habitação	31.824,61	0,13%
	Saneamento	0	0,00%
	Gestão Ambiental	0	0,00%
	Agricultura	946.898,63	3,78%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	0	0,00%
	Demais funções	326.817,70	1,30%
Santa Maria de Jetibá	Despesas total por Função	48.510.985,97	
	Legislativa	1.682.879,90	3,47%
	Judiciária	2.970,00	0,01%
	Administração	11.666.271,09	24,05%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	1.428.424,12	2,94%
	Previdência Social	767.074,47	1,58%
	Saúde	10.931.790,24	22,53%
	Educação	12.591.119,08	25,96%
	Cultura	934.076,65	1,93%
	Urbanismo	2.555.364,26	5,27%
	Habitação	0	0,00%
	Saneamento	702.557,89	1,45%
	Gestão Ambiental	87.391,36	0,18%
	Agricultura	1.715.609,33	3,54%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%

	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	2.240.083,61	4,62%
	Demais funções	1.205.373,97	2,48%
Santa Teresa	Despesas total por Função	37.955.674,55	
	Legislativa	1.350.789,82	3,56%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	4.584.108,75	12,08%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	1.121.197,08	2,95%
	Previdência Social	0	0,00%
	Saúde	8.604.454,77	22,67%
	Educação	11.490.121,10	30,27%
	Cultura	1.247.113,17	3,29%
	Urbanismo	5.365.529,07	14,14%
	Habitação	11.852,00	0,03%
	Saneamento	0	0,00%
	Gestão Ambiental	559.991,89	1,48%
	Agricultura	2.627.448,44	6,92%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	0	0,00%
	Demais funções	1.004.920,46	2,65%
Vargem Alta	Despesas total por Função	31.069.404,88	
	Legislativa	727.686,69	2,34%
	Judiciária	0	0,00%
	Administração	9.768.325,42	31,44%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	681.160,79	2,19%
	Previdência Social	652.431,89	2,10%
	Saúde	6.820.561,23	21,95%
	Educação	10.573.188,21	34,03%
	Cultura	0	0,00%
	Urbanismo	611.782,57	1,97%
	Habitação	0	0,00%
	Saneamento	514.030,90	1,65%
	Gestão Ambiental	11.435,16	0,04%
	Agricultura	0	0,00%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	0	0,00%
	Demais funções	708.802,02	2,28%
Venda Nova do Imigrante	Despesas total por Função	33.914.759,98	
	Legislativa	883.922,91	2,61%
	Judiciária	0	0,00%

	Administração	2.324.507,36	6,85%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	1.176.893,28	3,47%
	Previdência Social	0	0,00%
	Saúde	7.640.693,76	22,53%
	Educação	8.047.456,94	23,73%
	Cultura	257.584,59	0,76%
	Urbanismo	4.938.603,21	14,56%
	Habitação	66.377,95	0,20%
	Saneamento	12.165,48	0,04%
	Gestão Ambiental	119.608,98	0,35%
	Agricultura	742.803,43	2,19%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	1.567.134,92	4,62%
	Demais funções	6.203.385,12	18,29%
Viana	Despesas total por Função	80.712.497,15	
	Legislativa	2.860.212,69	3,54%
	Judiciária	586.846,63	0,73%
	Administração	12.893.764,61	15,97%
	Segurança Pública	0	0,00%
	Assistência Social	1.167.404,44	1,45%
	Previdência Social	1.027.761,06	1,27%
	Saúde	11.765.315,73	14,58%
	Educação	29.717.284,11	36,82%
	Cultura	1.214.202,74	1,50%
	Urbanismo	6.433.407,40	7,97%
	Habitação	0	0,00%
	Saneamento	11.921.505,52	14,77%
	Gestão Ambiental	105.000,00	0,13%
	Agricultura	936.991,92	1,16%
	Indústria	0	0,00%
	Comércio e Serviços	0	0,00%
	Comunicações	0	0,00%
	Transporte	0	0,00%
	Demais funções	82.800,30	0,10%

7.3 SETORES PRODUTIVOS E MERCADOS

Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2008) o município com melhor desempenho com lavouras permanentes foi Brejetuba com R\$ 78.346.000,00 (Tabela 22).

Tabela 22 - Valor da Produção Agrícola em moeda corrente dos municípios do Território Montanhas e Águas.

MUNICÍPIO	TIPO	MIL REAIS	%
Afonso Cláudio	Lavoura permanente	36132	72,1
	Lavoura temporária	12283	24,5
	Extração vegetal	35	0,1
	Silvicultura	1648	3,3
Alfredo Chaves	Lavoura permanente	27175	80,3
	Lavoura temporária	4941	14,6
	Extração vegetal	3	0
	Silvicultura	1712	5,1
Brejetuba	Lavoura permanente	78346	95,1
	Lavoura temporária	854	1
	Extração vegetal	110	0,1
	Silvicultura	3090	3,8
Castelo	Lavoura permanente	36346	80,4
	Lavoura temporária	8403	18,6
	Extração vegetal	22	0
	Silvicultura	451	1
Conceição do Castelo	Lavoura permanente	16342	68,4
	Lavoura temporária	3339	14
	Extração vegetal	75	0,3
	Silvicultura	4120	17,3
Domingos Martins	Lavoura permanente	33475	51,3
	Lavoura temporária	24826	38
	Extração vegetal	22	0
	Silvicultura	6930	10,6
Marechal Floriano	Lavoura permanente	14785	64,5
	Lavoura temporária	3172	13,8
	Extração vegetal	9	0
	Silvicultura	4970	21,7
Santa Leopoldina	Lavoura permanente	25126	84,2
	Lavoura temporária	4407	14,8
	Extração vegetal	9	0
	Silvicultura	292	1
Santa Maria de Jetibá	Lavoura permanente	15466	36,4
	Lavoura temporária	24026	56,6
	Extração vegetal	9	0
	Silvicultura	2944	6,9

Santa Teresa	Lavoura permanente	57412	72,9
	Lavoura temporária	17147	21,8
	Extração vegetal	37	0
	Silvicultura	4129	5,2
Vargem Alta	Lavoura permanente	47854	90
	Lavoura temporária	3965	7,5
	Extração vegetal	13	0
	Silvicultura	1352	2,5
Venda Nova do Imigrante	Lavoura permanente	16088	57,3
	Lavoura temporária	10552	37,6
	Extração vegetal	16	0,1
	Silvicultura	1423	5,1
Viana	Lavoura permanente	9291	92,2
	Lavoura temporária	523	5,2
	Extração vegetal	3	0
	Silvicultura	258	2,6

Fonte: IBGE/IJSN 2008.

O valor total da produção agrícola do Território Montanhas e Águas no ano de 2008 atingiu o montante de R\$ 565.958.000,00 reais representando 15,64% do valor da produção agrícola do Estado do Espírito Santo (IJSN, 2008) (Tabela 23).

Tabela 23 - Valor da Produção Agrícola em moeda corrente do Território Montanhas e Águas e do Estado do Espírito Santo segundo Censo Agropecuário 2006 IBGE.

UNIDADE TERRITORIAL	MIL REAIS	Representação percentual
Território Montanhas e Águas	565.958,00	15,64%
Espírito Santo	3.618.517,00	

Fonte: IBGE / IJSN 2008

O Melhor desempenho dentre os município do Território Montanhas e Águas segundo o volume de negócios realizados em 2010 na CEASA Cariacica (CEASA, 2010), principal centro de comercio de Hortifrutigranjeiros do Estado do Espírito Santo, foi do município de Santa Maria de Jetibá com R\$ 95.072.288,74 e o menor

volume de negócios foi realizado por Conceição do Castelo com R\$ 4.258,08 (Tabela 24).

Tabela 24 – Volume de negócios com produtos Hortifrutigranjeiros realizados em 2010 no CEASA Cariacica e representação percentual dos produtos principais.

MUNICÍPIO	VOLUME DE NEGÓCIOS EM 2010 (R\$)	PRINCIPAIS PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO NO VOLUME TOTAL DE NEGÓCIOS (R\$)
Afonso Cláudio	12.296.968,74	Tomate longa vida	48%
		Quiabo	10%
		Goiaba	8%
Alfredo Chaves	21.965.382,02	Tomate longa vida	25%
		Banana prata	19%
		Inhame	14%
Brejetuba	365.895,80	Manga coquinho	42%
		Manga Tommy	30%
		Tangerina ponkan	22%
Castelo	3.419.569,91	Tomate longa vida	52%
		Tomate italiano	27%
		Pimentão	7%
Conceição do Castelo	4.258,08	Limão tahiti	100%
Domingos Martins	35.715.224,48	Banana terra	23%
		Tomate longa vida	19%
		Tangerina ponkan	6%
Marechal Floriano	4.741.829,87	Tomate longa vida	25%
		Banana terra	13%
		Tangerina ponkan	6%
Santa Leopoldina	21.954.155,72	Ovos granja branco extra	12%
		Banana prata	11%
		Banana terra	10%
Santa Maria de Jetibá	95.072.288,74	Ovos granja branco extra	35%
		Ovos granja verm. extra	8%
		Pimentão	7%
Santa Teresa	14.281.849,06	Tomate longa vida	57%
		Pimentão	11%
		Ovos granja branco extra	4%
Vargem Alta	1.400.662,14	Tomate longa vida	28%
		Inhame	15%
		Couve flor branca	12%
Venda Nova do Imigrante	5.896.043,66	Tomate longa vida	57%
		Morango	11%

		Inhame	7%
Viana	5.407.230,97	Banana prata	30%
		Milho verde	30%
		Banana nanica	14%

Fonte: CEASA Cariacica relatório 2010.

O Território Montanhas e Águas é responsável por 71,19% do volume de negócios realizados em 2010 na CEASA de Cariacica atingindo o montante de R\$ 222.521.359,19 (duzentos e vinte e dois milhões quinhentos e vinte e um mil trezentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos) como apresentado na Tabela 25. Os produtos capixabas que movimentam maior volume de negócios em moeda corrente (reais) são Tomate longa vida (15%), Ovos granja branco extra (12%) e Banana prata (6%).

Tabela 25 - Volume de negócios com produtos Hortifrutigranjeiros realizados em 2010 no CEASA Cariacica, representatividade do Território Montanhas e Águas com o Estado do Espírito Santo.

ABRANGÊNCIA	VOLUME DE NEGÓCIOS EM 2010 (R\$)
Território Montanhas e Águas	222.521.359,19
Espírito Santo	312.595.056,86

Fonte: CEASA Cariacica relatório 2010.

7.4 PECUÁRIA

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), as atividades agropecuárias mais representativas em termos numéricos são a avicultura seguida da bovinocultura, a seguir estão as planilhas com as atividades pecuárias de cada município do Território Montanhas e Águas e seu somatório.

Tabela 26 – Dados da Pecuária dos municípios: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba e Castelo.

Descrição	AFONSO CLÁUDIO	ALFREDO CHAVES	BREJETUBA	CASTELO
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	1.012,00	326,00	74,00	603,00
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de cabeças	26.771,00	9.025,00	3.148,00	23.355,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	0,00	1,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de cabeças	0,00	0,00	0,00	22,00

Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de estabelecimentos agropecuários	233,00	35,00	24,00	166,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de cabeças	521,00	72,00	64,00	462,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de estabelecimentos agropecuários	8,00	0,00	0,00	1,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de cabeças	14,00	0,00	0,00	1,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de estabelecimentos agropecuários	88,00	8,00	5,00	35,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de cabeças	159,00	9,00	5,00	48,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de estabelecimentos agropecuários	21,00	3,00	0,00	22,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de cabeças	256,00	14,00	0,00	599,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	25,00	4,00	2,00	19,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de cabeças	544,00	181,00	78,00	769,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de estabelecimentos agropecuários	984,00	139,00	29,00	192,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de cabeças	7.402,00	794,00	263,00	10.002,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	1.356,00	155,00	83,00	304,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de cabeças	58.049,00	698.886,00	2.360,00	22.220,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	120,00	19,00	6,00	51,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de cabeças	1.301,00	303,00	60,00	559,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano	542,00	207,00	48,00	290,00
Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	3.328,00	1.937,00	375,00	3.851,00
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	4.204,00	3.131,00	447,00	6.376,00

Número de estabelecimentos agropecuários que produziram ovos de galinhas no ano	570,00	109,00	41,00	201,00
Quantidade produzida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	276,00	30,00	3,00	47,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 27 - Dados da Pecuária dos municípios: Conceição do Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano.

Descrição	CONCEIÇÃO DO CASTELO	DOMINGOS MARTINS	MARECHAL FLORIANO
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	341,00	644,00	42,00
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de cabeças	7.349,00	8.862,00	552,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de estabelecimentos agropecuários	1,00	2,00	0,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de cabeças	4,00	10,00	0,00
Espécie de efetivo - Equinos - Número de estabelecimentos agropecuários	154,00	77,00	3,00
Espécie de efetivo - Equinos - Número de cabeças	350,00	341,00	9,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de estabelecimentos agropecuários	3,00	3,00	0,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de cabeças	4,00	7,00	0,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de estabelecimentos agropecuários	69,00	11,00	0,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de cabeças	107,00	54,00	0,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de estabelecimentos agropecuários	18,00	6,00	2,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de cabeças	174,00	279,00	52,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	12,00	16,00	1,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de cabeças	201,00	618,00	50,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de estabelecimentos agropecuários	221,00	480,00	10,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de cabeças	6.745,00	8.331,00	427,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	116,00	591,00	59,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de cabeças	369.475,00	5.539.694,00	6.223.341,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	55,00	71,00	6,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de cabeças	954,00	870,00	337,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano	181,00	370,00	19,00

Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	1.527,00	1.136,00	79,00
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	2.609,00	738,00	79,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram ovos de galinhas no ano	90,00	289,00	2,00
Quantidade produzida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	695,00	4.917,00	Não disponível

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 28 - Dados da Pecuária dos municípios: Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.

Descrição	SANTA LEOPOLDINA	SANTA MARIA DE JETIBÁ	SANTA TERESA
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	362,00	714,00	266,00
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de cabeças	8.630,00	5.978,00	8.508,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	0,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de cabeças	0,00	0,00	0,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de estabelecimentos agropecuários	82,00	31,00	92,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de cabeças	284,00	71,00	206,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de estabelecimentos agropecuários	3,00	0,00	1,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de cabeças	3,00	0,00	1,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de estabelecimentos agropecuários	42,00	1,00	16,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de cabeças	76,00	2,00	23,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de estabelecimentos agropecuários	16,00	29,00	27,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de cabeças	307,00	192,00	277,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	14,00	7,00	18,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de cabeças	234,00	134,00	353,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de estabelecimentos agropecuários	314,00	1.601,00	452,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de cabeças	1.503,00	11.467,00	3.215,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	430,00	1.995,00	592,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de cabeças	351.873,00	5.962.240,00	77.921,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	81,00	292,00	94,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de cabeças	63.103,00	266.185,00	1.268,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano	135,00	510,00	137,00
Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	1.096,00	1.400,00	1.026,00

Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	1.199,00	2.084,00	1.233,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram ovos de galinhas no ano	119,00	619,00	327,00
Quantidade produzida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	7.712,00	118.981,00	1.479,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 29 - Dados da Pecuária dos municípios: Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Viana.

Descrição	VARGEM ALTA	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	VIANA
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	251,00	101,00	162,00
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de cabeças	6.657,00	1.797,00	20.693,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	5,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de cabeças	0,00	0,00	205,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de estabelecimentos agropecuários	31,00	8,00	54,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de cabeças	86,00	63,00	527,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de estabelecimentos agropecuários	0,00	0,00	5,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de cabeças	0,00	0,00	9,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de estabelecimentos agropecuários	1,00	1,00	14,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de cabeças	1,00	8,00	38,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de estabelecimentos agropecuários	3,00	3,00	2,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de cabeças	52,00	23,00	25,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	7,00	10,00	12,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de cabeças	140,00	210,00	206,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de estabelecimentos agropecuários	72,00	74,00	65,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de cabeças	3.589,00	16.564,00	17.862,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	87,00	97,00	51,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de cabeças	3.568,00	1.064.650,00	3.144,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	12,00	22,00	24,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de cabeças	96,00	183,00	5.917,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano	108,00	67,00	79,00
Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	1.016,00	425,00	1.514,00
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	991,00	715,00	2.049,00

Número de estabelecimentos agropecuários que produziram ovos de galinhas no ano	52,00	84,00	16,00
Quantidade produzida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	23,00	5.769,00	4,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

Tabela 30 - Dados da Pecuária do Território Montanhas e Águas

Descrição	TERRITÓRIO
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	4.898,00
Espécie de efetivo - Bovinos - Número de cabeças	131.325,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de estabelecimentos agropecuários	9,00
Espécie de efetivo - Bubalinos - Número de cabeças	241,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de estabelecimentos agropecuários	990,00
Espécie de efetivo - Eqüinos - Número de cabeças	3.056,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de estabelecimentos agropecuários	24,00
Espécie de efetivo - Asininos - Número de cabeças	39,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de estabelecimentos agropecuários	291,00
Espécie de efetivo - Muares - Número de cabeças	530,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de estabelecimentos agropecuários	152,00
Espécie de efetivo - Caprinos - Número de cabeças	2.250,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de estabelecimentos agropecuários	147,00
Espécie de efetivo - Ovinos - Número de cabeças	3.718,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de estabelecimentos agropecuários	4.633,00
Espécie de efetivo - Suínos - Número de cabeças	88.164,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	5.916,00
Espécie de efetivo - Aves - Número de cabeças	20.377.421,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	853,00
Espécie de efetivo - Outras aves - Número de cabeças	341.136,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano	2.693,00
Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários	18.710,00
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários	25.855,00
Número de estabelecimentos agropecuários que produziram ovos de galinhas no ano	2.519,00
Quantidade produzida de ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários	139.936,00

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO 2006, IBGE.

7.5 CAFEICULTURA

Segundo dados do Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café – CETCAF sobre a cafeicultura capixaba do biênio 2002/2003 (CETCAF, 2003), o rendimento médio (sacas/hectare) dos municípios produtores de café arábica do Território Montanhas e Águas ficou em 13,12 sc/ha (Tabela 32), já o rendimento médio do café Conilon dos município deste mesmo território ficou em 20,66sc/há (Tabela 31),

sabe-se que as tecnologias implantadas daquele biênio até a atualidade proporcionaram melhor rendimento e qualidade aos cafés capixabas, no entanto, está obra do CETCAF foi a única encontrada. Abaixo estão tabelas resumos sobre os municípios do Território Montanhas e Águas produtores de café.

Tabela 31 – Municípios produtores de café Conilon no Território Montanhas e Águas, áreas e rendimento.

MUNICÍPIO	ÁREA DAS DAS PROPRIEDADES RURAIS (ha)	ÁREA COM CAFÉ CONILON			Rendimento médio (sc/ha)
		Ha.	Produção (T.)	% Área	
1 Afonso Cláudio	76.082,9	3.000,0	3,94	48.000	16,0
2 Alfredo Chaves	45.575,1	1.800,0	3,95	40.860	22,7
3 Castelo	59.303,6	5.000,0	8,43	102.000	20,4
4 Conceição de Castelo	32.616,7	1.200,0	3,68	26.280	21,9
5 Santa Leopoldina	60.826,6	1.720,0	2,83	35.776	20,8
6 Santa Teresa	60.695,7	3.500,0	5,77	95.200	27,2
7 Vargem Alta	37.552,4	850,0	2,26	14.705	17,3
8 Viana	23.647,1	703,0	2,97	13.357	19,0
TERRITORRIO MONTANHAS E ÁGUAS	396.300,10	17.773,00	33,83	x	20,66

Fonte: IBGE/CETCAF/INCAPER (2003).

Tabela 32 - Municípios produtores de café Arábica no Território Montanhas e Águas, áreas e rendimento.

MUNICÍPIO	ÁREA DAS DAS PROPRIEDADES RURAIS (ha)	ÁREA COM CAFÉ ARABICA			Rendimento médio (sc/ha)
		Ha.	Produção (T.)	% Área	
1 Afonso Cláudio	76.082,90	18.000,00	12.744,00	23,66	11,80
2 Alfredo Chaves	45.575,10	2.300,00	1.600,80	5,05	11,60
3 Brejetuba	29.810,60	18.000,00	14.580,00	60,38	13,50
4 Castelo	59.303,60	5.500,00	3.960,00	9,27	12,00
5 Conceição de Castelo	32.616,70	3.800,00	3.306,00	11,65	14,50
6 Domingos Martins	104.378,60	7.000,00	5.418,00	6,71	12,90
7 Marechal Floriano	18.950,80	4.000,00	3.744,00	21,11	15,60
8 Santa Leopoldina	60.826,60	2.040,00	1.481,00	3,35	12,10
9 Santa Maria de Jetibá	51.674,00	5.700,00	4.514,40	11,03	13,20
10 Santa Teresa	60.695,70	5.500,00	4.125,00	9,06	12,50
11 Vargem Alta	37.552,40	16.000,00	11.424,00	42,61	11,90
12 Venda Nova do Imigrante	17.240,30	3.900,00	3.697,20	22,62	15,80
TERRITORRIO MONTANHAS E ÁGUAS	594.707,30	91.740,00	70.594,40	x	13,12

Fonte: IBGE/CETCAF/INCAPER (2003).

7.6 AGRICULTURA ORGÂNICA

Segundo informações disponíveis na Biblioteca Digital do site “Prefira Orgânicos” do Portal do Ministério da Agricultura (MAPA, 2011) o estado do Espírito Santo possui 138 agricultores orgânicos cadastrados sendo que 56 agricultores, ou seja, 40,58% do total de agricultores orgânicos capixabas estão situados no Território Montanhas e Águas, principalmente os municípios de Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa.

A entidade representativa dos agricultores orgânicos cadastrados no MAPA é a Associação Chão Vivo, com sede em Santa Maria de Jetibá.

7.7 ACESSO A CRÉDITO

Segundo dados de 2010 do Banco Central do Brasil (BCB, 2010) o Território Montanhas e Águas concretizou 14.228 contratos e um montante de R\$ 338.290.760,15. O município do Território Montanhas e Águas que teve maior número de contratos aprovados foi Santa Maria de Jetibá com 2.137 contratos os quais movimentaram R\$ 80.529.043,46 os demais dados estão apresentados na Tabela 33.

Tabela 33 - Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF no ano de 2010.

Município	Contratos	Montante (R\$)	Porcentagem dos recursos em relação ao montante do Território
Afonso Cláudio	1.784	24.413.129,17	7,22%
Alfredo Chaves	1.240	25.656.083,36	7,58%
Brejetuba	1.167	24.608.419,50	7,27%
Castelo	1.280	20.800.259,26	6,15%
Conceição do Castelo	590	9.328.424,62	2,76%
Domingos Martins	1.459	32.992.342,99	9,75%
Marechal Floriano	323	10.885.078,35	3,22%
Santa Leopoldina	1.273	11.586.506,40	3,43%
Santa Maria de Jetibá	2.137	80.529.043,46	23,80%
Santa Teresa	1.323	21.634.088,49	6,40%
Vargem Alta	920	20.116.917,86	5,95%
Venda Nova do Imigrante	593	53.410.932,95	15,79%
Viana	139	2.329.533,74	0,69%

Fonte: BCB 2010

O Território Montanhas e Águas representou em 2010 19,94% do montante de recursos disponibilizados pelas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Tabela 34).

Tabela 34 - Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF no ano de 2010, comparativo entre o Território Montanhas e Águas e o Estado do Espírito Santo.

Município	Contratos	Montante (R\$)	Porcentagem dos recursos em relação ao montante do Espírito Santo
Território Montanhas e Águas	14.228	338.290.760,15	19,94%
Espírito Santo	63.398	1.696.956.534,24	

Fonte: BCB 2010

Relacionando o número de contratos firmados via PRONAF com o número de DAP registradas em cada município do Território Montanhas e Águas, ambos dados de 2010, observa-se que o município que possui melhor aproveitamento é o município de Marechal Floriano que firmou mais contratos que o número de DAP registradas, isso indica que os agricultores familiares estão utilizando mais linhas de crédito do PRONAF e fazendo mais uso da DAP para acesso a crédito, por outro lado o município com menor aproveitamento da DAP para acesso a crédito via PRONAF é o município de Viana com razão de 0,66 (Tabela 35).

Tabela 35 – Quantidade de Contratos firmados via PRONAF, total de DAP por município e razão Contrato/DAP para os municípios do Território Montanhas e Águas.

MUNICÍPIO	CONTRATOS	TOTAL DE DAP	RAZÃO CONTRATO/DAP
Viana	139	230	0,60
Castelo	1.280	1464	0,87
Venda Nova do Imigrante	593	619	0,96
Domingos Martins	1.459	1443	1,01
Conceição do Castelo	590	534	1,10
Vargem Alta	920	801	1,15
Brejetuba	1.167	982	1,19
Alfredo Chaves	1.240	1026	1,21
Afonso Cláudio	1.784	1450	1,23
Santa Teresa	1.323	1063	1,24
Santa Leopoldina	1.273	887	1,44
Santa Maria de Jetibá	2.137	1362	1,57
Marechal Floriano	323	180	1,79

Fonte: Contratos do PRONAF BACEN / Extrato de DAP por município MDA

8. ASPECTOS AMBIENTAIS

8.1 RECURSOS NATURAIS

8.1.1 Solo, Relevo e Clima

As características gerais sobre solo, relevo e clima do Território Montanhas e Águas estão apresentadas na Tabela 36, os dados foram extraídos do Projeto RADAMBRASIL (MME, 1983).

Tabela 36 – Avaliação do relevos e tipos de solos ocorrentes nos municípios do Território Montanhas e Águas.

Município	Classes de Avaliação de Relevo segundo PROJETO RADAMBRASIL sf.23/24*	Classes de tipos de solos quanto a suas características físico-químicas
Afonso Cláudio	MFo4 / Mo5	PEe / LVa / Ca
Alfredo Chaves	Fo4 / Mo5	LVa / Ca
Brejetuba	Mo5	LVa / Ca
Castelo	Fo4 / Fa4 / MFo4	BV / PEe / Rd / LVa
Conceição do Castelo	Mo5 / MFo4	LVa / Ca / PEe
Domingos Martins	Fa5 / Mo5	Ca / LVa
Marechal Floriano	Mo5 / Fo4 / Fa5	Ca / LVa
Santa Leopoldina	MFo4 / Mo5 / MFa6	LVPa / LVa / Ca
Santa Maria de Jetibá	Fa5 / MFo4 / Fo5	LVa / Ca
Santa Teresa	MFo4	Ca / LVa
Vargem Alta	Fo4 / Fa4 / Mo5	LVa / Ca / BV Ra
Venda Nova do Imigrante	Fo4 / Fa5 / Mo5	PEe / LVa
Viana	Fo4 / Mo5	LVPa / LVa / Ca

Tabela 37 – Legenda da Avaliação de Relevo

DISSECAÇÃO	CLASSES	CARACTERÍSTICAS
MUITO FRACA	MFa6	Compreendem relevos colinosos com vertentes longas de declives <8° e incisões de drenagem entre 23 e 42 m. Chuvas distribuídas de outubro a março com 1.200 a 1.750 mm. Formações superficiais espessas de textura argilosa e areno-argilosa.
FRACA	Fa4 Fa5	Abrangem relevos colinosos com vertentes convexas e topos convexizados ou tabulares, intercalados por alvéolos, com incisões de drenagem entre 44 e 92 m e declives que variam de 5 a 24°. Sob a influencia das precipitações entre 800 e 1.750 mm concentradas no verão, formações superficiais argilosas e areno-argilosas.
MODERADA	Mo5	Englobam relevos de dissecação estrutural, orientados, constituindo cristais assimétricos e escarpas que coalescem com rampas de colúvio “mares de morros” e colinas convexas. Incisões de drenagem de 98 a 155 m, declives entre 11 e 24° e formações superficiais espessas,

		de textura areno-argilosas. Áreas que recebem de 800 a 2.000 mm de chuvas anuais.
FORTE	Fo4 Fo5	Compreendem um conjunto de serras alongadas, escarpas e esporões digitados, com incisões de drenagem na ordem de 158 a 201 m e declives das encostas de 11 a 24°. Precipitação entre 800 a 2.500 mm, formações superficiais delgadas de textura argilosa e areno-argilosa.
MUITO FORTE	MFo4	Abrangem modelados estruturais representados por cristais de topos aguçados, pães-de-açúcar, morros, pontões, escarpas subparalelas e festonas e patamares escalonados com incisões de drenagem de 212 a 312 m e declividades de encostas variando de 24 a 37° Precipitações entre 800 a 1.750 mm anuais concentradas no verão. Formações superficiais argilosas.

Tabela 38 – Legenda dos tipos de solos quanto a suas características físico-químicas

CLASSES	CARACTERÍSTICAS
BV	Brunizém Vermelho
Ca	Cambissolo álico
LVa	Latossolo Vermelho-Amarelo Álico
LVPa	Latossolo Vermelho-Amarelo Podzólico Álico
PEe	Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico
Ra	Solos Litólicos Álicos
Rd	Solos Litólicos Distróficos

8.1.2 Vegetação

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1987), a cobertura vegetal natural que predomina nos municípios do Território Montanhas e Águas são: Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta e as variações de ambos grupos.

Abaixo estão as descrições das classes fitoecológicas como extraído da obra: CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: cobertura florestal, unidades de conservação e fauna ameaçada (IPEMA, 2004).

Floresta Ombrófila Densa

Ocorre sob um clima ombrófilo e dependente de chuva, sem período biologicamente seco durante o ano e excepcionalmente com 2 meses de umidade escassa, com grande umidade concentrada nos ambientes dissecados das serras. As

temperaturas médias oscilam entre 22 e 25°C. Caracteriza-se por solos de baixa fertilidade, ora álicos ou distróficos.

Na Floresta Ombrófila Densa apresentam-se árvores de grande porte nos terraços aluviais e nos tabuleiros terciários, enquanto nas encostas marítimas as árvores são de porte médio.

Alguns gêneros são típicos e caracterizam bem esta região da encosta atlântica até o rio Doce, como *Parkia*, *Manktara* e *Attalea* (IBGE, 1987).

Esta região é subdividida em quatro formações, de acordo com as diferenças de topografia e fisionomias florestais:

Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas

Situada entre os 4° de latitude N e os 16° latitude S, a partir dos 5 m até os 100 m acima do mar; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 5 m até 50 m; de 24° de latitude S a 32° de latitude S de 5 m até 30 m. É uma formação que em geral ocupa as planícies costeiras, capeadas por tabuleiros pliopleistocênicos do Grupo Barreiras.

Floresta Ombrófila Densa Submontana

Situada nas encostas dos planaltos e/ou serras entre os 4° de latitude N e os 16° de latitude de S a partir dos 100 m até 600 m; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 50 m até 500 m; de 24° de latitude S a 32° de latitude S de 30 m até 400 m. Suas principais características são os fanerófitos de alto porte, alguns ultrapassando os 30 m.

Floresta Ombrófila Densa Montana

Situada no alto dos planaltos e/ou serras entre os 4° de latitude N e os 16° de latitude S a partir dos 600 m até 2000 m; de 16° de latitude S a 24° de latitude S de 500 m até 1500 m; de 24° de latitude S até 32° de latitude S de 400 m até 1000 m. A estrutura florestal do dossel uniforme (20 m) é representada por ecotipos relativamente finos com casca grossa e rugosa, folhas miúdas e de consistência coriácea.

Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana

Situada acima dos limites estabelecidos para a formação montana. Trata-se de uma formação arbórea mesofanerofítica com aproximadamente 20 metros de altura, que se localiza no cume das altas montanhas com solos litólicos, apresentando acumulações turfosas nas depressões onde se localiza a floresta — o único remanescente no Estado está na Serra do Caparaó, com grande parte incluída dentro dos limites do Parque.

Floresta Ombrófila Aberta (faciações da Floresta Ombrófila Densa)

A fisionomia florestal é de árvores mais espaçadas, com estrato arbustivo pouco denso, com clima com mais de 2 e menos de 4 meses secos, temperatura média de 24 e 25°C.

Caracteriza-se pela presença de arbustos e muitas palmeiras, especialmente do gênero *Attalea*, conhecida como indaiá-açú.

No Espírito Santo, este tipo de floresta é encontrado em pequenas áreas localizadas a noroeste e a sudeste, ocupando 130.800 ha ou 2,87% da extensão territorial do Estado.

Ocorre sobre a litologia do Pré-Cambriano, situada no planalto do Caparaó, entre Venda Nova e Ibatiba, com altitudes que variam entre 1.000 e 1.200 m. Ocorre ainda, na região de Domingos Martins, em uma pequena faixa perpendicular ao eixo da rodovia BR 262, de Alfredo Chaves a Santa Leopoldina, com altitudes entre 600 e 800 m.

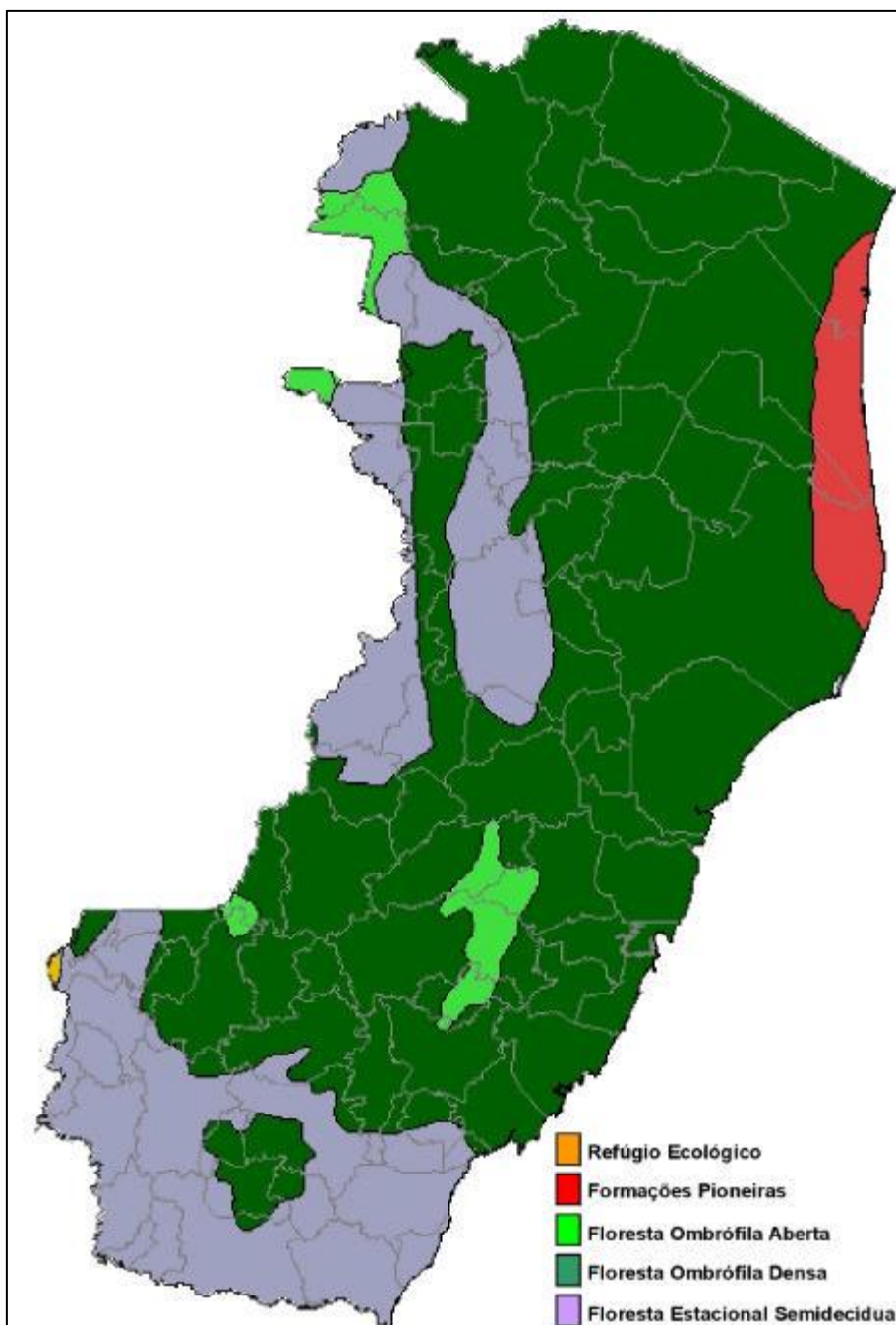


Figura 1 - Formações Fitoecológicas do Estado do Espírito Santo, de acordo com IBGE (1987).

8.1.3 Recursos Hídricos

Bacia Hidrográfica é a área de drenagem de um curso d'água, de tal forma que toda vazão efluente seja descarregada através uma só saída, na porção mais baixa de seu contorno. A declividade das montanhas, dos montes e das colinas orienta o sentido e a direção das águas, determinando assim os limites de uma bacia hidrográfica. Considera-se como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas

com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos. Dessa forma, o Estado do Espírito Santo encontra-se dividido oficialmente em 12 Unidades Administrativas de Recursos Hídricos, são elas:

1. Itaúnas;
2. São Mateus;
3. Doce Suruaca;
4. Riacho;
5. Reis Magos;
6. Santa Maria da Vitória;
7. Jucu;
8. Guarapari;
9. Benevente;
10. Rio Novo;
11. Itapemirim;
12. Itabapoana.

Destas unidades os municípios do Território Montanhas e Águas estão incluídas em 7: Doce Suruaca; Reis Magos; Santa Maria da Vitória; Jucu; Guarapari; Benevente; Itapemirim. Estas Bacias Hidrográficas abastecem cerca de 80% dos municípios capixabas e a região metropolitana de Vitória é abastecida em mais de 70% com as águas do Rio Santa Maria da Vitória e Jucu.

8.2 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

8.2.1 Índice de Desmatamento

Segundo dados do Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica 2005 a 2008 (Fundação SOS Mata Atlântica, INPE, 2009), o município do Território Montanhas e Águas que possui maior cobertura proporcional à área original da Mata Atlântica é Marechal Floriano com 35% de sua área municipal coberta com vegetação nativa a menor cobertura proporcional foi visualizada nos municípios de Afonso Cláudio e Brejetuba, ambos com 9% (Tabela 39).

Tabela 39 – Percentual da vegetação atual/original da Mata Atlântica nos municípios do Território Montanhas e Águas.

MUNICÍPIO	Área original da Mata Atlântica (ha)	Percentual da vegetação atual/original
Afonso Cláudio	95717,0	9%
Alfredo Chaves	61840,0	33%
Brejetuba	34197,0	9%
Castelo	66626,0	17%
Conceição do Castelo	36956,0	20%
Domingos Martins	122934,0	24%
Marechal Floriano	28592,0	35%
Santa Leopoldina	72024,0	27%
Santa Maria de Jetibá	73716,0	26%
Santa Teresa	69594,0	21%
Vargem Alta	41654,0	28%
Venda Nova do Imigrante	18812,0	22%
Viana	31220,0	19%

Fonte: Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica 2005 a 2008. SOS MATA ATLÂNTICA/INPE.

8.2.2 Unidades de Conservação

A Tabela 40 apresenta as unidades de conservação dos municípios do Território Montanhas e Águas (IEMA, 2011).

Tabela 40 – Unidades de Conservação ambiental por município do Território Montanhas e Águas.

MUNICÍPIO	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÁREA APROXIMADA (ha)
AFONSO CLÁUDIO	RPPN Bugio e Companhia	6,52
	RPPN Córrego Floresta	23,86
	RPPN Debora	120,18
	RPPN Simone	20,61
	RPPN Três Pontões	12,00
	RPPN Vovó Dindinha	14,55
ALFREDO CHAVES	RPPN Oiutrem	58,10
BREJETUBA	Não há	0,00
CASTELO	PARQUE ESTADUAL DE FORNO GRANDE	730,00
	PARQUE ESTADUAL DE MATA DAS FLORES	800,00
CONCEIÇÃO DO CASTELO	Não há	0,00
DOMINGOS MARTINS	PARQUE ESTADUAL DE PEDRA AZUL	1240,00
MARECHAL FLORIANO	Não há	0,00
SANTA LEOPOLDINA	RPPN Rancho Chapadão	28,60
SANTA MARIA DE JETIBÁ	Não há	0,00
SANTA TERESA	Área de Proteção Ambiental (APA) Goiapaba-açu	3700,00
	Estação Biológica de Santa Lúcia	440,00

	Parque Natural Municipal São Lourenço	311,17
	Reserva Biológica (Rebio) Augusto Ruschi	4700,00
	RPPN Linda Laís	3,48
	RPPN Olho D'Água	19,09
	RPPN Vale do Sol	67,52
VARGEM ALTA	RPPN Mata da Serra	14,54
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Não há	0,00
VIANA	Não há	0,00
TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS	19 unidades	12310,22

Fonte: IEMA

Analisando a Tabela 40, observa-se que o município de Santa Teresa possui maior área em unidades de conservação ambiental com 9.241,26 hectares, por outro lado os municípios de Brejetuba, Conceição do Castelo, Marechal Floriano, Santa Maria de Jetibá, Venda Nova do Imigrante e Viana não possuem nenhuma unidade de conservação.

8.3 UTILIZAÇÃO ENERGÉTICA DOS RECURSOS NATURAIS

8.3.1 Aproveitamento Hidroelétrico

O Território Montanhas e Águas hospeda 08 unidades geradoras de energia de origem hidroelétrica (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), responsáveis pela geração de 142.819,00 KW, isso representa 16,35% de toda a energia de origem hidrodinâmica do Estado do Espírito Santo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Tabela 41 – Geração de energia hidroelétrica nos municípios do Território Montanhas e Águas e demais municípios capixabas.

Usina	Potência (kW)	Destino da Energia	TIPO DE USINA	Proprietário	Município	TERRITÓRIO	Rio
Tabocas	464,00	Registro	Central Geradora Hidrelétrica	100% para Empresa Luz e Força	Santa Teresa - ES	SIM	Tabocas
Viçosa (Bicame)	4.500,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Energest S/A	Conceição do Castelo - ES	SIM	Castelo

São Simão	27.420,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para São Simão Energia S/A	Alegre - ES	NÃO	Itabapoana	Itaúprodução de Energiamirim
Calheiros	19.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Calheiros Energia S/A	Bom Jesus do Itabapoana - RJ / São João	NÃO	Preto	
Fumaça IV	4.500,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Caparaó Energia S/A	Calana - MG / Dolores do Rio Preto ES	NÃO	Santa Maria	
Santa Maria	420,00	Registro	Central Geradora Hidrelétrica	100% para Empresa Luz e Força	Colatina - ES	NÃO	Pancas	
Cachoeira do Oito	240,00	Registro	Central Geradora Hidrelétrica	100% para Empresa Luz e Força	Colatina - ES	NÃO	São José	
Cachoeira da Onça	900,00	Registro	Central Geradora Hidrelétrica	100% para Empresa Luz e Força	São Gabriel da Palha - ES	NÃO	Santa Maria da vitória	
Suiça	34.515,00	Serviço Público	Usina Hidrelétrica de Energia	100% para Energest S/A	Santa Leopoldina - ES	SIM	Santa Maria da vitória	
Rio Bonito	22.500,00	Serviço Público	Usina Hidrelétrica de Energia	100% para Energest S/A	Santa Maria de Jetibá - ES	SIM	Jucu	
Jucu	4.840,00	Serviço Público	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Energest S/A	Domingos Martins - ES	SIM	Jucu	
São Pedro	30.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para São Pedro Energia S/A	Domingos Martins - ES	SIM	Benevente	
São Joaquim	21.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para São Joaquim Energia S/A	Alfredo Chaves - ES	SIM	Castelo	
São João	25.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Energest S/A	Castelo - ES / Conceição do Castelo	SIM		

Rosal	55.000,00	Serviço Público	Usina Hidrelétrica de Energia	100% para Rosal Energia S/A	Bom Jesus do Itabapoana - RJ / Guacuí	NÃO	Itabapoana
Mascarenhas	185.000	Serviço Público	Usina Hidrelétrica de Energia	100% para Energest S/A	Muniz Freire - ES	NÃO	Doce
Aimorés	330.000,00	Produção Independente de Energia	Usina Hidrelétrica de Energia	49% para CEMIG Geração e Transmissão	Aimorés - MG / Baixo Guandu - ES	NÃO	Doce
Muniz Freire	25.000,00	Autoprodução de Energia	Usina Hidrelétrica de Energia	100% para Samarco Mineração S/A	Muniz Freire - ES	NÃO	Pardo
Fruteiras	8.736,00	Serviço Público	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Energest S/A	Cachoeiro de Itapemirim - ES	NÃO	Fruteiras
Franca Amaral	4.500,00	Serviço Público	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Quanta Geração S/A	Bom Jesus do Itabapoana - RJ / São Jacaré	NÃO	Itabapoana
Alegre	2.056,00	Serviço Público	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Energest S/A	Alegre - ES	NÃO	Ribeirão Alegre
Pedra do Garrafão	19.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Rio PCH I S.A.	Campos dos Goytacazes - RJ / Mimoso do Sul	NÃO	Itabapoana
Pirautoprodução de Energia	20.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Rio PCH I S.A.	Bom Jesus do Itabapoana - RJ / São Jacaré	NÃO	Itabapoana
Francisco Gross (Ex. Santa Fé)	29.000,00	Produção Independente de Energia	Pequena Central Hidrelétrica	100% para Santa Fé Energia S/A	Alegre - ES	NÃO	Itautoprodução de Energiamirim

Fonte: ANEEL

Tabela 42 – Comparativo das gerações hidroelétricas no Território Montanhas e Águas e demais municípios capixabas.

POTENCIA INSTALADA (KW)	ORIGEM	REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO
-------------------------	--------	--

		ESTADUAL
142.819,00	Energia hidroelétrica gerada no Território Montanhas e Águas	16,35%
730.772,00	Energia hidroelétrica gerada em outros municípios capixabas	83,65%
873.591,00	Total da energia hidroelétrica do Espírito Santo	100,00%

Fonte: ANEEL

9. POLÍTICAS PÚBLICAS

9.1 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

9.1.1 Programas e políticas públicas coordenadas pela Secretaria de Estadual da Agricultura, aquicultura, pecuária e pesca.

9.1.1.1 Projeto SIC - Agricultura em Movimento

A Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo - SEAG desenvolveu o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que consiste em implantar uma estrutura capaz de formar um elo entre o cidadão e o sistema público rural (SEAG, 2011).

Esse canal servirá para receber reclamações, solicitações, sugestões e denúncias referentes à prestação dos serviços da Secretaria e de seus órgãos vinculados. O objetivo é ouvir, orientar e esclarecer possíveis dúvidas e, com isso, aprimorar ou corrigir os serviços prestados, para melhor atender às expectativas e os interesses da população (SEAG, 2011).

Para alcançar esses objetivos, o Projeto SIC implantou o espaço Agricultura em Movimento, uma iniciativa que vai melhorar ainda mais o contato com a população, em um espaço que conta com estrutura funcional privilegiada, localizado no Hortomercado, em Vitória (SEAG, 2011).

No local haverá sempre um funcionário capacitado e preparado exclusivamente para atender as solicitações e enviá-las para a SEAG, que as responderá no menor tempo possível (SEAG, 2011).

9.1.1.2 Programa de Mecanização e Beneficiamento de Grãos

Os pequenos agricultores familiares carecem de máquinas e equipamentos para preparo do solo, beneficiamento da produção e execução de pequenas obras de engenharia rural (SEAG, 2011).

O Objetivo da SEAG com este programa é atender os pequenos agricultores familiares através de suas organizações rurais disponibilizando máquinas e equipamentos, através de contratos de concessão de uso (SEAG, 2011).

9.1.1.3 Programa de Unidades de Conservação

Este Programa prevê a preservação e conservação dos recursos ambientais (Reservas Florestais) do Estado do Espírito Santo (SEAG, 2011).

Tem como principal objetivo contribuir com a manutenção da biodiversidade compatibilizando o desenvolvimento sócio-econômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, buscando a sustentabilidade ambiental (SEAG, 2011).

São metas:

- Criação de 8 RPPN's - Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- Regulamentação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SISEUC).
- Revisão do Plano de Manejo das Reservas de Duas Bocas, Itaúnas e Paulo César Vinhas.

9.1.1.4 Caminhos do Campo

Caminhos do Campo é o Programa de Pavimentação de Estradas Rurais e Municipais, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo. O objetivo desse projeto é adequar e revestir as estradas rurais capixabas, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar para melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos e as perdas dos produtos perecíveis (SEAG, 2011).

Além disso, o programa pretende aumentar o fluxo de visitantes no meio rural, visando dobrar o número de propriedades aptas ao agroturismo, uma atividade que gera milhares de empregos diretos e uma renda adicional para os produtores rurais. O Programa Caminhos do Campo está levando desenvolvimento para os produtores rurais capixabas e beneficiando todo o Estado do Espírito Santo (SEAG, 2011).

O desenvolvimento do Espírito Santo passa pelos caminhos do campo. O Interior teve um passado marcante para o Estado, mas estava abandonado havia décadas. Essa realidade mudou (SEAG, 2011).

Para nós, a igualdade de oportunidade e a inclusão social só serão alcançadas com a descentralização dos investimentos e o incentivo às vocações regionais, como é o caso do agroturismo, da fruticultura, da pecuária, dentre outros. Consideramos o Interior uma das novas fronteiras de desenvolvimento social e econômico sustentável do Espírito Santo. As estradas são um exemplo desse trabalho. Que os “Caminhos do Campo” levem desenvolvimento, alegrias e qualidade de vida ao Interior e tragam riquezas para avançarmos na construção de um novo Espírito Santo (SEAG, 2011).

Tem como principal objetivo facilitar o escoamento da produção agrícola, aumentar o fluxo turístico e reduzir problemas ambientais (SEAG, 2011).

Sua principal meta é a adequação e revestimento asfáltico de 730 km de estradas rurais municipais (SEAG, 2011).

A Tabela 43 apresenta os municípios que já foram beneficiados através do Programa Caminhos do Campo.

Tabela 43 – Lista de municípios do Território Montanhas e Águas beneficiados pelo Programa Caminhos do Campo da SEAG.

Município	Descrição / Trecho	Extensão (km)	Extensão por município
Afonso Cláudio	Sede - Sitio Capiau	8,07	8,07
Alfredo Chaves	Comunidade de Batatal a Aparecida	2,88	2,88
Brejetuba		0,00	0,00
Castelo	Araçuí - Estrela do Norte	8,80	13,00
	Caxixe - Forno Grande	3,00	
	Acesso a Uniaves	1,20	
Conceição do Castelo	Sede - Santo Antonio do Areião	17,00	
Domingos Martins	Acesso à Serra Verde e Califórnia.	0,75	50,19
	BR-262 - ES-164 (Rota do Lagarto)	8,00	
	Ponte sobre o Rio Jucu - São Miguel (1ª Etapa)	5,60	
	Ponte sobre o Rio Jucu - São Miguel - Melgaço (2ª Etapa)	19,90	
	Sede - Ponte sobre o Rio Jucu	10,20	
	Sede - Soído de Cima	1,90	
	Comunidade Santa Úrsula - Soido	1,37	
	BR-262 - Vale da Estação	2,47	
Marechal Floriano	BR-262 - Soido Baixo - Trevo Parajú - Escola José Aloísio Simon	3,93	15,93
	Vitor Hugo - São Bento de Urânia	12,00	
Santa Leopoldina	ES-355 - Caramuru (Contrato)	2,50	6,48

	Acesso Comunidade do Funil	1,48	
	ES-355 - Caramuru (Convênio)	2,50	
Santa Maria de Jetibá	Acesso à São João do Garrafão	0,90	
	São Sebastião - Recreio - Garrafão de Cima	7,82	8,72
Santa Teresa	Sede - Alto Santo Antonio	7,80	
	ES-261 - Vale Tabocas	5,10	12,90
Vargem Alta		0,00	0,00
Viana	Sede - Baía Nova (Guarapari)	25,50	
	Baía Nova - Frigorífico Suimatin (pedra Mulata)	1,74	27,24

Fonte: site SEAG

Tabela 44 – Extensão asfáltica que o projeto Caminhos do Campo instalou no território Montanhas e Águas e sua representação percentual em relação a extensão total.

Território	Extensão (km)	Representação percentual da extensão.
Total do Território Montanhas e Águas	162,41	29%
Total do Espírito Santo	558,35	

Fonte: site SEAG

9.1.1.5 Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas

A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tendo como referencial básico os desafios e diretrizes do NOVO PEDEAG têm procurado articular esforços integrados com as demais instituições públicas e privadas, com objetivo de construir a necessária convergência entre as políticas de desenvolvimento agropecuário e a recuperação e conservação dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável e mais equilibrado das diferentes regiões do Estado (SEAG, 2011).

O Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas sintetiza uma iniciativa do Governo Estadual para apoiar os produtores rurais interessados em promover, de forma planejada, a conjugação de ações de conservação e recuperação dos recursos naturais, simultaneamente à melhoria da produtividade agrícola, com ganhos econômicos (SEAG, 2011).

Em síntese, o Programa incorpora o desafio de ampliar a cobertura florestal com essências nativas e avançar na adoção de boas práticas agrícolas nas atividades agropecuárias mais expressivas em termos de ocupação do solo, com incentivos econômicos aos produtores interessados, através do fornecimento de insumos e serviços indispensáveis ao planejamento individual da propriedade, à implantação

das atividades de recuperação e conservação de recursos naturais, e à renovação ou implantação de lavouras e pastagens (SEAG, 2011).

A meta é de alcançar no triênio 2009-2011 a realização de projetos integrados para 440 propriedades que servirão de experiências demonstrativas, e de modelos de sistemas de produção ambientalmente apropriados às diferentes regiões naturais do Estado do Espírito Santo (SEAG, 2011).

O Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas tem como principal objetivo o desenvolvimento sustentável da pequena e média propriedade rural buscando estimular um conjunto de ações integradas, voltadas para a recuperação e adequação ambiental, e para a otimização e renovação de suas áreas de produção agrícola e florestal (SEAG, 2011).

As regiões prioritárias onde se desenvolverão o Programa, de acordo com as decisões emanadas do seu Comitê de Gerenciamento, são as seguintes:

- 1 **Corredor Ecológico da Serra das Torres:** abrangendo partes dos municípios de Mimoso do Sul, Muqui e Atílio Vivacqua;
- 2 **Bacia Hidrográfica do Rio Benevente:** compreendendo em maior extensão o município de Alfredo Chaves, partes dos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma;
- 3 **Região do Projeto Pau-Brasil:** concentrada nos municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano.
- 4 **Corredor Ecológico do Alto Misterioso:** abrangendo partes dos Municípios de Santa Teresa (Córrego de Sta. Júlia), Itaguaçu, Itarana, São Roque, Baixo Guandu, Laranja da Terra, e Colatina;
- 5 **Bacia do Rio Guandu:** abrangendo parte dos municípios de Afonso Cláudio, Laranja da Terra e Baixo Guandu;
- 6 **Bacia do Rio São José:** abrangendo parte dos municípios de Mantenópolis, Alto Rio Novo, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Valério e Linhares (Lagoa Juparanã).

- 7 **Corredor Ecológico do Córrego do Veado**, abrangendo os municípios de Pinheiros e Boa Esperança;
- 8 **Região de Pecuária do Extremo Norte**, abrangendo os municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo.

9.1.1.6 Pronaf Capixaba

O Governo do Estado do Espírito Santo, numa iniciativa inédita no país, lançou, em 2005, o “PRONAF Capixaba” com o objetivo principal de gerar desenvolvimento a partir de uma das principais bases da economia capixaba: a Agricultura Familiar. Procurando atender às características que representam a realidade agrícola do Estado, o Programa foi concebido para promover o desenvolvimento sustentável no Espírito Santo com o fortalecimento da agricultura familiar, utilizando recursos do próprio Governo (SEAG, 2011).

As ações do Programa devem estar previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS e atender ao objetivo de implantação, ampliação, racionalização e melhoria da infraestrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar (SEAG, 2011).

A aplicação dos recursos é definida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, onde estão representados os agricultores familiares e as diversas entidades de apoio à agricultura. Depois da deliberação do CMDRS, a proposta segue como projeto para a Secretaria Estadual de Agricultura – SEAG, que o implementará após a assinatura de convênio (SEAG, 2011).

No âmbito da SEAG, a Gerência de Agricultura Familiar e Reestruturação Fundiária GEAF, têm o papel de coordenar, acompanhar e monitorar as ações do programa, numa ação conjunta com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, com as prefeituras locais e com os CMDRS. No ano de 2009 foram aprovados 19 projetos e para esse ano o Governo Estadual tem como meta alcançar um mínimo de 40 municípios (SEAG, 2011).

9.1.2 Programas e Políticas Públicas e Coordenados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

9.1.2.1 Corredores ecológicos

A concepção de corredores ecológicos – em discussão no Brasil desde 1996 - está sendo posta em prática pelo Projeto Corredores Ecológicos, associado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, do Ministério do Meio Ambiente. Este projeto surgiu com o propósito de testar e abordar diferentes condições para a implementação desse novo conceito, para isso foram escolhidos dois corredores: O Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica (PCE, 2011).

Todo o Espírito Santo está na área definida como Corredor Central da Mata Atlântica. No estado o Projeto é gerenciado pela Unidade de Coordenação Estadual (UCE-ES), sediada no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). O Projeto é executado por órgãos do Governo Federal e Estadual, sob a supervisão do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera (PCE, 2011).

Projeto envolve o fortalecimento, a expansão e a conexão de áreas protegidas dentro do corredor incentivando uso de baixos impactos como manejo florestal e os sistemas agroflorestais (PCE, 2011).

O Espírito Santo definiu de forma participativa dez áreas para a implantação de corredores ecológicos. Esses corredores receberam o nome de Corredores Prioritários e têm como objetivo testar metodologias e divulgar a experiência para que esta possa ser replicada em outras regiões, o que contribui para construção de novas bases de apoio à conservação da biodiversidade. Dentre os corredores Prioritários que algum município do Território Montanhas e Águas fazem parte estão:

1. Alto Misterioso

- Bacia Hidrográfica: Rio Doce;
- Municípios: Baixo Guandu, Colatina, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Santa Teresa e São Roque do Canaã;

- Unidades de Conservação: não há;
- Área aproximada: 74 mil hectares.

2. Complexo Centro-Norte Serrano

- Bacia Hidrográfica: Santa Maria da Vitória, Jucu e Reis Magos;
- Municípios: Aracruz, Fundão, Ibiracú, João Neiva, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e Serra;
- Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental (APA) Goiapaba-açú (3,7 mil ha), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Morro da Vargem (573 ha), Estação Biológica de Santa Lúcia (440 ha), Parque Natural Municipal Goiapaba-açú (46 ha), Parque Natural Municipal Aricanga (453 ha), Parque Natural Municipal São Lourenço (311,17 ha) Reserva Biológica (Rebio) Augusto Ruschi (4,7 mil ha);
- Área aproximada: 120 mil hectares.

3. Duas Bocas - Mestre Álvaro

- Bacia Hidrográfica: Santa Maria da Vitória, Jucu e Reis Magos;
- Municípios: Cariacica, Serra, Santa Leopoldina e Viana;
- Unidades de Conservação: Reserva Biológica (Rebio) Duas Bocas (2910 ha) e Área de Proteção Ambiental (APA) Mestre Álvaro (3470 ha);
- Área aproximada: 37 mil hectares.

4. Saíra-Apunhalada

- Bacia Hidrográfica: Doce e Itapemirim;
- Municípios: Afonso Cláudio, Brejetuba e Conceição do Castelo;
- Unidades de Conservação: não há;

- Área aproximada: 37 mil hectares

9.1.2.2 Espírito Santo sem lixo

No Estado do Espírito Santo o planejamento da ação governamental orientado por uma lógica de desenvolvimento regional de longo prazo, contida no Plano de Desenvolvimento ES 2025, garantiu o adensamento das Orientações Estratégicas de Governo 2007-2010, bem como o seu alinhamento aos principais anseios e às reais necessidades dos cidadãos capixabas (IEMA, 2011).

Neste sentido, está sendo implementada uma inovação da gestão pública estadual, isto é, uma nova metodologia de gestão da estratégia de governo, operacionalizada por meio de uma carteira de projetos estruturantes e do seu gerenciamento de forma intensiva, concebida com vistas a tornar a busca dos resultados que deverão ser entregues à sociedade como elemento direcionador da atuação governamental (IEMA, 2011).

Foi denominado de PRÓ-GESTÃO este novo modelo de gestão pública estadual e representa o Programa de Gerenciamento dos projetos definidos no documento ES 2025 (IEMA, 2011).

Seqüencialmente, foi definida também uma carteira de projetos prioritários, para ser desenvolvido no período 2007/2010. Um destes projetos, o de "Regionalização da Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU" agora denominado "Espírito Santo sem Lixo", encontra-se vinculado e orientado pela estratégia de desenvolvimento do campo ambiental e seus desafios (IEMA, 2011).

Legalmente os municípios são responsáveis pela organização e prestação dos serviços locais de limpeza urbana e de destinação final dos resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo que esta última responsabilidade, em grande número de municípios, não vem ocorrendo dentro dos padrões técnicos e ambientais recomendados, originando, desta forma, a proliferação dos lixões (IEMA, 2011).

Neste contexto, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA – constatou que dos 78 municípios capixabas, 26 depositam seus resíduos em três aterros sanitários privados, localizados em Aracruz, Cariacica e Vila Velha. Enquanto isso, os outros 52 são os responsáveis pelos 102 lixões espalhados pelo

Estado. Entretanto, pelo menos nove dos 26 municípios em situação ambiental adequada, estão enfrentando situações econômicas insustentáveis, por se encontrarem distantes dos aterros sanitários que utilizam e, pressupostamente, devem estar incorrendo em elevadas despesas, principalmente com o transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSU (IEMA, 2011).

O diagnóstico apresentado pelo IEMA demonstra que a situação da destinação final de resíduos sólidos urbanos vem melhorando, mas ainda está longe de atingir o patamar desejado. O número de municípios que não destina de forma adequada seus resíduos ainda é elevado. A representação cartográfica a seguir mostra, em destaque, os locais onde os lixões encontram-se implantados (IEMA, 2011).

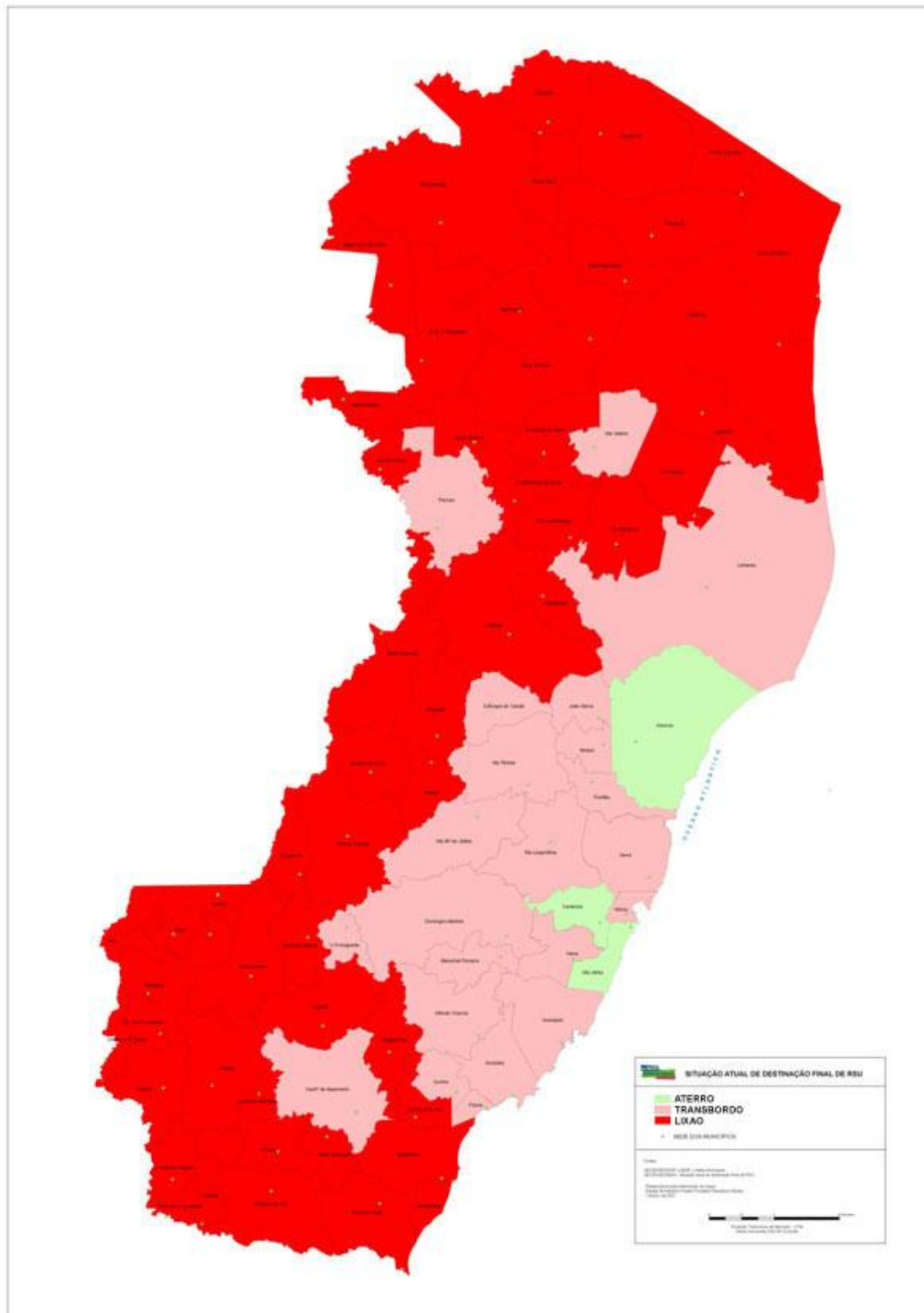


Figura 2 Distribuição Espacial dos Lixões no Espírito Santo. Fonte IEMA.

9.1.2.3 Programa Extensão Ambiental

O Programa Extensão Ambiental é uma parceria entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a VALE, tendo como objetivo a restauração ecossistêmica de áreas de preservação permanente no estado do Espírito Santo, exclusivamente aquelas de mata ciliar e entorno de nascentes (IEMA, 2011).

A restauração de que trata esta parceria refere-se ao fornecimento de assistência técnica, ao fornecimento de mudas de diferentes espécies florestais e formicida para o controle de formigas cortadeiras (IEMA, 2011).

O Programa tem a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA como coordenadora geral, o IEMA como coordenador técnico e a participação direta da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG e de seus institutos vinculados, o IDAF e o INCAPER (IEMA, 2011).

Para participar do Programa proprietários rurais de todo o estado poderão procurar seus representantes junto ao IEMA, IDAF e INCAPER, manifestando seu interesse (IEMA, 2011).

O proprietário deverá se comprometer a fazer ou providenciar o combate e o controle de formigas cortadeiras, o preparo das covas, a manutenção do plantio e, caso necessário, o cercamento da área recuperada (IEMA, 2011).

O programa funciona assim: o proprietário entra em contato com um dos órgãos participantes (IEMA, IDAF e INCAPER) e informa sua intenção de recuperar; o representante do órgão solicita informações básicas para preenchimento de um cadastro e agenda vistoria técnica. Durante vistoria, técnicos do Governo constatarem se área solicitada se enquadra como apta a receber ações do programa (ser mata ciliar ou área de nascente) e, a partir daí, aciona os técnicos da Vale para nova vistoria técnica que terá entre os objetivos, a prestação de orientações técnicas relativas ao programa, a elaboração de projeto de recuperação contendo informações como as espécies florestais que serão utilizadas na recuperação e cronograma de ações para sua implementação. De acordo com cronograma, o proprietário dará início às práticas culturais referentes ao pré-combate de formigas

cortadeiras e de preparação das covas. Também de acordo com o cronograma, a Vale providenciará o transporte das mudas indicadas no projeto até o local de plantio e prestará toda a assistência técnica necessária para que a ação tenha êxito. Após o plantio o proprietário dá início as ações de manutenção de sua área (IEMA, 2011).

Outra forma de receber apoio do Governo para recuperação de áreas é o proprietário rural se cadastrar no Banco de Áreas para Recuperação Florestal no Estado do Espírito Santo – BARFES, onde os órgãos gestores do banco de áreas (IEMA, IDAF e INCAPER), avaliarão caso a caso, verificando a modalidade de apoio que se enquadra em cada situação (IEMA, 2011).

9.1.2.4 Gestão Ambiental Municipal

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA, órgão responsável pela política de meio ambiente do Espírito Santo e que através do Instituto estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA realiza a fiscalização e licenciamento de atividades industriais, minerárias e de infraestrutura potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente no Espírito Santo, apóia o fortalecimento institucional dos municípios para a prática da gestão ambiental local (licenciamento, fiscalização e normatização) atribuição que contribui para a implementação e funcionamento do SISNAMA (IEMA, 2011).

Seguindo as diretrizes da Resolução CONAMA nº 237/97, a SEAMA vem desenvolvendo ações para regulamentação e incentivo aos municípios, para que estes assumam as questões de licenciamento ambiental, principalmente aquelas tidas como sendo de impacto local, que podem ter o seu licenciamento administrado pela própria municipalidade. Para tanto foi aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA a Resolução nº 001/2007 do CONSEMA, que dita as diretrizes básicas e condições para que os municípios assumam o licenciamento ambiental daquelas atividades tidas como sendo de impacto local. Estas atividades definidas em conjunto com as secretarias municipais de meio ambiente e setor produtivo estão relacionadas no ANEXO I da Resolução (IEMA, 2011).

Atualmente dez municípios estão habilitados para exercer a gestão ambiental plena dentro de seus limites. São eles: Aracruz, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina,

Itapemirim, Serra, Vitória, Guarapari, Santa Teresa, Muniz Freire e mais recentemente Vargem Alta (IEMA, 2011).

Para reforçar o envolvimento do Governo do Estado nos assuntos relacionados à municipalização da gestão ambiental, foi criada uma equipe de analistas e técnicos ambientais voltada diretamente para apoiar e orientar os municípios. Esta equipe, denominada como CEGAM - Comissão Especial de Gestão Ambiental Municipal vem atuando junto aos Secretários Municipais de Meio Ambiente e chefes do Poder Executivo Municipal, incentivando-os e assessorando-os na montagem e adequação das estruturas de gestão ambiental municipal, além de apoiá-los na busca de soluções para questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental, nos quais a municipalidade esteja diretamente envolvida (IEMA, 2011).

Esta Comissão realiza o planejamento de cursos e seminários voltados à capacitação de gestores ambientais.

9.1.2.5 Produtores de Água

O Projeto ProdutorES de Água propõe o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais relacionados aos recursos hídricos. Ou seja, o produtor rural que participar do projeto vai receber um incentivo financeiro por ajudar na preservação de determinadas áreas que se encontram dentro da sua propriedade (IEMA, 2011).

O Projeto ProdutorES de Água tem como prioridade reconhecer proprietários que protejam áreas estratégicas, tais como o entorno de estradas, rios e córregos, contribuindo assim para o combate à erosão, assoreamento dos corpos de água e ainda na infiltração de água no solo (IEMA, 2011).

O Projeto ProdutorES de Água tem como áreas prioritárias as Bacias do Rio Benevente, do Rio São José e do Rio Guandu, abrangendo os municípios de Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Mantenópolis, Brejetuba e Afonso Cláudio (IEMA, 2011).

As Bacias Hidrográficas do Rio Benevente, São José e Guandu, possuem em suas cabeceiras o uso do solo predominantemente agrícola e importantes remanescentes florestais que se configuram como potenciais “produtores” de serviços ambientais, na modalidade referente a conservação e incremento da disponibilidade hídrica (IEMA, 2011).

As Bacias do Rio Benevente e Guandu, acrescidas dos usos industriais e de abastecimento, na esfera do sistema de gerenciamento de recursos hídricos e em parceria com os comitês de bacia, podem viabilizar um potencial mercado de compra e venda de serviços ambientais (IEMA, 2011).

Os municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São José pertencem a região de entorno das áreas semi-áridas e sub-úmidas secas, cujas características climáticas apontam uma elevada susceptibilidade à desertificação (IEMA, 2011).

9.1.2.6 Projeto Florestas para a Vida

O projeto Florestas para a Vida tem como objetivo a conservação da biodiversidade e a melhoria quali-quantitativa dos recursos hídricos através do aumento da cobertura vegetal. Ele conta com um orçamento de 12 milhões de dólares, sendo US\$ 4 milhões doados a fundo perdido pelo Fundo Global de Meio Ambiente (GEF), e o restante entrará como contrapartida do Governo do Estado, através do IEMA, da CESAN e do INCAPER, além da participação do setor privado, que já tem a VALE como parceira (IEMA, 2011).

O Receptor da doação dos recursos do GEF é o Governo do Estado do Espírito Santo, tendo o Banco Mundial como agente implementador. O Projeto contará com a supervisão geral de um Comitê Diretivo, instância de natureza deliberativa e consultiva, constituído para garantir o efetivo cumprimento das diretrizes do Governo do Estado do Espírito Santo e dos procedimentos acordados com a Agência Implementadora, o Banco Mundial, para a execução dos objetivos contratuais e os resultados esperados. O Comitê é composto pelos titulares das Secretarias de Estado de Desenvolvimento (SEDES), de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), da Agricultura (SEAG), de Fazenda (SEFAZ), de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN). A coordenação geral do projeto ficará a cargo da SEAMA, enquanto sua execução será responsabilidade do IEMA com participação direta do INCAPER e da CESAN (IEMA, 2011).

O Projeto Florestas para a Vida tem sua área de atuação focada nas bacias do Jucu e do Santa Maria da Vitória, que abrangem uma extensão de 4.010 Km², ou 9% do território do Estado. Essas bacias são de extrema importância para o bioma Mata Atlântica, pois seus municípios possuem cobertura florestal que variam de cerca de 10 a 50% de suas superfícies, ou seja, valores significativamente superiores às médias estaduais e nacional, que variam de 8 a 10%. Excluindo os municípios predominantemente urbanos (Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra) e que compõem a parte baixa das bacias, os demais apresentam cobertura florestal superior a 40% de suas áreas (IEMA, 2011).

Além da alta importância para a biodiversidade, as bacias do Jucu e Santa Maria da Vitória também são consideradas estratégicas por fornecerem cerca de 95% da água potável que abastece metade da população do Estado distribuída na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV

9.1.3 Programas e Projetos Coordenados pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho do Espírito Santo

9.1.3.1 Qualificação Social e Profissional

Uma oportunidade para trabalhadores, do campo ou da cidade melhorar seu nível profissional com cursos em diversas áreas. Um cidadão qualificado tem mais chances de entrar ou se manter no mercado de trabalho, além de estar mais bem preparado para os desafios do mundo dos negócios.

Objetivos do programa capixaba de qualificação do trabalhador:

- Desenvolver novos conhecimentos;
- Ampliar as possibilidades de emprego;
- Aumentar as chances de permanência no mercado de trabalho;
- Elevar a produtividade, o desempenho e a satisfação no trabalho;
- Novas perspectivas de ascensão profissional, com aumento do salário ou renda;

- Contribuir para a formação técnica, cultural e cidadã das pessoas;
- Preparar para trabalhar por conta própria ou montar seu próprio negócio;
- Acompanhar os egressos nos cursos de Qualificação Social e Profissional para aprimoramento constante do programa.

9.1.3.2 Nosso Crédito

O Programa de Microcrédito do Espírito Santo (NOSSOCRÉDITO) é uma parceria entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (SEBRAE) e Prefeituras Municipais, que foi criado por meio do Decreto nº 1.203-R de 26 de Agosto de 2003, e dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Microcrédito do Estado Espírito Santo como uma política pública resultante da ação integrada e articulada de instituições públicas e da sociedade civil organizada, sendo um importante instrumento que permite melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

9.1.3.3 Desenvolvimento Social, Local e Regional Sustentável - ECONOMIA SOLIDÁRIA

No Espírito Santo o marco inicial da Economia Solidária foi a criação, em 2001, do Fórum de Economia Popular Solidária (FEPS). O fórum surgiu com o objetivo de unir os grupos existentes no Estado, a fim de facilitar os processos de gestão, produção, acesso ao crédito e criação de redes e comércio justo.

O Espírito Santo foi o primeiro Estado a ter sancionada uma Lei de Economia Solidária – Lei 8.256, e a implantar o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), criado em 2006. Este é composto por representantes do poder público e da sociedade civil organizada através de coordenadores do FEPS, de forma paritária.

A Economia Solidária caracteriza-se através de 07 (sete) eixos fundamentais:

- 1 FINANÇAS SOLIDÁRIAS: Se expressa através das finanças solidárias: micro finanças; crédito solidário; bancos populares; fundos solidários; cooperativas de

crédito; fundos públicos condicionais; agências de desenvolvimento, objetivando a constituição de um sistema ou rede de finanças solidárias.

- 2 **MARCO LEGAL JURÍDICO:** Visa estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente ao setor estatal e ao setor privado mercantil, articulando-se com base nas legislações pertinentes, nos dispositivos legais constituídos, das Secretarias Estaduais da Fazenda, das Juntas Comerciais (JUCEES) e dos Cartórios de Registros Jurídicos.
- 3 **EDUCAÇÃO:** Que visa promover a educação de novas gerações por meio da incorporação de programas sobre a Economia Solidária, introduzindo valores da cultura cooperativa e solidária e pedagogias que favoreçam a construção de um novo modelo de sociedade, solidária e cooperativa, integrando cidade e o meio rural.
- 4 **COMUNICAÇÃO:** Visa criar e utilizar os meios já existentes que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores e princípios da Economia Solidária.
- 5 **REDES DE PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO:** Devem-se promover mecanismos públicos que permitam:
 - Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias;
 - A constituição de Redes Locais e Regionais de Comercialização e Distribuição;
 - A constituição de Redes de colaboração entre os próprios empreendimentos de Economia Solidária;
 - Estimular uma cultura do consumo ético e responsável.
- 6 **DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DA TECNOLOGIA:** Valorização da identidade e do sentido de pertencimento dos valores e da cultura dos empreendimentos de Economia Solidária. Para tanto deve ser dada atenção aos seguintes pontos:

- Resgatar e valorizar o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária;
- Sistematizar e socializar esse conhecimento enquanto tecnologia apropriada e adaptada às condições e realidades da cadeia produtiva;
- Acesso a conhecimentos e formação que propiciem a agregação de valor ao produto desenvolvido pela Economia Solidária em toda sua cadeia produtiva.

7 ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

- Criação e sustentabilidade da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) como articuladora junto ao FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) para elaboração de políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial garantindo a execução da plataforma da Economia Solidária;
- Visa garantir a representação da Economia Solidária nos Conselhos Estaduais e Municipais.

9.2 POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS

9.2.1 Programas e Projetos coordenados pelo MDA

9.2.1.1 Programa de Aquisição de Alimentos

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo (MDA, 2011)

Dentre os executores estão: Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com governos estaduais e

municipais, sociedade civil, organizações da agricultura familiar e rede de entidades sócio-assistenciais (MDA, 2011).

9.2.1.2 Arca das Letras

Criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa Arca das Letras implanta bibliotecas para facilitar o acesso ao livro e à informação no meio rural brasileiro (MDA, 2011).

O Programa beneficia diariamente milhares de famílias do campo, formadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades de pescadores, remanescentes de quilombos, indígenas e populações ribeirinhas (MDA, 2011).

Para incentivar e facilitar o acesso à leitura, as bibliotecas são instaladas na casa dos agentes de leitura ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes. O acervo inicial de cada *arca* conta com cerca de 200 livros, selecionados para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas (MDA, 2011).

Os acervos são formados por literatura infantil, para jovens e adultos, livros didáticos, técnicos, especializados e de referência ao exercício da cidadania (MDA, 2011).

As *arcas* são administradas por agentes de leitura, moradores escolhidos por indicação da comunidade para efetuar as atividades das bibliotecas. São eles que realizam o incentivo à leitura, o empréstimo dos livros, a ampliação dos acervos e a valorização da cultura local. Todo o trabalho dos agentes de leitura é voluntário (MDA, 2011).

Em um grande movimento de solidariedade, o programa Arca das Letras conquistou uma rede de parceiros que reúne recursos e esforços para disseminar a leitura no meio rural brasileiro (MDA, 2011).

Essa importante parceria é formada por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, movimentos sociais e sindicais, editores, escritores, artistas e população em geral (MDA, 2011).

9.2.1.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MDA, 2011).

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (MDA, 2011).

Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE), (MDA, 2011).

O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (MDA, 2011).

9.2.1.4 Linhas de crédito do Pronaf

Além das formas convencionais de financiamento do Pronaf, que variam de acordo com o limite financiado e, conseqüentemente, a taxa de juros praticada, o programa dispõe de linhas específicas, cada uma busca atender às especificidades do público a que é dirigida (MDA, 2011).

9.2.1.4.1 Custeio

Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

9.2.1.4.2 Investimento

Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

9.2.1.4.3 Pronaf Agroindústria

Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

9.2.1.4.4 Pronaf Agroecologia

Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

9.2.1.4.5 Pronaf Eco

Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

9.2.1.4.6 Pronaf Floresta

Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

9.2.1.4.7 Pronaf Semi-Árido

Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

9.2.1.4.8 Pronaf Mulher

Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

9.2.1.4.9 Pronaf Jovem

Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

9.2.1.4.10 Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares

Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

9.2.1.4.11 Pronaf Cota-Parte

Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

9.2.1.4.12 Microcrédito Rural

Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

9.2.1.4.13 Pronaf Mais Alimentos

Financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados à açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

9.2.1.5 Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat)

O Governo Federal, por meio da SDT/MDA, iniciou em 2003 a construção de uma política de promoção do desenvolvimento dos territórios rurais, fundamentada no Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), (MDA-STD, 2011).

O Pronat tem como objetivos:

- Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que visem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural;
- Desenvolver processos de gestão social, envolvendo a organização dos atores sociais, o planejamento participativo e ascendente nos territórios apoiados, bem como o controle social das políticas implementadas nesses espaços;
- Fortalecer as institucionalidades territoriais enquanto sujeitos fundamentais para a implementação do Pronat;
- Propiciar espaços para a participação e o protagonismo dos sujeitos sociais (poder público e sociedade civil) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e qualificar essa participação por intermédio de processos de formação e capacitação contínuos;
- Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar.

O Pronat apóia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais e beneficiários do MDA que estão nos territórios. Estimula o

fortalecimento das organizações sociais locais e a articulação de recursos de diversas fontes e origens que já estejam disponibilizados ou que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios (MDA-STD, 2011).

9.2.1.6 Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolve o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infra-estrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo (MDA, 2011).

9.2.2 Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar – MDA/MEC

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação - FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (MDA, 2011).

A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade (MDA, 2011).

A nova Lei foi regulamentada pela Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras (secretarias estaduais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras, que recebem recursos diretamente do FNDE, responsáveis pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MDA, 2011).

Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino (MDA, 2011).

Para quem produz alimentos, a iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e qualifique suas ações comerciais (MDA, 2011).

Para quem adquire esses produtos, o resultado desse avanço é mais qualidade da alimentação a ser servida, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável (MDA, 2011).

10. OBRAS CITADAS

- BCB. 2010.** *Anuário Estatístico do Crédito Rural 2010*. [Online] Banco Central do Brasil, 2010. <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2010>.
- CEASA. 2010.** CEASA. [Online] Centrais de Abastecimento do Espírito Santo, 2010. <http://www.ceasa.es.gov.br/index.php>.
- CETCAF. 2003.** *Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café - CETCAF*. [Online] 2003. [Citado em: 06 de 06 de 2011.] <http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm>.
- Fundação SOS Mata Atlântica, INPE. 2009.** *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, Período 2005-2008*. [Online] 2009. <http://mapas.sosma.org.br/dados/>.
- IBGE. 2010.** *CENSO 2010*. [Online] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. [Citado em: 10 de maio de 2011.] <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=32&dados=1>.
- **2000.** *CENSO 2000*. [Online] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. <http://www.ibge.gov.br>.
- **2006.** *CENSO AGROPECUÁRIO 2006*. [Online] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. [Citado em: 08 de 11 de 2011.] <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtml>.
- **1987.** *Projeto RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro : MME, 1987. p. 540. Vol. 34, Folha SE 24 Rio Doce.
- IEMA. 2011.** *Unidades de Conservação do Estado do Espírito Santo*. [Online] 2011. <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>.
- **2011.** *Projetos Especiais*. [Online] 2011. <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>.
- IJSN. 2011.** *Instituto Jones dos Santos Neves*. [Online] 2011. [Citado em: 11 de 04 de 2011.] http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=761&Itemid=392.
- **2008.** *EXTRATOR DE DADOS*. [Online] Instituto Jones dos Santos Neves, 2008. http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=126.
- INCRA. 2009.** *ATLAS FUNDIÁRIO BRASILEIRO*. [Online] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 06 de 08 de 2009. http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=457&Itemid=143.
- **2011.** *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília : MDA, 2011. Digital. http://incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=472&Itemid=175.
- IPEMA, Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica. 2004.** *CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: cobertura florestal, unidades de conservação e fauna ameaçada*. Vitória : IPEMA, 2004. p. 112. Vol. 1.
- MAPA. 2011.** *Prefira Orgânicos*. [Online] MAPA, 2011. <http://www.prefiraorganicos.com.br/bibliotecamultimedia.aspx>.
- MDA. 2011.** *Alimentação Escolar*. [Online] MDA, 2011. [Citado em: 02 de 08 de 2011.] <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>.

- **2011.** *PRONAF*. [Online] 2011. [Citado em: 02 de 08 de 2011.] <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.
- **2011.** *PNCF*. [Online] 2011. [Citado em: 02 de 08 de 2011.] <http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>.
- **2011.** Arca das Letras. [Online] 02 de 08 de 2011. [Citado em: 02 de 08 de 2011.] http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/one-community?page_num=0.
- **2011.** PAA. [Online] 2011. [Citado em: 02 de 08 de 2011.] <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>.
- MDA-STD. 2011.** *Manual de operacionalização do Proinf 2011*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- MME. 1983.** *Projeto RADAMBRASIL*. Rio de Janeiro : MME, 1983. p. 780. Vol. 32, folhas SF.23/24 - Rio de Janeiro/Vitória.
- PCE. 2011.** *Projeto Corredores Ecológicos*. [Online] 2011. <http://www.corredoresecologicos.es.gov.br/>.
- PNUD. 2011.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [Online] 2011. [Citado em: 11 de 04 de 2011.] <http://www.pnud.org.br/idh/>.
- SEAG. 2011.** [Online] 2011. [Citado em: 02 de 08 de 2011.] <http://www.seag.es.gov.br/>.

PARTE III - RESULTADOS APONTADOS POR MUNICÍPIO SEGUNDO O DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES

1. AFONSO CLÁUDIO:

BREVE HISTÓRICO

A história de Afonso Cláudio teve início com a chegada dos índios Botocudos, que foram os primeiros habitantes da região, além disso segundo relatos, desbravadores aqui se estabeleceram em busca de ouro em meados do século XVIII.

O primeiro a fundar uma pequena vila foi Sabino Coimbra de Oliveira, que com sua família se estabeleceu às margens do córrego Três Pontões, onde construíram alguns casebres, uma capela, um cemitério e começaram pequenas plantações, este vilarejo passou a ser chamado de Arrependido, foi nessa época que começaram a surgir as primeiras casas nas imediações da atual Av. Ramiro de Barros, no centro da cidade.

Os primeiros habitantes que vieram para o município eram provenientes dos estados de Rio de Janeiro e Minas Gerais.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

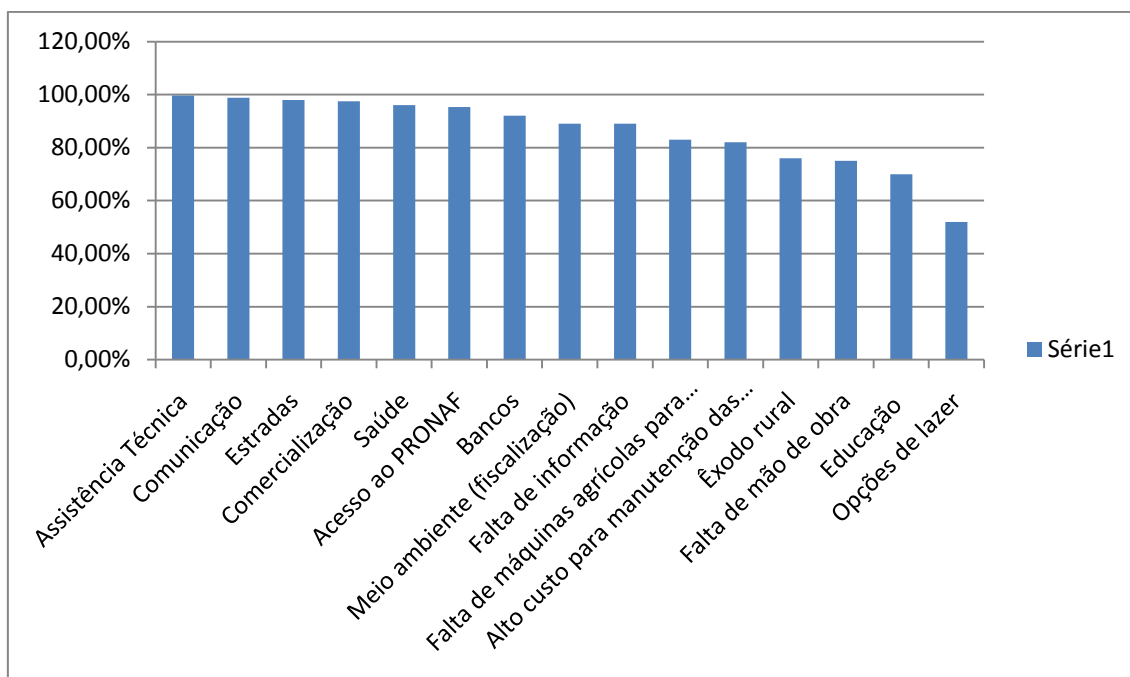


Gráfico 9 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Afonso Cláudio.

Tabela 45 – Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Afonso Cláudio.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Assistência técnica	¹ Existem poucos técnicos para dar assistência no município. ² Falta orientação ao produtor para se organizar e incentivar o associativismo e cooperativismo.	¹ Contratação de novos técnicos. ² A prefeitura organizar campanhas e reuniões para dar este incentivo aos agricultores	¹ Secretaria de Agricultura Municipal, STR'S, SEAG, Prefeitura. ² SEAG, STR e Prefeituras.	¹ Desvalorização profissional, melhorar a estrutura operacional, desarticulação entre o poder público municipal e estadual. ² Descontinuidade dos projetos e parcerias entre o poder público municipal e estadual em cada mudança de governo.

*Estradas	¹ Estradas com pouca manutenção. ² Poucos trechos asfaltados com o programa "Caminhos do Campo"	¹ Aquisição de máquinas e controle da utilização de máquinas do PRONAF. ¹ Construção de caixas secas. ¹ Treinamento dos operadores de máquinas das prefeituras. ² Ampliar o programa "Caminhos do Campo"	SEAG, STR, Prefeituras.	Falta de coesão entre poder público municipal e estadual, falta de planejamento das atividades no município e a dificuldade em ampliar os investimentos na agricultura do ES.
*Comunicação	Falta de sinal de celular e internet nas zonas rurais.	Instalação de antenas para melhoria e ampliação do sinal.	Operadoras, SEAG, STR, Prefeituras.	Promover o levantamento das demandas em função dos desafios encontrados pela assistência técnica, falta de coesão entre poder público municipal e estadual, falta de planejamento das atividades no município.
*Comercialização	¹ Baixo preço pago pelos atravessadores. ² Escoamento da produção.	¹ Criação de associações e cooperativas. ² Melhoria das estradas.	¹ STR, INCAPER, SEAG e Prefeituras. ² SEAG, INCAPER e Prefeituras	¹ Dificuldade para incentivo ao produtor para formar associações e cooperativas. ² Falta de coesão entre poder público municipal e estadual, pouco planejamento das atividades no município.

* Saúde	¹ Falta de médicos com especialidades. ² Falta de unidades de saúde e hospitais no interior. ³ Falta de informação.	¹ Contratação de médicos. ² Construção de unidades de saúde e hospitais no interior. ³ Realizar campanhas relacionadas a saúde através dos meios de comunicação para que o agricultor tenha acesso à informação.	¹ SEC. Munic. E estadual de saúde, SEAG, STR. ² SEC. Munic. E estadual de saúde, SEAG, STR. ³ STR, SEAG, SEC. Munic. E estadual de saúde.	¹ Contratação insuficiente de profissionais para atendimento da demanda. ² Dificuldades para rever o orçamento de estados e municípios para investimentos na saúde pública. ³ Pouca disponibilidade de profissionais e dificuldade no levantamento das demandas.
* Acesso ao PRONAF e atendimento dos BANCOS	¹ Burocracia dos bancos para realizar contratos com os agricultores.	¹ Proporcionar ao agricultor um atendimento diferenciado. ² Mudança nas garantias exigidas pelos bancos.	^{1 2} STR, SEAG, INCAPER, MDA e Bancos.	^{1 2} Melhorar o controle da inadimplência e disponibilizar técnicos para orientar os agricultores.
*Meio ambiente (Fiscalização)	¹ Falta de orientação à respeito das leis ambientais. ² As leis geram dificuldades para o agricultor trabalhar na lavoura.	¹ Promover cursos, palestras e reuniões para levar aos agricultores todas as informações necessárias sobre o meio ambiente e as leis. ² Realizar mudança das leis para que elas se apliquem em todas as regiões de acordo com suas características	¹ STR, INCAPER, SENAR, SEAG. ² MDA, SEAG, STR e Ministério do Meio Ambiente.	¹ Aumentar o número de profissionais para fiscalização e orientação e diminuir a dificuldade no levantamento das demandas e planejamento das ações. ² Realizar uma reformulação das leis de forma que seja adequada a realidade dos municípios e

		(relevo, clima, vegetação, estrutura fundiária do município, etc).		atenda o perfil da agricultura familiar.
* Falta de informação	O agricultor não tem conhecimento sobre questões de seu interesse.	¹ Aumentar os canais de informação para o agricultor. ² Melhoria do acesso aos meios de informação.	^{1 2} STR, INCAPER, SEAG e Prefeituras.	^{1 2} Aumento do investimento público para fomentar o acesso do agricultor as informações e seus canais.
* Falta de máquinas agrícolas e implementos para apoio ao agricultor	As máquinas do PRONAF são utilizadas para outros fins e o agricultor não é atendido.	Aquisição de máquinas com implementos, fiscalização e controle da utilização das máquinas do PRONAF por alguém que esteja vinculado em alguma associação ou cooperativa do município.	STR, SEAG, Prefeituras, INCAPER.	Ampliar os recursos públicos para investimento em máquinas e melhorar a organização dentro da prefeitura do município, melhorando o controle das ações e atividades.
* Alto custo para produção e manutenção das lavouras.	¹ Política de preços que não favorece o agricultor. ² Alto preço dos insumos agrícolas.	¹ Reformulação da política de preços dos produtos agrícolas. ² Incentivo ao associativismo e cooperativismo para realização da compra em conjunto dos insumos agrícolas com menores preços.	^{1 2} MDA, SEAG, INCAPER, STR.	^{1 2} Dificuldades no fortalecimento das cooperativas e incentivo para criação de outras.

* Êxodo Rural.	¹ Falta de uma educação voltada para o jovem do campo. ² Desvalorização do homem do campo. ³ Deficiência dos meios de comunicação.	¹ Construção de EFA. ² Incentivo para agroindústria e outras atividades não agrícolas no meio rural, através da promoção de cursos e palestras para as famílias no campo. ³ Ampliar a oferta dos meios de comunicação (telefone, internet, radio e TV), com instalação de antenas e repetidoras de sinal.	¹ MDA, SEAG, STR`S, INCAPER, Sec. Munic. De agricultura. ² SEAG, STR, SENAR e SEBRAE. ³ MDA, SEAG STR e operadoras.	¹ Adotar critérios para criação de políticas públicas para fortalecimento da Agricultura Familiar que atendam os municípios de acordo com seu perfil. ² Incentivar o agricultor a adotar outras fontes de renda e agregação de valor aos produtos agrícolas, implementar as políticas públicas existentes e criar outras. Levantamento das demandas e revisão do orçamento do governo para investir na agricultura. ³ Levantamento das demandas por parte das operadoras
Falta de mão de obra	Os jovens estão abandonando o campo buscando outras oportunidades na cidade.	¹ Construção de EFA`S no município para incentivar o jovem a permanecer no campo. ² Mudança na forma de ensino das escolas do interior para mostrar a	^{1 2} MDA, Ministério da educação com apoio do INCAPER e STR.	^{1 2} Mudança no sistema de ensino do país, rever o orçamento dos estados e municípios para atender esta demanda.

		importância da agricultura.		
* Educação.	¹ Falta de professores. ² Estradas precárias e falta de transporte escolar.	¹ Contratação de professores para atender as escolas do interior. ² Melhoria e manutenção das estradas, incluindo a ampliação do programa "Caminhos do Campo".	¹ Ministério da Educação, SEDU, SEAG, STR. ² SEAG, STR, Prefeituras.	¹ Valorização dos professores com melhores salários e carga horária bem distribuída. Contratação de novos professores para ampliar o quadro funcional. ² Aquisição de máquinas e ampliar os recursos para a agricultura do ES.
* Opções de lazer	¹ Falta de opções de lazer. ² Falta de apoio e assistência para os idosos e as mulheres que vivem no meio rural.	¹ Construção de quadras, campos de futebol e estruturas de lazer no interior. ² Oferta de cursos voltados para práticas não agrícolas no interior, além de palestras educativas.	¹ SEAG, STR, Prefeitura. ² SENAR, SEBRAE. STR, SEAG, Prefeitura.	¹ Levantamento das demandas, melhorar a estrutura das secretarias do município e aumento do orçamento municipal e estadual para investimentos. ² Planejamento e levantamento das demandas, aumento de recursos, ampliação do quadro funcional com profissionais qualificados para executar as demandas.

2. ALFREDO CHAVES

BREVE HISTÓRICO:

Em 1877, um grupo de imigrantes tirolezes aporta em Benevente, atual cidade de Anchieta. Subindo o rio de mesmo nome, funda o povoado de Alto Benevente, que, a partir de 24 de abril de 1882, ganha status de Distrito, com a denominação de Alfredo Chaves.

A segunda leva de imigrantes ocorreu em 1878, e a terceira em 1895, constituídas de italianos, em 24 de janeiro de 1890, a povoação é elevada à categoria de Vila. A criação do município ocorreu em 11 de novembro de 1890 pelo Decreto nº 53, e a instalação ocorreu em 24 de janeiro de 1891.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

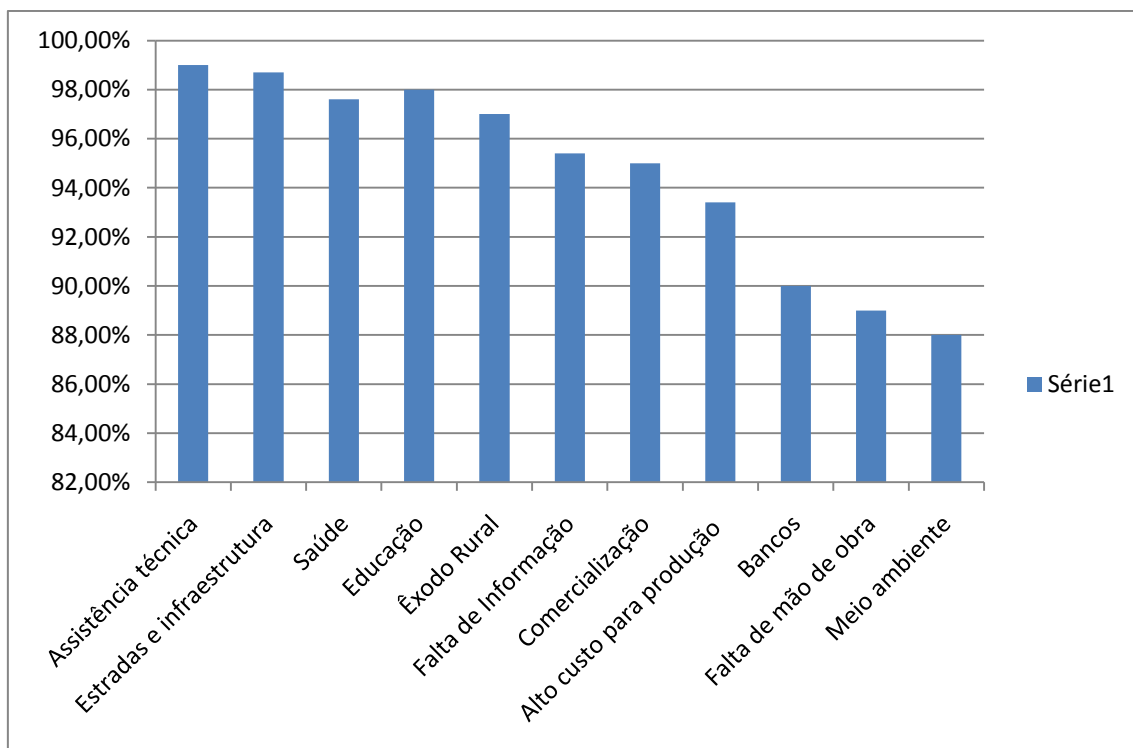


Gráfico 10 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Alfredo Chaves.

Tabela 46 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Alfredo Chaves.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Assistência técnica	Falta de técnicos para dar assistência.	Contratação de mais técnicos do INCAPER e das prefeituras.	SEAG, INCAPER, STR.	Realizar concurso público, o número de técnicos disponíveis é muito baixo considerando a quantidade de propriedades no município.
*Estradas e Infraestrutura	¹ Estradas com pouca manutenção e falta de máquinas para a manutenção de rotina das estradas. ² Os técnicos da prefeitura não executam os serviços de forma correta.	¹ Fiscalização do uso das máquinas utilizadas na manutenção das estradas e a realização de mutirões para executar pequenos reparos. ² Treinamento com os operadores das máquinas da prefeitura.	¹ Prefeitura e STR para realização da fiscalização, entretanto os agricultores, associações e cooperativas, devem cobrar essa fiscalização. Com relação aos mutirões os agricultores com apoio das associações, devem realizar essa tarefa. ² SENAR, STR, Prefeitura e INCAPER.	¹ Grande demanda na utilização das máquinas, além da falta de funcionários nas secretarias da prefeitura, que possam organizar e acompanhar estes trabalhos. ² Levantamento das demandas, contratação de profissionais para realizar os trabalhos e falta de infraestrutura das secretarias municipais.

*Saúde	¹ Falta de médicos com especialidades e agentes de saúde. ² Falta de postos de saúde. ³ Falta de um Hospital para atender o município.	¹ Contratação de médicos e agentes de saúde para atender as comunidades localizadas nas zonas rurais. ² Construção de postos de saúde nas zonas rurais onde possa atender à todos que vivem na região. ³ Construção de um hospital na sede do município que realize todos os exames de rotina e com toda estrutura necessária evitando deslocamentos para as grandes cidades.	¹ Secretaria de saúde do Estado com apoio da prefeitura e STR. ² Secretaria de saúde do Estado. ³ Governo do Estado com apoio da Secretaria de saúde do estado e Prefeitura.	^{1 2 3} Revisão do Orçamento do estado para atender a secretaria de saúde, incluindo a contratação de profissionais e reestruturação da secretaria.
----------------------	--	---	--	---

*Educação	¹ Falta uma educação que atenda o jovem que vive no campo.	¹ Construção de EFA'S.	¹ Ministério da Educação com apoio da SEDU, SEAG e STR.	¹ Incentivar o jovem para a sua permanência no campo, levantar as demandas e estruturar a secretaria de educação do município para acompanhar os problemas existentes.
	² Estradas precárias, transporte escolar insuficiente.	² Realização da manutenção das estradas melhorando o acesso dos alunos nas escolas.	² Governo do Estado em parceria com a prefeitura e STR.	² Atender as demandas que ocorrem em períodos de chuva prolongados, contratação de mão de obra e melhoria da estrutura da prefeitura como por ex. a aquisição de máquinas.
	³ Falta de professores.	³ Contratação de professores para atender as demandas do interior.	³ Ministério da Educação, SEDU com apoio da Prefeitura e STR.	³ Incentivo para os professores da rede pública com melhores salários, além da realização de contratação de novos profissionais.

Êxodo Rural	¹ Falta de incentivo aos jovens do meio rural com uma educação voltada para as práticas do campo. ² Falta de valorização do homem do campo.	¹ Construção de EFA'S, com sistema de alternância onde o aluno possa por em prática aquilo que aprende na escola e incentivar sua permanência no campo, contribuindo para a diminuição do êxodo rural. ² Incentivo ao associativismo e cooperativismo. ³ Melhorar a assistência técnica e apoio do poder público para dar mais condições para quem vive no campo.	¹ SEAG, Prefeitura, INCAPER com apoio do STR. ² STR, INCAPER e prefeitura. ³ SEAG, INCAPER, STR.	^{1 2 3} Falta de profissionais para levantar as demandas, melhoria da estrutura das entidades com aquisição de equipamentos (veículos, computadores) e a melhoria dos salários.
Falta de informação	¹ Deficiência nos meios de comunicação ou a ausência deles: (telefone, televisão, rádio e internet). ² Falta de difusão de tecnologias para melhoria dos trabalhos do homem do campo.	¹ Instalação de torres para melhorar os sinais de telefone, rádio, televisão e internet. ² Promoção de cursos, dias de campo, reuniões e palestras para informar o agricultor sobre as tecnologias que são desenvolvidas.	¹ Operadoras de celular, televisão e rádio, com apoio do STR, INCAPER e Poder público municipal. ² SENAR, SEBRAE, INCAPER, SEAG e STR.	¹ Atender as demandas já existentes. ² Melhorar o quadro técnico, contratar profissionais e criar ferramentas para realizar a difusão de novas tecnologias.

*Comercialização	¹ Baixo preço pago pelo atravessador aos produtos produzidos no campo. ² Dificuldades no escoamento da produção. ³ Falta de um centro de distribuição no município para melhorar a comercialização dos produtos.	¹ Reformular a política de preços dos produtos agrícolas, criar incentivos para agregação de valor aos produtos agrícolas. ² Melhoria das estradas. ³ Criação de um centro de distribuição de alimentos no município com estrutura de armazenagem.	¹ MDA, Ministério da Agricultura, SEAG, INCAPER com apoio das associações, cooperativas, STR, SENAR e SEBRAE. ² SEAG, Prefeitura e STR. ³ SEAG com apoio da prefeitura, STR e INCAPER.	^{1 2 3} Melhorar a atuação do poder público, que encontra dificuldades com relação a mão de obra e planejamento das ações, além da necessidade de uma revisão no orçamento da união e do estado para a agricultura.
*Alto custo para produção	¹ Alto preço dos insumos agrícolas. ² Dificuldade no escoamento da produção.	¹ Diminuir os impostos sobre insumos agrícolas, realizar compras em conjunto dos insumos, incentivar a formação de associações e cooperativas. ² Realizar manutenção das estradas e ampliar o programa "Caminhos do Campo".	¹ MDA, FETAES, STR, SENAR e INCAPER. ² SEAG e Prefeitura com apoio do INCAPER e STR.	¹ Realizar a reformulação da política de preços e incentivar o agricultor, mostrando a importância de se formar associações e cooperativas. ² Atender as demandas, realizar a aquisição de novos equipamentos para a manutenção das estradas e ampliar o orçamento dos estados e municípios.

*Bancos	¹ Não atendem o agricultor como deveriam. ² Grande burocracia para financiamentos, tanto para custeio como para investimento.	¹ Dar atendimento diferenciado para o agricultor ² Diminuir a burocracia para os financiamentos, mudança das garantias exigidas pelos bancos.	^{1 2} MDA, FETAES, STR e BANCOS.	^{1 2} Desafios encontrados pelos Bancos; Falta de técnicos para acompanhar e orientar o produtor com relação a utilização do crédito disponível e a regularização das propriedades o que dificulta o andamento do processo de aquisição do crédito.
*Falta de mão de obra	Êxodo rural, os jovens estão deixando o campo em busca de outras oportunidades nas cidades.	¹ Construção de EFA'S no interior do município. ² Fortalecimento das associações e cooperativas.	^{1 2} Ministério da educação, MDA, STR, INCAPER com apoio das associações e cooperativas.	^{1 2} Rever o orçamento para investimentos na educação, realizar levantamento das demandas.
*Meio ambiente	¹ Leis ambientais que dificultam o trabalho do agricultor. ² A fiscalização é insuficiente e feita de forma inadequada.	¹ Reformulação das leis ambientais, sendo mais flexível em função das particularidades de cada região. ² Fiscalizar e orientar o agricultor sobre o que determinam as leis, realizar palestras e reuniões para instruir o agricultor sobre as práticas corretas com relação ao meio ambiente.	¹ Ministério do Meio Ambiente, MDA, Ministério da Agricultura, Deputados e Senadores. ² Secretaria de Meio Ambiente do Estado e Secretaria de Meio Ambiente do município, IEMA, IDAF, SENAR, INCAPER e STR.	¹ Realizar a adequação das leis para atender o agricultor. ² Ampliar o quadro de servidores para realizar a fiscalização, assim como disponibilizar equipamentos para essas entidades.

3. BREJETUBA

BREVE HISTÓRICO:

Se houvesse conservado sua primeira denominação, esse município seria chamado de Brejaúba, nome de uma palmeira de espinhos que a Família Valentim encontrou na região.

Sob a nova denominação de Brejetuba, é criado o Distrito em 13 de dezembro de 1995, pela lei nº 5.146 é elevado à categoria de município, desmembrado de Afonso Cláudio, sua instalação deu-se em 1 de janeiro de 1997.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

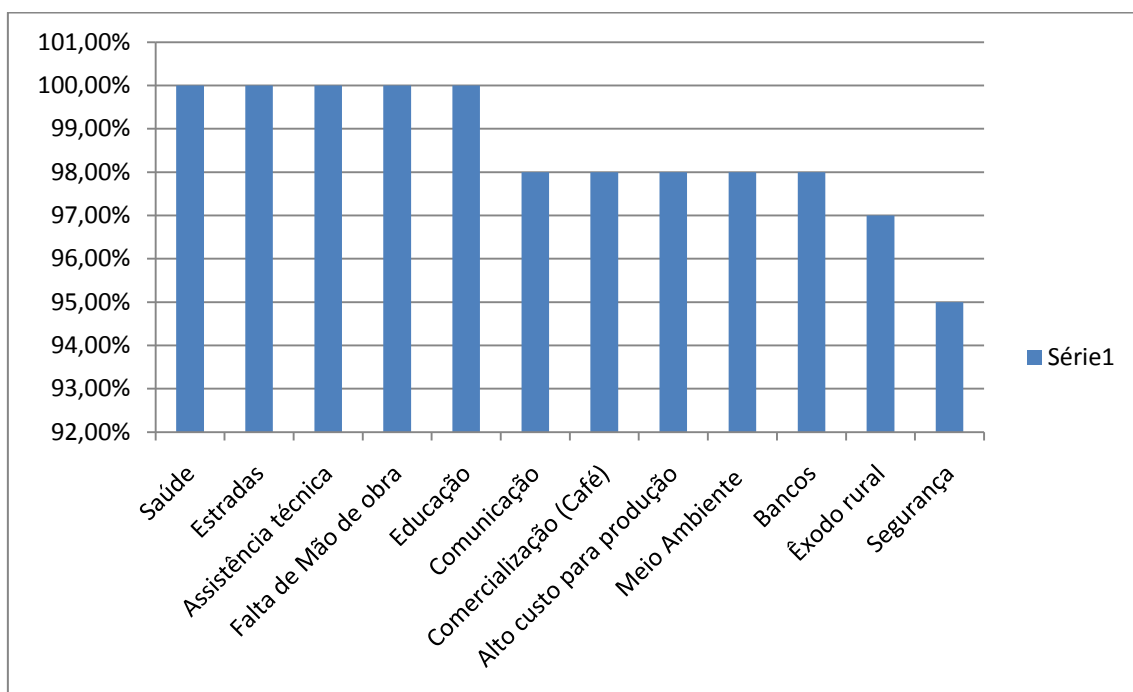


Gráfico 11 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Brejetuba.

Tabela 47 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Brejetuba.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Saúde	¹ Falta de médicos em diversas especialidades. ² Falta de postos de saúde para atender o município.	¹ Contratação de médicos em diversas especialidades e a contratação de agentes de saúde para realização de visitas nas famílias que vivem mais afastadas da sede do município. ² Construção de postos de saúde no interior e a permanência de um médico de plantão para atendimento de emergências.	^{1 2} Governo do Estado em parceria com o Governo Federal na captação de recursos e apoio da Prefeitura e STR.	^{1 2} Ampliar a quantidade de recursos voltados para a saúde, contratação de médicos, melhorar a estrutura da secretaria municipal de saúde e a conscientização da população com os cuidados básicos para a prevenção de algumas doenças.
*Estradas	Falta de manutenção das estradas.	Aquisição de mais equipamentos para realização da manutenção de rotina nas estradas, treinamento dos operadores que realizam a manutenção das estradas, ampliação do programa "Caminhos do Campo".	O Governo do Estado através da SEAG deve investir na aquisição dos equipamentos e tanto o INCAPER, STR e as associações e cooperativas devem acompanhar as ações propostas.	Rever os investimentos para agricultura.

*Assistência técnica.	Falta de técnicos para atender o agricultor.	Contratação de técnicos para a prefeitura e INCAPER, com melhores salários e disponibilidade de equipamentos para realização dos trabalhos de assistência ao produtor.	SEAG, INCAPER e Prefeituras, os STR devem cobrar por providências e levar até estas entidades as reivindicações dos agricultores.	Rever os investimentos para agricultura, realização de concurso público que complete as vagas de técnicos necessários para atendimento das demandas e a necessidade de incentivar a criação de associações e cooperativas para fortalecimento da agricultura familiar.
-------------------------------------	---	---	--	---

*Falta de Mão de obra.	¹ Falta de interesse do trabalhador em continuar no campo. ² O Jovem do meio rural não tem mais interesse em ficar no campo e acredita que nas cidades possa encontrar melhores oportunidades. ³ A contratação de trabalhadores de outros estados, principalmente em períodos de colheita do café tem ocorrido sem alguns critérios, gerando problemas sociais.	¹ Maior agilidade para a contratação de Meeiros e colonos nas lavouras a burocracia para realização destes contratos dificulta o processo, o agricultor deve se organizar com relação aos documentos exigidos para a realização destas contratações. ² Construção de EFA para incentivar o Jovem a permanecer no campo e apoiar sua família. ³ Acompanhamento e maior controle das contratações principalmente em períodos de colheita de Café.	^{1 2 3} STR, associações e cooperativas devem fazer parte deste processo e a secretaria de segurança do município deve realizar o acompanhamento destas contratações junto com as outras entidades.	^{1 2 3} Ampliar o quadro de funcionários dos STR para atendimento das demandas, maior interação entre as outras entidades para realizar ações contra os problemas gerados em função da contratação de trabalhadores rurais.
--------------------------------------	---	---	---	---

*Educação	¹ Falta de transporte escolar. ² Falta de um ensino voltado para o jovem do campo, incentivando sua permanência no meio rural.	¹ Melhoria das estradas para que o transporte escolar possa funcionar na região, além disso a prefeitura deveria disponibilizar mais veículos para os alunos. ² Construção de mais escolas com o perfil das EFA's para incentivar os jovens do campo, além disso nas escolas do município os alunos deveriam ter uma disciplina que mostre a importância da agricultura para a sociedade.	¹ SEAG, INCAPER, Prefeitura com apoio do STR, associações e cooperativas. ² Ministério da Educação, MDA e SEAG para realizar um estudo para atender as demandas, contando com apoio da Prefeitura, INCAPER e STR.	^{1 2} Disponibilidade de recursos para investimento na educação, aprovação de projetos no senado para rever o modelo de ensino nas escolas.
*Comunicação	Falta de meios de comunicação no campo (Telefone, TV, rádio, internet).	Instalação de antenas de celular, rádio, internet e repetidoras de TV para que o produtor tenha mais acesso à informação.	Operadoras, MDA, STR, INCAPER com apoio das associações e cooperativas.	Levantamento das demandas, falta de apoio do poder público.
*Comercialização (Café)	Demora na comercialização do Café produzido no município.	Redução nos impostos cobrados, diminuição da burocracia exigida para a comercialização do Café, melhoria das estradas para escoamento da produção.	SEAG, Prefeitura, INCAPER e STR e apoio das associações e cooperativas para cobrança das exigências feitas pelos agricultores.	Controle da produção de café no município e disponibilidade de mais técnicos para acompanhar os produtores.

*Alto custo para produção	¹ Alto preço dos insumos agrícolas. ² Dificuldade para escoamento da produção.	¹ Fortalecimento de associações e cooperativas e realização de compras de insumos em conjunto. ² Melhoria das estradas.	¹ STR, INCAPER, SENAR e apoio dos agricultores. ² SEAG, STR, INCAPER com apoio das associações e cooperativas.	¹ Incentivar o agricultor para se organizar e formar associações e cooperativas, além disso existe a necessidade de contratação de mão de obra para atender as demandas das entidades. ² Levantamento das demandas existentes.
*Meio ambiente	¹ Dificuldades na liberação de áreas para cultivo por parte dos órgãos ambientais. ² Falta de uma fiscalização ambiental mais eficiente, que oriente o produtor rural. ³ Falta de coleta de lixo e instalação de posto para coleta nas zonas rurais.	¹ Os órgãos ambientais deveriam verificar as características de cada região para estabelecer critérios e acelerar o processo de liberação das áreas para o agricultor. ² Disponibilizar mais fiscais e que estes possam orientar o produtor antes de aplicar qualquer penalidade. ³ Aquisição de mais veículos de coleta de lixo e construção de um posto de coleta localizado em vários pontos do município.	¹ IEMA, IDAF, STR e INCAPER. ² IEMA e IDAF. ³ Secretaria de Meio Ambiente do ES e Prefeitura do município.	¹ Disponibilizar mais profissionais para realização dos trabalhos de fiscalização assim como a estruturação das entidades que executam este trabalho, além disso a construção de leis que possam atender ao produtor, respeitando o meio ambiente. ² Realização de concurso público para atendimento da demanda e mobilização do homem do campo para participar de palestras,

				reuniões, cursos, etc. ³ Rever orçamento para investimento na área.
*Bancos	¹ Demora na liberação de recursos para o programa de habitação rural. ² Dificuldade no acesso ao PRONAF e falta de orientação para aquisição de crédito junto aos bancos.	¹ Diminuir a burocracia por parte dos bancos para acesso ao programa de habitação rural. ² Diminuir a burocracia por parte dos bancos para acesso ao PRONAF e orientar o produtor sobre a aquisição deste, mudar a garantia de pagamento exigida.	^{1 2} Bancos, STR, INCAPER, associações e cooperativas	^{1 2} Os bancos encontram dificuldades pois o agricultor não dispõe dos documentos da propriedade que são exigidos e muitas vezes o banco não possui técnicos em número suficiente para acompanhar o produtor.
*Êxodo Rural	¹ O jovem está deixando o campo para buscar outras oportunidades nas cidades. ² Existe uma desvalorização dos produtos do campo.	¹ Construir mais EFA'S e realizar uma mudança no sistema de educação com a inclusão de disciplinas voltadas para as práticas do campo. ² Criar associações e cooperativas para incentivar o produtor, além de criar incentivos para a agroindústria agregando valor	¹ MDA, Ministério da Educação, FETAES, STR, INCAPER, Associações e Cooperativas. ² STR, SENAR, SEBRAE e INCAPER.	¹ Montar projetos para atender estas demandas, além disso realizar uma reformulação do ensino em todo país. ² Disponibilizar profissionais por parte do SENAR e SEBRAE que possam realizar este tipo de trabalho com o agricultor e mobilizar os

		ao que é produzido no campo.		agricultores para a oferta de cursos.
*Segurança	¹ Existe no município a ocorrência de crimes em função da mão de obra que vem de outros estados e chegam no município sem nenhum critério na contratação para atuar nos trabalhos, principalmente em tempos de colheita. ² Falta de um patrulhamento preventivo na região.	¹ Acompanhar a contratação de mão de obra e buscar informações sobre possíveis antecedentes criminais. ² Aquisição de viaturas e contratação de policiais para executar esta ação no município.	¹ STR, associações, Polícia Militar e Polícia Civil. ² Governo do ES e Prefeituras.	¹ Aumentar o número de profissionais para acompanhar esta ação. ² Aumentar recursos para investimento em segurança pública além de uma maior organização dos agricultores para cobrar providências.

4. CASTELO

BREVE HISTÓRICO:

Em 1705, chegava uma caravana de mineradores do Pico de Forno Grande, impelidos em 1771 pelos indígenas de refugiar-se no Baixo Itapemirim.

Em 1845, é organizado no território um aldeamento de índios denominado Imperial Afonsino. Três anos depois (1848), inicia-se nas margens dos rios Castelo e Caxixe a exploração agrícola, mais tarde estabeleceu-se no aldeamento, imigrantes italianos procedentes do município de Alfredo Chaves.

Em 25 de dezembro de 1928, pela Lei nº 1.687, é criado o município de Castelo, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim, sua instalação deu-se em 2 de janeiro de 1929.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

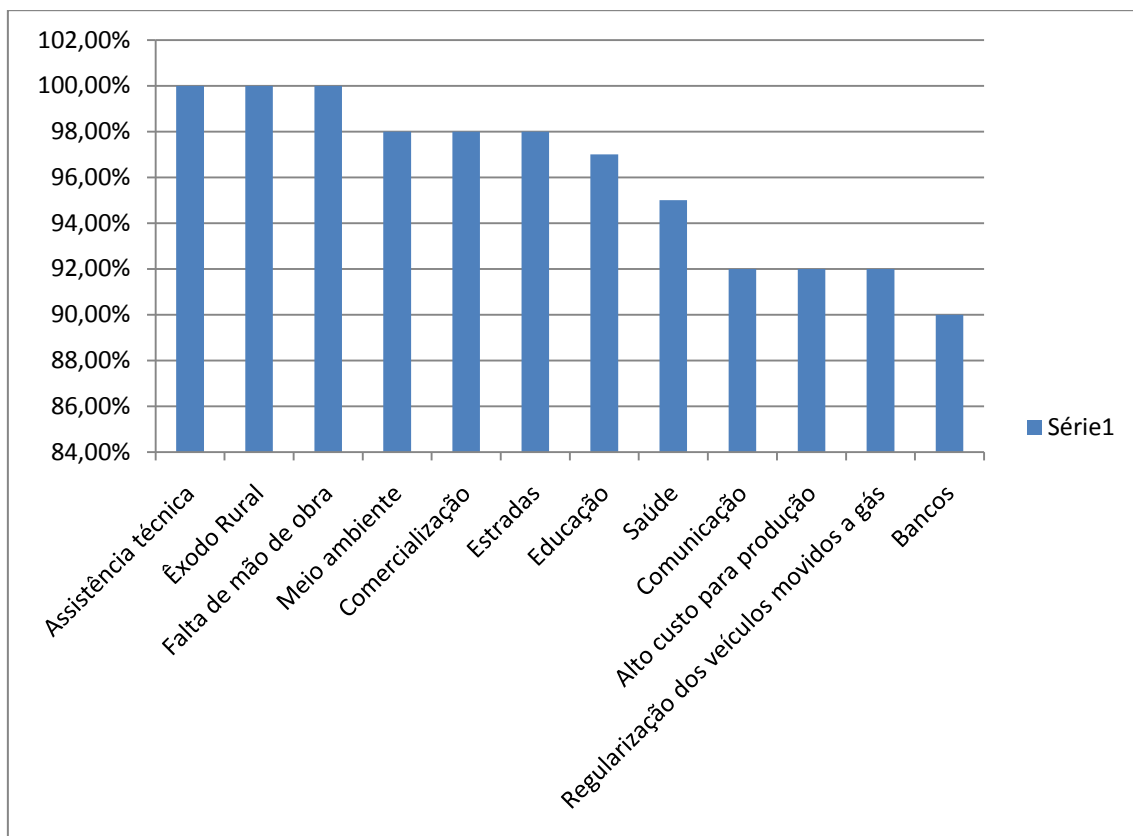


Gráfico 12 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Castelo.

Tabela 48 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Castelo.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Assistência técnica	Poucos técnicos para dar assistência no município	Contratação de mais técnicos tanto do INCAPER como das prefeituras.	SEAG, INCAPER e Prefeituras.	Realização de concurso público e rever o orçamento para investimento na agricultura.
*Êxodo rural	¹ Os jovens estão saindo do campo em busca de outras oportunidades na cidade. ² Desvalorização do homem do campo e dos produtos agrícolas.	¹ Construção de EFA'S no interior e mudança no ensino das escolas para mostrar a importância da agricultura para a sociedade. ² Incentivo para a agroindústria e outras formas de agregação de valor aos produtos agrícolas.	¹ SEAG, Ministério da Educação, Senadores e Deputados, INCAPER, STR, associações e cooperativas. ² SEAG, SENAR, SEBRAE, INCAPER, STR, associações e cooperativas.	¹ Promover uma mudança no ensino das escolas do interior, com mais investimentos por parte do governo federal e no repasse de recursos para os municípios. Fortalecimento das associações e cooperativas e maior participação da sociedade em defesa do homem do campo. ² Levantar as demandas e buscar apoio tanto do poder público como da iniciativa privada.

*Falta de mão de obra	¹ O crescimento do êxodo rural. ² Desvalorização do homem do campo.	¹ Incentivar o jovem a permanecer no campo com a construção de EFA, trabalhar a agregação de valor dos produtos agrícolas com incentivo a diversificação de culturas e o fortalecimento de associações e cooperativas. ² Maior apoio do poder público para atender as necessidades do homem do campo e promover uma conscientização da sociedade sobre a importância da agricultura.	¹ MDA, Deputados e Senadores, SENAR e SEBRAE, INCAPER e STR. ² Associações, cooperativas, STR para promover a conscientização da sociedade e aumentar o apoio na valorização da agricultura.	^{1 2} Coesão na articulação feita entre o poder público e iniciativa privada para uma melhor participação de todos na construção de um projeto voltado para fortalecimento da agricultura familiar.
Meio ambiente	Falta de orientação sobre as leis ambientais e burocracia dos órgãos ambientais.	Promover cursos, palestras e reuniões com os agricultores para informar sobre as leis ambientais.	Secretaria de Meio Ambiente do ES e do município, STR, IDAF, IEMA e SENAR, com apoio das associações e cooperativas.	Falta de mão de obra qualificada nas secretarias, maior estruturação dos órgãos ambientais para aumentar suas ações no município.

*Comercialização	¹ Pouco espaço nas feiras. ² Dificuldades no escoamento da produção, estradas com pouca manutenção. ³ Falta apoio para agregação de valor aos produtos agrícolas.	¹ Ampliar o espaço disponibilizado para a feira da agricultura familiar e distribuição de novos "kit feira". ² Manutenção periódica nas estradas. ³ Incentivo para a agroindústria e o fortalecimento de associações e cooperativas.	¹ Território Montanhas e águas, com a oferta de um número maior de "kit Feira", um apoio maior do STR e INCAPER. ² SEAG, prefeitura, com apoio do STR e INCAPER. ³ STR e INCAPER com apoio e incentivo do SENAR e SEBRAE.	^{1 2 3} Melhorar a articulação política entre as entidades e aumento dos investimento na agricultura junto com um projeto para atender o agricultor.
*Estradas	¹ Falta manutenção em todas as estradas do município, as máquinas do PRONAF são utilizadas em outros trabalhos realizados pela prefeitura e deixa de atender o produtor quando precisa. ² A manutenção das estradas é feita de forma errada, causando assoreamento dos rios.	¹ Aquisição de novas máquinas, controle do uso de máquinas do PRONAF destinadas ao agricultor familiar. ² Construção de caixas secas nas estradas. Treinar os operadores de máquinas para realizar o trabalho de manutenção de forma correta.	¹ MDA, SEAG, Secretaria de Agricultura do município e INCAPER. O STR, associações e cooperativas fariam um monitoramento da utilização dessas máquinas. ² SEAG, Secretaria de Obras, STR, SENAR e as associações e cooperativas.	^{1 2} Aumento dos investimentos do Governo Federal para apoio ao Agricultor Familiar, ampliar o quadro de servidores tanto dos estados como dos municípios para atuar nas secretarias e entidades ligadas a agricultura e maior empenho dos políticos para aprovação e controle dos recursos públicos.

*Educação	¹ Falta professores nas escolas do meio rural. ² Falta maior apoio político para a EFA do município. ³ As estradas sem condições de uso, dificultam o acesso dos alunos até as escolas do interior além disso falta transporte escolar para atender à todos os alunos.	¹ Realizar concurso público para contratação de novos professores com a oferta de melhores salários. ² Investir na EFA e construir outras para atender um maior número de alunos. ³ Ampliar o programa "Caminhos do Campo", realizar a manutenção das estradas e aquisição de mais veículos para o transporte escolar.	¹ SEDU, SEAG, Prefeitura, STR e apoio das associações e cooperativas. ^{2 3} SEAG e SEDU com apoio do INCAPER, Vereadores e STR.	^{1 2 3} Melhorar a articulação política entre estado, deputados e outras lideranças para ampliar a quantidade de recursos, realizar concursos com objetivo de preencher as vagas e realizar o atendimento das demandas.
*Saúde	¹ Falta de postos de saúde no interior. ² Falta de agentes de saúde para atender as famílias. ³ Falta de médicos com especialidades nos municípios.	¹ Construção de postos de saúde nas zonas rurais. ² Contratação de agentes de saúde para acompanhar as famílias. ³ Contratação de médicos com salários compatíveis, em diversas especialidades para atender o interior, além disso o posto de saúde ter um maior controle ao marcar consultas.	^{1 2 3} Secretaria de Saúde do Estado e município com apoio do STR, associações e cooperativas.	^{1 2 3} Aumentar os investimentos em saúde pública em todo o país, trabalhar a conscientização das famílias quanto aos cuidados preventivos com a saúde, melhorar a ação das políticas públicas no sentido de minimizar as demandas em hospitais e postos de saúde, existe um outro grande desafio que é a valorização dos médicos e a

				estruturação das secretarias municipais de saúde.
*Comunicação	*Falta acesso aos meios de comunicação como; Telefonia celular, TV e internet. **Falta levar até o agricultor informações relacionadas as suas atividades para melhorar a produção e melhorar sua qualidade de vida no campo.	*Instalação de torres de celular, tv, rádio e internet, no caso da tv o agricultor não tem acesso a programação local, dificultando por exemplo receber informações sobre mercado agrícola da sua região e a difusão de novas tecnologias que podem ser utilizadas para otimizar sua produção. **Promover cursos, palestras, dias de campo, realizar a difusão de novas tecnologias.	*Operadoras de Celular, rádio, tv e internet, com apoio do INCAPER, SEAG, STR e associações e cooperativas. **SEAG, SENAR, INCAPER, SEBRAE e STR.	*Realizar levantamento das demandas e atende-las, aumentar investimentos na área. **Mostrar ao agricultor a importância de adotar novas práticas, pois muitas vezes existe uma resistência em se adotar tecnologias no campo, além disso, promover uma maior articulação entre as entidades de apoio ao agricultor para proporcionar o atendimento desta demanda.

*Alto custo para produção	¹ Alto preço dos insumos agrícolas. ² As estradas sem manutenção aumentam as despesas com o escoamento da produção.	¹ Realizar compras em conjunto para baixar o custo. Incentivar a criação de associações e cooperativas, promover a redução dos impostos sobre os insumos e disponibilizar uma assistência técnica que oriente o produtor para ter um controle com adubação e uso de defensivos. ² Realizar a manutenção periódica das estradas e ampliar o programa "Caminhos do Campo".	¹ STR, associações e cooperativas a SEAG através do Governo do Estado para ampliar a assistência técnica no município. ² SEAG, STR e poder público do município.	¹ Criar mecanismos para baixa de impostos sobre os insumos e disponibilizar uma assistência técnica que seja suficiente para atendimento das demandas. ² Rever recursos para investimento em estradas e equipamentos de apoio para manutenção.
*Regularização dos veículos movido à gás.	Foi proibido no município a utilização de veículos à gás.	Regularizar a utilização destes veículos, respeitando as normas de segurança.	STR, Câmara de vereadores com apoio das associações e cooperativas	Legalizar os veículos movido a gás de cozinha, pois este tipo de conversão é irregular e o agricultor se expõe ao risco quando utiliza estes veículos sem estar regularizado.

*Bancos	Burocracia para acesso ao PRONAF e outros programas do governo.	Mudar as exigências para acesso ao PRONAF e disponibilizar um atendimento diferenciado ao agricultor.	Bancos, STR, INCAPER, Prefeitura e as associações e cooperativas.	Ampliar o número de técnicos para acompanhar o agricultor e orientar quanto ao crédito, mostrar ao agricultor a importância de regularizar sua propriedade com relação a documentação exigida.
-----------------------	--	--	--	---

5. CONCEIÇÃO DO CASTELO

BREVE HISTÓRICO:

Em virtude do ataque dos índios Puris, em 1845 foi criado o aldeamento Imperial Afonsino, onde se localiza hoje a cidade de Conceição do Castelo. Em 1892, chegam os primeiros italianos, em 1862, o aldeamento antes ligado ao Distrito de São Pedro da Alcântara do Rio Pardo (Iúna), é integrado a Viana.

Em 1867, passa a pertencer a Cachoeiro de Itapemirim. No dia 15 de novembro de 1871, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Castelo, é transformada em freguesia. Em 25 de dezembro de 1928, passa a pertencer ao recém criado município de Castelo, por meio da Lei nº 1909 de 6 de dezembro de 1963, é criado o município de Conceição do Castelo, desmembrado de Castelo e instalado em 9 de maio de 1964.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

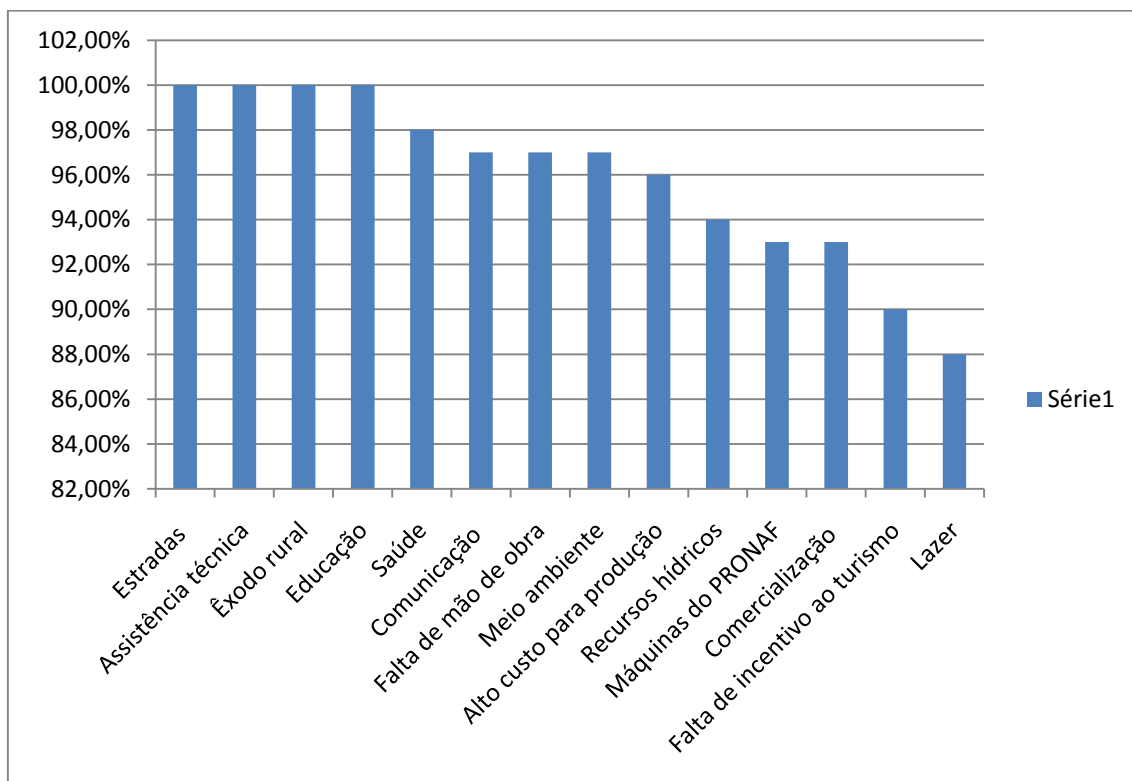


Gráfico 13 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Conceição do Castelo.

Tabela 49 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Conceição do Castelo.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Estradas	¹ Falta manutenção de rotina nas estradas do município. ² Os operadores da prefeitura executam o trabalho de forma errada, causando assoreamento dos rios.	¹ Realizar manutenção de rotina e adotar a construção de Caixas Secas para evitar maiores danos as estradas e preservar os rios contra o assoreamento. ² Oferecer cursos para os operadores da prefeitura.	¹ Prefeituras com apoio das associações, cooperativas e STR. ² Prefeituras, STR e SENAR.	¹ Aquisição de máquinas para atender todo o município. ² Falta de definir prioridades e discutir um planejamento para ações no município.
*Êxodo Rural	¹ Falta de incentivo à diversificação de culturas. ² Os jovens estão saindo do campo em busca de outras atividades na cidade. ³ Desvalorização do homem do campo.	¹ Fortalecimento das associações e cooperativas, incentivo para a agroindústria, revisão na política de preços dos produtos agrícolas. ² Melhorar a educação no meio rural com a criação de EFA'S e incentivar a agroindústria onde toda a família possa ampliar sua renda. ³ Criar novas políticas públicas de apoio ao agricultor familiar e mostrar para a sociedade a importância do	¹ MDA, SEAG, SENAR, SEBRAE com apoio do STR, INCAPER e as associações e cooperativas. ² Secretaria de Educação do ES, SEAG, Prefeitura, STR e apoio do INCAPER, associações e cooperativas. ³ MDA, FETAES, STR, Governo do Estado através da SEAG, Prefeituras, Deputados e Vereadores.	^{1 2 3} As entidades encontram problemas como a falta de mão de obra qualificada para apoio, execução e levantamento das demandas, além da falta de investimentos, INCAPER e STR ainda necessitam de técnicos para acompanhar os produtores e levantar todas as demandas existentes.

		homem do campo.		
*Educação	¹ Falta de professores nas escolas do interior. ² As escolas não possuem uma disciplina voltada as práticas do campo. ³ Os alunos tem dificuldades em chegar até as escolas por falta de transporte público.	¹ Oferta de melhores salários e abertura de concurso público para contratação de novos professores, além da melhoria das escolas quanto a estrutura. ² Mudança no sistema de ensino, construção de EFA'S com o sistema de alternância, possibilitando ao aluno um aprendizado sobre as práticas do campo e a aplicação delas na propriedade. ³ Melhoria das estradas e manutenção preventiva, ampliação do programa "Caminhos do Campo".	¹ Secretaria de Educação do ES, com apoio da SEAG e STR. ² Ministério da Educação, MDA, SEAG, Prefeitura, Vereadores, apoio do STR, associações e cooperativas. ³ SEAG, INCAPER, Prefeituras, STR, as associações e cooperativas.	¹ Ampliar o orçamento com educação para melhoria nos salários e abertura de seleção de novos profissionais para preenchimento das vagas no interior, além disso um outro desafio é a parceria entre estados e municípios para investir na infraestrutura das escolas. ² Construção de um projeto para mudança na forma de ensino das escolas e realizar um levantamento das demandas de acordo com a necessidade de cada região. ³ Rever os investimentos na agricultura com a melhoria da infraestrutura, incluindo a aquisição de máquinas e contratação de mão de obra especializada.

*Saúde	¹ Falta de postos de saúde no interior com disponibilidade de pelo menos um médico. ² Falta de agentes de saúde para acompanhar as famílias e orientar sobre questões de prevenção de doenças e boas práticas com a saúde. ³ Falta de um hospital na sede do município que atenda a demanda sem a necessidade do envio de pacientes para outras cidades.	¹ Construção de posto de saúde em locais mais distantes da sede do município, com disponibilidade de pelo menos um médico ou enfermeiro de plantão para atender casos de urgência. ² Contratação de agentes de saúde, no município existem poucos e muitas vezes não conseguem se deslocar até o interior do município em função das péssimas condições das estradas. ³ Construção de um hospital bem equipado para atender todos os casos do município com médicos em diversas especialidades.	^{1 2} Secretaria de Saúde do ES e Secretaria de Saúde do município, com apoio do STR, associações e cooperativas para levantar as demandas. ³ Ministério da Saúde, Governo do ES em parceria com as Prefeituras e Deputados Estaduais.	^{1 2 3} Realizar ações sociais para apoio a população rural e a sociedade como todo. Realizar um trabalho de conscientização sobre prevenção de doenças, cuidados com higiene e doenças contagiosas, outro desafio é aumentar o apoio do poder público e melhorar o investimento do governo federal em infraestrutura.
----------------------	--	---	--	--

*Comunicação	¹ Falta de informação sobre novas tecnologias para uso no campo. ² Falta de sinal de telefone, TV, rádio e internet.	¹ Realizar reuniões, palestras e dias de campo com os agricultores. ² Instalação de torres de celular, internet e repetidoras de TV.	¹ STR, SENAR, SEAG, INCAPER, Associações e cooperativas. ² Operadoras, STR, vereadores, INCAPER, SEAG e as associações e cooperativas.	¹ Disponibilidade de técnicos no município para realização de palestras e dias de campo. ² O maior desafio das operadoras é o atendimento das demandas.
*Falta de mão de obra	¹ O jovem do campo está indo para as cidades na busca de outras oportunidades. ² Baixo rendimento das lavouras. ³ Falta de estrutura para o homem viver no campo.	¹ Incentivo aos jovens para atuar no campo com a construção de EFA'S que possam disponibilizar um ensino diferenciado, onde o jovem possa aplicar o conhecimento no campo e buscar formas de valorizar e agregar valor a sua produção com a formação de agroindústrias. ² Investir em novas tecnologias, desde que ocorra uma melhor difusão destas. ³ Melhorar questões como; Opções de lazer, segurança, opções para a 3ª idade, etc.	¹ Ministério da Educação, Secretaria de Educação do Estado, MDA, SEAG, Prefeituras, STR e apoio das associações e cooperativas. ² SEAG, INCAPER, SENAR, STR. ³ Prefeituras, STR, associações e cooperativas.	¹ Ampliar a quantidade de recursos para investir na educação dos jovens do campo e conscientizar o agricultor sobre seu papel na sociedade. ² Realizar de forma mais eficiente a difusão de tecnologias e mudar o preconceito por parte do agricultor em aceita-las. ³ Realizar ações em conjunto através de parceria entre as entidades para benefício do homem do campo e despertar na política dos estados e municípios a importância de investir na qualidade de vida do homem.

*Meio ambiente	¹ Há pouca água disponível para irrigação, principalmente em função do plantio de eucalipto em áreas inadequadas. A água disponível para consumo no município é de baixa qualidade. ² Não existe uma preservação das nascentes nos rios do município que estão cada vez mais poluídos. ³ Falta de fiscalização dos órgãos ambientais.	¹ Maior controle do plantio do Eucalipto e fiscalizar o plantio em locais que possam comprometer os mananciais. Realizar a construção de caixas secas nas estradas para melhor aproveitamento da água das chuvas. ² Realizar campanhas de conscientização sobre o cuidado com rios e nascentes, maior fiscalização quanto ao uso de agrotóxicos nas lavouras e investir em saneamento básico. ³ Ampliar os trabalhos de fiscalização no município e fazer com que os órgãos de fiscalização oriente o produtor sobre o manejo correto das áreas.	¹ INCAPER, IDAF, SENAR. ² IEMA, Secretaria de Meio Ambiente do Município, STR e INCAPER. ³ IDAF, SENAR e Secretaria de meio ambiente do município.	^{1 3} Contratação de mais técnicos e agentes para as entidades e disponibilizar mais equipamentos para a fiscalização. ² Realizar mobilização de público e busca de parcerias para a ação.
------------------------------	---	--	--	--

*Alto custo para produção	Alto preço dos insumos.	¹ Diminuir o valor dos impostos sobre os insumos. ² Realizar compra dos insumos em conjunto. ³ Fortalecer e criar associações e cooperativas.	¹ MDA, Deputados e Senadores, Ministério Público, STR. ² Os agricultores, associações e cooperativas. ³ STR, INCAPER e FETAES.	¹ Criar mecanismos para a redução de impostos e rever a carga tributária do país sobre os insumos agrícolas. ^{2 3} Incentivar o associativismo e cooperativismo e investir nas associações e cooperativas que estão em dificuldades para se manter.
*Máquinas do PRONAF	Utilização indevida das máquinas do PRONAF por parte da prefeitura, o agricultor não é beneficiado com essas máquinas.	¹ Maior fiscalização quanto ao uso das máquinas do PRONAF. ² Deixar as máquinas de posse das associações e cooperativas para que elas atendam as demandas solicitadas.	¹ MDA, FETAES e STR. ² STR, associações e cooperativas.	^{1 2} Melhorar a articulação política entre as entidades.

*Comercialização	¹ Baixo valor pago pelos produtos quando passam pelo atravessador. ² Falta de uma política de preços justa.	¹ Incentivar a criação de associações e cooperativas. ² Rever a política de preço dos produtos agrícolas e fortalecimento de programas como PAA e PNAE.	¹ STR, SENAR, SEBRAE e INCAPER. ² Ministério da Agricultura, MDA com apoio da FETAES, STR e INCAPER.	¹ Realizar um levantamento do público alvo e montar um projeto para servir de base para a região. ² Lançar uma proposta e envolver o poder público. Melhorar a articulação entre a Secretaria de Educação e Sec. de Agricultura do ES para fortalecimento do PAA e PNAE.
*Falta de incentivo ao turismo	¹ Existem locais com potencial mas não há interesse político em aproveitá-los. ² Não se tem um incentivo para construção de pousadas e circuitos turísticos na região.	¹ Realizar um estudo para avaliar os potenciais de cada região do município. ² Investir em capacitações e cursos voltados para área, realizar palestras e reuniões para discutir o tema turismo.	^{1 2} SEBRAE, Secretaria de Turismo do município e do estado.	^{1 2} Mobilização do público e organização deste público que tem interesse em atuar nesta área. Investir na capacitação de novos consultores para o SEBRAE.
*Lazer	Falta opções de lazer para jovens e 3ª idade.	Construção de áreas para a prática de esportes, para todas as idades e atuar nas comunidades para identificar suas necessidades.	Secretaria de Esporte e Lazer do município, STR, associações e cooperativas.	Montar um projeto que atenda o meio rural e captar recursos para a área.

6. DOMINGOS MARTINS

BREVE HISTÓRICO:

Em 1847, o Espírito Santo conheceu sua primeira colônia de imigrantes originários da Prússia, 47 famílias instalaram-se em Santa Isabel e mais tarde, imigrantes italianos estabeleceram-se nos Distritos de Araguaia e Aracê.

O decreto Estadual nº 42, de 02 de outubro de 1891, elevou a povoação de Santa Isabel à categoria de Vila e cria o município, instalado em 16 de dezembro de 1891 e suprimido em 19 de janeiro de 1892. Mas o Decreto nº 29, de 20 de outubro de 1893, restaura-o, desmembrando-o de Viana, em 19 de dezembro de 1893, é reinstalado, em 16 de outubro de 1917, transfere a sede municipal para Campinho, que passa a denominar Domingos Martins.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

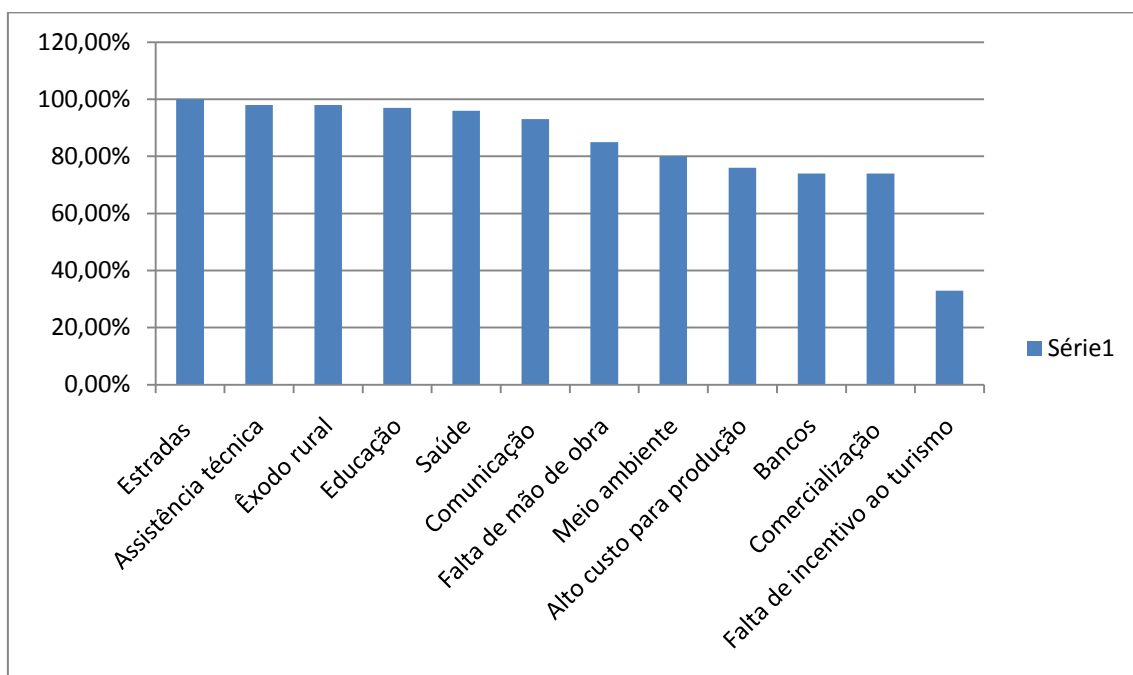


Gráfico 14 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores de Domingos Martins

Tabela 50 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Domingos Martins.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
-----------	---------------	-----------	-------------	------------------------

*Estradas	¹ Falta de manutenção das estradas em função da quantidade de máquinas que é insuficiente.	¹ Aquisição de novas máquinas e realização de um controle da utilização das mesmas, as máquinas do PRONAF devem ficar na responsabilidade das associações e cooperativas. ² Construção de caixas secas para evitar maiores danos nas estradas durante as chuvas.	¹ A aquisição das máquinas deve ser feita pela SEAG em parceria com a prefeitura. ² Prefeitura e SEAG com apoio do STR e INCAPER.	^{1 2} Aumento do orçamento para a agricultura, falta de funcionários nas prefeituras, a cada mudança de governo não se mantém os trabalhos da gestão anterior, fazendo com que a prefeitura tenha que refazer o planejamento das atividades, elaborar novos projetos para atender as demandas.
*Assistência técnica	¹ Falta de técnicos no município. ² Existe a assistência técnica de empresas que vendem produtos com interesse somente na comercialização e retorno financeiro, necessitamos de uma assistência que tenha compromisso com o agricultor e o atenda com ética e responsabilidade.	¹ Realização de concurso público para atender os Escritórios locais de Desenvolvimento Rural. ² Fortalecimento da assistência técnica pública com maiores investimento em infraestrutura e disponibilidade de técnicos que sejam valorizados e tenham condições de atuar no município.	¹ SEAG, INCAPER e uma maior cobrança do STR em parceria com as associações e cooperativas. ² SEAG, STR, Ministério Público com a fiscalização das atividades das cooperativas e lojas de insumos agrícolas.	^{1 2} Realizar concurso público para atender as demandas no município, o estado encontra dificuldade para rever o orçamento para a agricultura.

*Êxodo rural	¹ Falta de apoio ao homem do campo por parte do poder público. ² Os jovens estão deixando o campo em busca de outros trabalhos na cidade em função do baixo rendimento das lavouras e da ausência de um ensino de qualidade na zona rural.	¹ Criar políticas públicas direcionadas ao agricultor e apoio das entidades para que essas políticas cheguem ao homem do campo. ² Investir na construção de Escolas Agrícolas no município para incentivar os jovens a permanecerem no campo e aplicar na prática o conhecimento adquirido, melhorando o rendimento da lavoura.	¹ MDA, SEAG, FETAES, STR, INCAPER e as prefeituras. ² MDA, SEAG, FETAES, STR, INCAPER, associações e cooperativas.	¹ Criação de medidas para atingir o público alvo do MDA e realizar uma articulação política que consiga atingir este público. ² Rever o orçamento da união para estados e municípios, montagem de um projeto com as demandas apontadas para atender o município e o território.
*Educação	¹ Falta de professores mais capacitados nas escolas. ² Os alunos estão sem condições de ir para as escolas em função das estradas que estão sem manutenção e da pouca oferta de transporte escolar.	¹ Realizar concurso público com melhores salários, pois muitos professores não estão motivados em função dos baixos salários oferecidos pelo governo. ² Realizar manutenção nas estradas conforme demanda já apontada pelos agricultores.	^{1 2} SEDU, através do Governo do Estado, com apoio dos Deputados e Vereadores, Prefeitura e apoio do STR.	^{1 2} A pouca oferta de concursos públicos deve ser revista pelo governo do estado e além disso uma ampliação dos recursos destinados a educação para realizar melhorias nas zonas rurais, há uma necessidade de levantar e mapear áreas onde existe uma carência de apoio e investimento na educação básica e no ensino fundamental.

*Saúde	¹ Falta de um hospital mais próximo das comunidades. ² Falta de médicos em diversas especialidades.	¹ Construção de hospital na sede do município e construção de postos de saúde no interior, com disponibilidade de uma ambulância para realizar o transporte das zonas rurais até a sede dos municípios. ² Realização de concurso público para contratar médicos em diversas especialidades para atuar nos postos de saúde do interior.	¹ Secretaria de Saúde do ES, Prefeitura, com apoio da Câmara de Vereadores e STR. ² Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria de Saúde do município com apoio do STR, na representação do agricultor e apoio nas cobranças ao poder público.	^{1 2} As secretarias de saúde tanto do ES, quanto do município encontram problemas para ajuste de orçamento para investir na saúde pública. Outro desafio é a realização de campanhas com a população em geral, principalmente com o agricultor que vive mais distante, promover campanhas sobre boas praticas de higiene e prevenção de doenças. Aender a população do meio rural requer uma melhoria de outras áreas para que as políticas públicas como um todo tenham um impacto positivo na população rural e urbana.
*Comunicação	Falta de sinal para celular e TV, o agricultor não tem condições de acompanhar as informações de sua região e do seu estado.	Instalação de torres de celular e repetidores de sinal de TV.	Operadoras com apoio da SEAG, INCAPER, STR e associações e cooperativas.	Levantar as demandas existentes e melhorar a parceria entre poder público e privado, tanto para ampliação dos investimentos e também dar uma melhor assistência à população.

*Falta de Mão de obra	Com o êxodo rural, principalmente com a saída dos jovens, a quantidade de idosos que vivem e trabalham no campo só aumenta.	Investir no jovem do campo, oferecendo opções de lazer, educação voltada para as práticas do campo e apoio em incentivo para atividades como a agroindústria e agroturismo.	Prefeitura com apoio das associações e cooperativas para atuar com apoio na melhoria das opções de lazer e esportes. SEDU, STR, SENAR, SEBRAE, Prefeituras, associações e cooperativas para atuação na educação e incentivo para a agroindústria e agroturismo.	Realizar um planejamento para utilização dos recursos voltados para o lazer e uma maior cobrança por parte dos agricultores que devem se estruturar em associações e cooperativas para ganhar peso na luta por melhorias do meio rural, o Governo do ES através da SEAG, depende da ampliação do quadro de servidores que possa realizar uma maior assistência no interior dos municípios, levantando demandas para um planejamento das ações.
Meio ambiente	Os fiscais do IDAF somente atendem denúncias, o produtor não é bem atendido e o IEMA não passa as informações corretas sobre a legislação.	Realizar fiscalização constante independente da solicitação ou denuncia, realizar visitas as associações e localidades para levar ao agricultor informações sobre as leis e normas ambientais.	IDAF, IEMA, STR, associações e cooperativas.	Melhorar a estrutura dos órgãos de fiscalização com aparelhamento, veículos, melhorias de salários e ampliar o quadro de servidores para que assim as entidades possam suprir a demanda e realizar um fiscalização adequada.

*Alto custo para produção	¹ Alto valor dos insumos. ² Baixo rendimento das lavouras.	¹ Realizar compra dos insumos em conjunto para redução dos custos. ² Incentivar a formação de associações e cooperativas nas zonas rurais	¹ Associações e cooperativas com apoio do STR. ² STR, INCAPER e Prefeituras.	^{1 2} Incentivar e mobilizar os agricultores na formação de cooperativas e associações, aumentar o apoio do poder público.
*Bancos	¹ Os bancos não atendem o agricultor como deveriam, no município alguns bancos não aceitam realizar financiamento de valores pequenos, por exemplo equipamentos de pequeno porte e contratos de custeio. ² Há pouca informação sobre PRONAF.	¹ As agências deveriam disponibilizar um profissional para atender exclusivamente os agricultores, incluindo um técnico para dar assistência na propriedade. ² Promover reuniões para informar o agricultor sobre as linhas do PRONAF e informar sobre todos os procedimentos legais para o agricultor ter acesso ao programa.	¹ STR, Bancos, INCAPER, associações e cooperativas. ² STR, INCAPER, FETAES, associações e cooperativas.	¹ Contratar mais técnicos para atender todos os perfis de cliente do banco, inclusive realizar uma melhor orientação quanto ao acesso do crédito e avaliar o que de fato o agricultor necessita, muitas vezes o agricultor não possui um planejamento para o uso do recurso. Outra questão é a organização dos documentos da propriedade e do próprio agricultor, que acaba gerando uma demora na análise do crédito e demais rotinas. ² Mobilizar o agricultor para participar de reuniões e encontros para levar tais informações, muitos agricultores tem uma rotina que o impede de

				participar desses encontros, ou muitas vezes é o agricultor fica desmotivado.
*Comercialização	¹ Falta de garantia de preços dos produtos agrícolas. ² O atravessador paga pouco pelos produtos e o agricultor só tem uma opção, ³ Estradas com pouca manutenção.	¹ Rever as políticas de preço dos produtos agrícolas. ² Criar e fortalecer associações e cooperativas para o agricultor não ser tão dependente do atravessador e assim poder vender seu produto por um preço justo. ³ Realizar as manutenções de rotina nas estradas e ampliar o programa "Caminhos do Campo".	¹ MDA, MAPA, Deputados e Senadores, FETAES, SEAG, STR e um apoio do INCAPER, associações e cooperativas. ² SEAG, FETAES, STR, SENAR e INCAPER. ³ SEAG, Prefeituras, uma maior cobrança dos STR, INCAPER, associações e cooperativas.	¹ Rever a política de preço dos produtos agrícolas e discutir essa questão com as lideranças e representantes dos agricultores. ² Ampliar o quadro funcional das entidades para atender a demanda e desenvolver ações para fortalecimento do associativismo e cooperativismo. ³ Aumentar investimentos na agricultura para trabalhar a questão de infraestrutura, com aquisição de máquinas, mão de obra e contratação de pessoal.

*Falta de incentivo ao turismo	Falta de apoio ao turismo na região, há muitos locais que poderiam ser explorados.	Montar um projeto para agroturismo no município para identificar as potencialidades da região, mobilizar os parceiros e buscar junto com a população, formas de explorar o turismo em toda a região.	Secretaria de turismo, SEAG, SEBRAE, SENAR, STR, vereadores, associações e cooperativas.	Formar uma articulação para realizar um projeto para o município identificando as potencialidades, gargalos e viabilidade.
--	---	---	---	---

7. MARECHAL FLORIANO

BREVE HISTÓRICO:

Sua povoação tem início a partir de 1847, com a chegada de 39 famílias originárias da Prússia Renana à Colônia de Santa Isabel (pertencente a Domingos Martins), depois vieram os alemães e italianos.

O primeiro nome de Marechal Floriano era Braço Sul, em referência ao rio que corta a cidade, afluente do rio Jucu. O nome atual vem desde 13 de maio de 1900, dada a visita do 1º Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, na inauguração da Rede Ferroviária Leopoldina Railway.

Criado em 30 de outubro de 1891 pela Lei nº 4.571, desmembrado de Domingos Martins, o município de Marechal Floriano foi instalado em 1º de janeiro de 1993

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

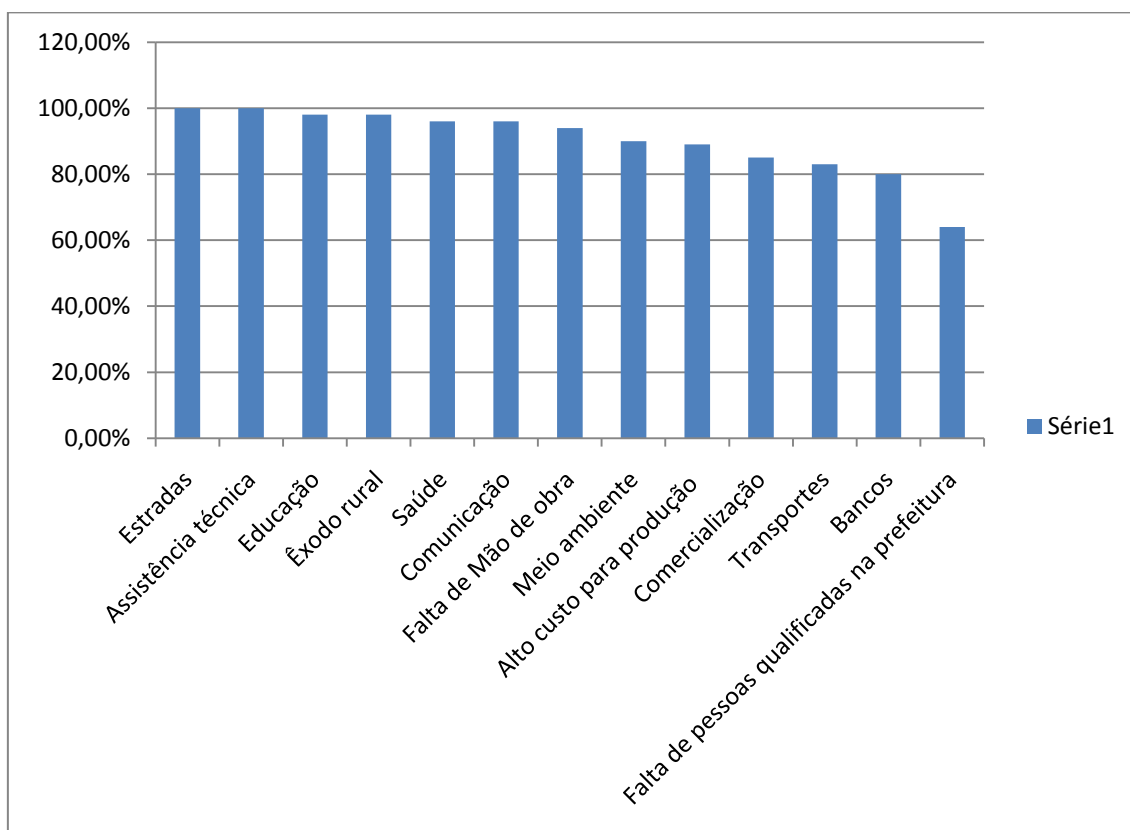


Gráfico 15 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Marechal Floriano.

Tabela 51 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Marechal Floriano.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Estradas	¹ Falta manutenção de rotina nas estradas. ² Falta máquinas no município para realizar manutenção nas estradas. ³ Os locais onde existe asfalto não são locais onde existe deslocamento de produtores rurais. As estradas principais deveriam ser asfaltadas.	^{1 2} Realizar compra de máquinas para atender o município, realizar um levantamento periódico da condição das estradas e montar um cronograma de ações para manter as estradas em boas condições. ³ Realizar reuniões com as associações, com os agricultores e demais lideranças para identificar onde existe maior necessidade de pavimentação de vias. e realizar a ampliação do programa "Caminhos do Campo".	^{1 2} SEAG, Prefeitura (secretaria de obras), com apoio do INCAPER, STR e uma maior cobrança por parte do agricultor, através das associações e cooperativas. ³ STR, INCAPER, associações e cooperativas.	^{1 2 3} Ampliar os investimentos em infraestrutura e recursos voltados para a agricultura, entretanto falta uma maior interação entre as secretarias municipais, cada secretaria deve ter conhecimento dos desafios que o município enfrenta e buscar um trabalho em conjunto, identificando suas potencialidades, principais atividades econômicas e desafios fazendo com que a sociedade participe, sendo mais presente com o poder público.
*Assistência técnica	Falta de técnicos para dar assistência no campo.	Contratação de mais técnicos para o INCAPER e Prefeituras.	SEAG, INCAPER e apoio do STR, associações e cooperativas.	O INCAPER dispõe de poucos técnicos para atender todo o município. O concurso público com o preenchimento das vagas suficiente para atender a demanda, requer uma revisão no orçamento do ES.

*Educação	¹ Falta de professores qualificados nas escolas do interior.	¹ Realizar concurso público para preenchimento de vagas nas escolas do interior.		^{1 2} Aumentar o orçamento da união e do governo do ES para investir em educação e realizar um levantamento das demandas para suprir as vagas de professores nas escolas do interior, assim como identificar a a demanda de alunos com perfil da agricultura familiar.
	² Falta uma educação voltada para o jovem do campo.	² Investir em EFA'S para incentivar o jovem a permanecer no campo, diminuindo o êxodo rural.	¹ SEDU através do Governo do ES.	
	³ Deficiência no transporte escolar.	³ Melhoria das estradas e incremento de veículos para o transporte dos alunos, muitos proprietários desses veículos se queixam das péssimas condições das estradas e em algum casos reduzem o número de ônibus.	² Ministério da Educação, MDA, Prefeitura com apoio do STR. ³ SEDU em parceria com a SEAG e Prefeituras.	³ Ampliar a frota de veículos de transporte escolar por parte do poder público, atuar na melhoria de estradas e aquisição de equipamentos para realização da manutenção de rotina de todas as vias.

*Êxodo rural	Os jovens estão saindo do campo na busca de melhores oportunidades nas cidades, em função da falta de escolas de qualidade e uma falta de valorização do homem do campo.	Investir em educação para os jovens do campo, realizar construção de EFA'S, investir no agroturismo e todas as formas de exploração sustentável do meio rural criando assim opções para os jovens e fortalecendo a agricultura familiar.	MDA, FETAES, STR, INCAPER, SENAR, SEBRAE.	Promover uma revolução no ensino do país que atenda todos os grupos e a implementação de políticas públicas que causem um impacto direto na sociedade, as entidades que possuem ligação com o agricultor devem ser articuladas visando a parceria entre as outras entidades na troca de informações, desafios e idéias.
*Saúde	¹ Falta de médicos em diversas especialidades. ² Falta de ambulâncias para atender o interior. ³ Melhoria no serviço de agendamento de consultas nos postos do interior, incluindo a falta de postos de saúde e um hospital de grande porte para atender todo o município e região. Falta campanhas de	¹ Contratar médicos em diversas especialidades para atender todo o interior. ² Aquisição de ambulâncias que seriam mantidas nas comunidades. ³ Contratar um profissional exclusivo para cada posto que saiba organizar uma agenda de marcação de consultas, muitas vezes o agricultor tem que retornar no posto por diversas vezes em função da marcação equivocada de	^{1 2 3} Secretaria de Saúde do ES, Prefeituras com apoio do STR, INCAPER, associações e cooperativas.	^{1 2 3} Realizar a mobilização desse público, o agricultor esta desacreditado com relação as políticas públicas. Há a necessidade de envolver a sociedade no processo e torná-las responsáveis pelas decisões em prol do agricultor familiar e da sociedade como todo. Falta rever os investimentos públicos na saúde e identificar os principais gargalos.

	prevenção de doenças contagiosas, uso de drogas, álcool e ampliar o número de agentes de saúde no município.	horários com os médicos que realizam o atendimento. Construção de postos de saúde no interior com equipamentos para atendimentos de urgência e um hospital bem equipado para os casos mais graves localizado na sede do município. Realização de palestras educativas nas comunidades para informar sobre doenças contagiosas, uso de álcool e drogas.		
*Comunicação	Falta de sinal de celular, TV, internet e rádio, o agricultor não tem como acessar as informações locais transmitidas pela TV.	Instalação de torres de celular para melhoria da telefonia móvel, instalação de repetidoras de TV para que o agricultor possa acessar notícias locais.	Operadoras de telefonia celular, emissoras de TV e rádio, uma maior cobrança destes por parte das prefeituras, STR, associações e cooperativas.	O levantamento das demandas e a montagem de um projeto para atendimento ao agricultor quanto aos meios de comunicação, formação de uma parceria pública entre Prefeitura e Câmara de Vereadores.

*Meio ambiente	¹ Plantio desordenado de Eucalipto gerando falta de água em algumas regiões. ² problemas na adequação ambiental das propriedades.	¹ Aumentar a fiscalização por parte do IDAF para maior controle das atividades na região, orientando quanto ao plantio desordenado do Eucalipto e suas consequências. ² Maior orientação por parte dos órgãos de fiscalização para orientar o produtor sobre a adequação ambiental, realizando palestras, cursos e reuniões.	¹ IDAF, IEMA com apoio do STR, INCAPER, associações e cooperativas. ² IDAF, IEMA, INCAPER e STR.	^{1 2} Ampliar o quadro efetivo do IDAF e IEMA para realizar fiscalização e acompanhamento das áreas, fornecimento de mais equipamentos e melhor remuneração, formar uma parceria entre IDAF e as prefeituras para realizar ações em conjunto.
*Alto custo para produção	O alto valor dos insumos agrícolas	Redução dos impostos sobre estes produtos.	MDA, SEAG, Empresas fabricantes dos insumos com apoio da FETAES e STR.	Rever o custo de industrialização destes insumos assim como o sistema tributário no país.

*Comercialização	¹ Falta de uma política de preços dos produtos agrícolas. ² O agricultor não possui um local de apoio onde possa realizar a comercialização dos produtos sem passar pelo atravessador	¹ Criar uma política de preços que possua garantia de venda dos produtos para o agricultor e que ele não tenha uma diminuição da sua receita em função do atravessador. ² Construção de centros de distribuição de alimentos onde o agricultor tenha estruturas de armazenamento e facilidade no escoamento destes produtos.	¹ MDA, SEAG, INCAPER, STR e as associações e cooperativas. ² SEAG em parceria com a Prefeitura, Câmara de Vereadores, associações e cooperativas.	^{1 2} A revisão da política de preços depende de ações conjuntas entre senado, deputados e entidades representativas do agricultor, o grande desafio é criar uma proposta para ser discutida em âmbito nacional e que seja discutida entre o poder público.
*Transportes	¹ Falta de transporte público para os moradores do município e para o agricultor familiar. ² Falta estradas em condições de uso.	¹ Implantação de transporte público para as zonas rurais e melhoria das estradas, além disso a municipalização do transporte público no município. ² Efetuar a manutenção de rotina nas estradas e a ampliação do Programa "Caminhos do Campo".	^{1 2} SEAG, INCAPER, Secretaria de Transportes Públicos do município e uma maior cobrança das associações e cooperativas	^{1 2} Aumentar a quantidade de recursos nas secretarias para investir em transporte público, o orçamento é baixo e falta servidores para acompanhar as demandas.

*Bancos	Burocracia para acesso ao PRONAF.	Realizar um acompanhamento do agricultor e orientá-lo quanto ao crédito.	Bancos, STR e Prefeituras.	Ampliar o número de técnicos disponíveis para assistência e orientação ao produtor, as agências possuem poucos funcionários para atender a demanda, além disso o agricultor necessita de estar com os documentos de posse de sua propriedade ou pelo menos buscar a regularização destes.
*Falta de mão de obra qualificada nas prefeituras	As secretarias do município são ocupadas por pessoas sem qualificação na área de atuação.	Contratar profissionais com conhecimento e formação da área responsável.	Ministério Público, com apoio do STR, associações e cooperativas e movimentos populares.	A falta de profissionais para preenchimento das vagas no setor público.

8. SANTA LEOPOLDINA

BREVE HISTÓRICO:

Em 1800, o sargento-mor José Claudio de Souza, recebia concessão de uma sesmaria, a partir da qual iniciou desbravamento do território que integra o atual município de Santa Leopoldina. Em 1856, chegavam 160 suíços, no ano seguinte, alemães e luxemburgueses, posteriormente, vieram outros colonos de nacionalidades diversas. A localidade mereceu destaque no romance “Canaã” de Graça Aranha, que intitulou “filha do sol e das águas”.

Durante várias décadas, o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina se manteve como principal pólo comercial na região de montanhas do Espírito Santo, graças a localização estratégica às margens do rio Santa Maria.

O município com a denominação de Cachoeiro de Santa Leopoldina, foi criado em 4 de abril de 1884 pela Lei Provincial nº 21, desmembrado de Vitória e instalado em 17 de abril de 1887, o Decreto nº 53, de 11 de novembro de 1890, ratifica sua criação. O Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, muda-lhe o nome para Santa Leopoldina.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

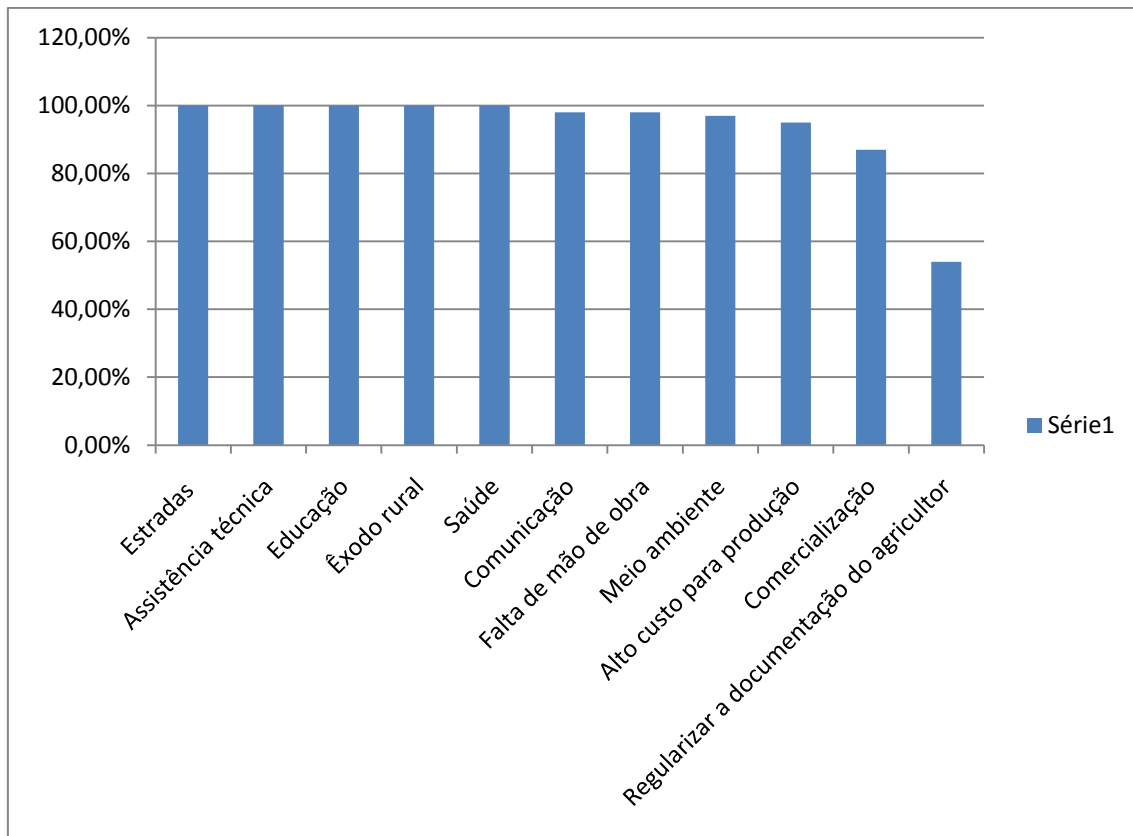


Gráfico 16 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Santa Leopoldina.

Tabela 52 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Santa Leopoldina.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Estradas	¹ A manutenção das estradas é feita de forma errada, o material colocado nas estradas (cascalho) é lançado nos rios em função das chuvas. ² Falta de máquinas para realizar a manutenção das estradas. ³ Os operadores não possuem um treinamento para realizar o serviço de forma correta sem causar danos ao meio ambiente.	¹ Buscar alternativas para melhorar a pavimentação das estradas com outros materiais, a construção de caixas secas ajuda a amenizar estes impactos causados nos rios e evitam maiores danos as estradas. ² Aquisição de máquinas com um controle de utilização por parte da prefeitura, principalmente as máquinas do PRONAF. ³ Oferecer cursos para treinar os operadores das prefeituras e levar até eles o conhecimento sobre as leis ambientais.	¹ Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente com apoio da Secretaria de Agricultura e STR, INCAPER, associações e cooperativas. ² Prefeitura, com apoio do STR, associações e cooperativas. ³ IDAF, IEMA, SENAR, com apoio do STR.	^{1 2 3} Ampliar o número de máquinas para dar suporte ao trabalhos e contratar operadores. Outro desafio é disponibilizar profissionais para realizar este trabalho, além disso contar com parcerias de outras entidades.
*Assistência técnica	Falta de técnicos para dar assistência.	Contratar novos técnicos do INCAPER e Prefeituras com estrutura suficiente para realizar os trabalhos junto aos agricultores.	SEAG, INCAPER, Prefeituras, STR, com apoio das associações e cooperativas.	Ampliar o orçamento do ES para investir na contratação de técnicos, para realizar ações de ATER.

*Educação	¹ Falta de professores nas escolas do interior. ² Falta de escolas no interior com um ensino voltado para as práticas do campo.	¹ Valorização dos professores com salários dignos e realização de concurso público para contratação de novos professores. ² Construção de EFA'S no interior dos municípios.	¹ SEDU, Prefeitura, Vereadores e uma maior cobrança da sociedade. ² Ministério da Educação, SEDU, com apoio da FETAES, STR, INCAPER.	¹ Ampliar o repasse de recursos para atender a Secretaria de Educação na construção de projetos voltados para o fortalecimento do ensino no interior. ² Falta de articulação entre os poderes públicos e a gestão dos gastos com educação, além disso existe a falta de um projeto que atenda efetivamente a educação no interior dos municípios do ES.
*Êxodo rural	¹ Falta de incentivo ao homem do campo e aos jovens para a sua permanência no campo. ² Falta de organização no meio rural.	¹ Reformular a educação no campo com a construção de escolas e melhorar a estrutura básica para a vida do agricultor. ² Incentivar o associativismo e cooperativismo no meio rural.	¹ Ministério da Educação, MDA, SEAG, FETAES, STR, com maior apoio das associações e cooperativas. ² FETAES, STR, SENAR e INCAPER.	¹ Criar políticas públicas que cheguem até aqueles que necessitam, há uma carência de uma melhor assistência ao agricultor em todas as áreas, existe uma falta de planejamento das ações e uma revisão no orçamento público. ² Dificuldade na mobilização de público, o agricultor está desacreditado com relação as ações

				voltadas para melhoria da vida do homem do campo.
*Saúde	¹ Falta de postos de saúde no interior. ² Falta de médicos em diversas especialidades no município.	¹ Construção de postos de saúde com equipamentos básicos para atender casos de menor gravidade e disponibilidade de ambulâncias no interior para facilitar o deslocamento até os grandes hospitais. ² Realização de concurso público visando a contratação de médicos em diversas especialidades.	^{1 2} Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, prefeitura, com apoio dos STR'S, associações e cooperativas.	^{1 2} Os gargalos existentes na saúde e em outras áreas, dificultam a atuação do governo na implantação de políticas públicas. A melhoria em áreas como educação e ampliação de programas sociais, servem de base para a construção de ações em prol da sociedade e do homem do campo, que possui uma maior dificuldade no acesso destas políticas.
*Comunicação	Falta de sinal de TV, Radio, Celular e Internet no meio rural.	Construção de torres de celular e rádio e construção de repetidoras de tv para que o agricultor tenha acesso a programação local.	Operadoras e emissoras de rádio e tv, com apoio do poder público, STR, associações e cooperativas.	Melhorar o investimento do poder público. Existe a dificuldade no levantamento das demandas por parte das operadoras, que hoje tem dificuldades no atendimento em função da grande expansão dos meios de comunicação e da implantação de novas tecnologias.

*Meio ambiente				¹ Realizar a mobilização do agricultor para participar de reuniões e palestras, mas também existe a limitação das entidades ligadas ao meio ambiente em atender as demandas em função dos poucos profissionais disponíveis e a falta de infraestrutura. ² Rever o orçamento público para aquisição de equipamentos e investir na infraestrutura. ³ O agricultor é em muitos casos, refém das lojas de insumos agrícolas que possuem assistência associada a venda de insumos. O desafio é aumentar o controle da venda de agrotóxicos e conscientizar o agricultor através de informações e conhecimento sobre outros meios de se produzir sem a utilização de defensivos e outros produtos químicos.
	¹ As leis deveriam ser mais claras e o agricultor deveria receber mais informações sobre as leis. ² Falta da coleta de lixo nas zonas rurais. ³ Falta de orientação para uso de agrotóxicos.	¹ Melhorar a comunicação entre as entidades ligadas ao meio ambiente e os agricultores, com a oferta de cursos, palestras e reuniões. ² Aquisição de veículos de coleta de lixo e instalação de postos de coleta em pontos estratégicos nas zonas rurais. ³ Criar campanhas de conscientização para o agricultor, oferecer cursos de aplicação de defensivos nas comunidades localizadas nas zonas rurais, levar ao agricultor alternativas para produção de alimentos como os ORGÂNICOS.	¹ IDAF, IEMA, SENAR, STR, INCAPER e Prefeituras. ² Secretaria de Serviços Públicos da Prefeitura com maior cobrança por parte das associações e cooperativas. ³ IDAF, IEMA, SENAR, STR, INCAPER, associações e cooperativas. A Chão Vivo para levar conhecimento de sistemas alternativos de produção de alimentos.	

*Alto custo para produção	O alto valor dos insumos.	Diminuir a carga tributária sobre os insumos agrícolas e promover a compra destes insumos em conjunto através de associações e cooperativas.	MDA, SEAG, INCAPER, FETAES, STR, com apoio das associações e cooperativas.	Fazer com que os agricultores, procurem meios alternativos para produzir e buscar fontes de informação e conhecimento para não ocorrer um descontrole nos custos para a produção. A busca por lucratividade das grandes indústrias de insumos agrícolas e a venda de insumos realizadas por cooperativas que prestam assistência técnica e venda direta, exercem grande influência ao agricultor.
*Comercialização	¹ Falta uma política de preços que possa garantir ao produtor um preço mínimo. ² Falta novos mecanismos de comercializar os produtos sem ter que passar pelo atravessador.	¹ Reformulação da política de preços que é praticada diminuindo o impacto causado pelo atravessador. ² Incentivo ao associativismo e cooperativismo.	¹ MDA, Ministério da Agricultura, FETAES, STR, Deputados e Senadores. ² MDA, FETAES, STR, SENAR e STR.	¹ Criar um projeto para adequação da política de preços praticada no mercado agrícola, falta maior articulação política entre o poder público e as entidades de apoio ao agricultor. ² Incentivar o agricultor a se organizar em associações e cooperativas, falta de uma mobilização pelas entidades que representam o agricultor.

*Regularizar a documentação do agricultor.	O agricultor não possui todos documentos exigidos para que por ex. possa conquistar crédito nos bancos.	Os sindicatos devem dar maior suporte ao agricultor com relação aos documentos de posse de terra e outros relacionados a sua atividade.	FETAES e STR	Dificuldades em conscientizar o agricultor sobre a importância de estar organizado com relação a documentação exigida e a falta de mão de obra para atuar nos STR`S.
--	--	--	---------------------	---

9. SANTA TERESA

BREVE HISTÓRICO:

Em 1874, chegam a região oito imigrantes italianos procedentes do núcleo imperial Conde D' Eu (Ibiraçú), novas levas são trazidas logo depois pela Inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província, em 1875 se estabeleceram 60 famílias tirolesas, no ano de 1876, o núcleo recebe grupos de italianos e no ano seguinte, colonos procedentes da Alemanha e da Suíça se estabeleceram no vale do Rio Vinte e Cinco de Julho, enquanto imigrantes poloneses fixam ao lado do Rio Cinco de Novembro.

Em 11 de novembro de 1890, pelo Decreto Estadual nº 53, é criado o município de Santa Teresa e em 22 de fevereiro de 1891, é instalado.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

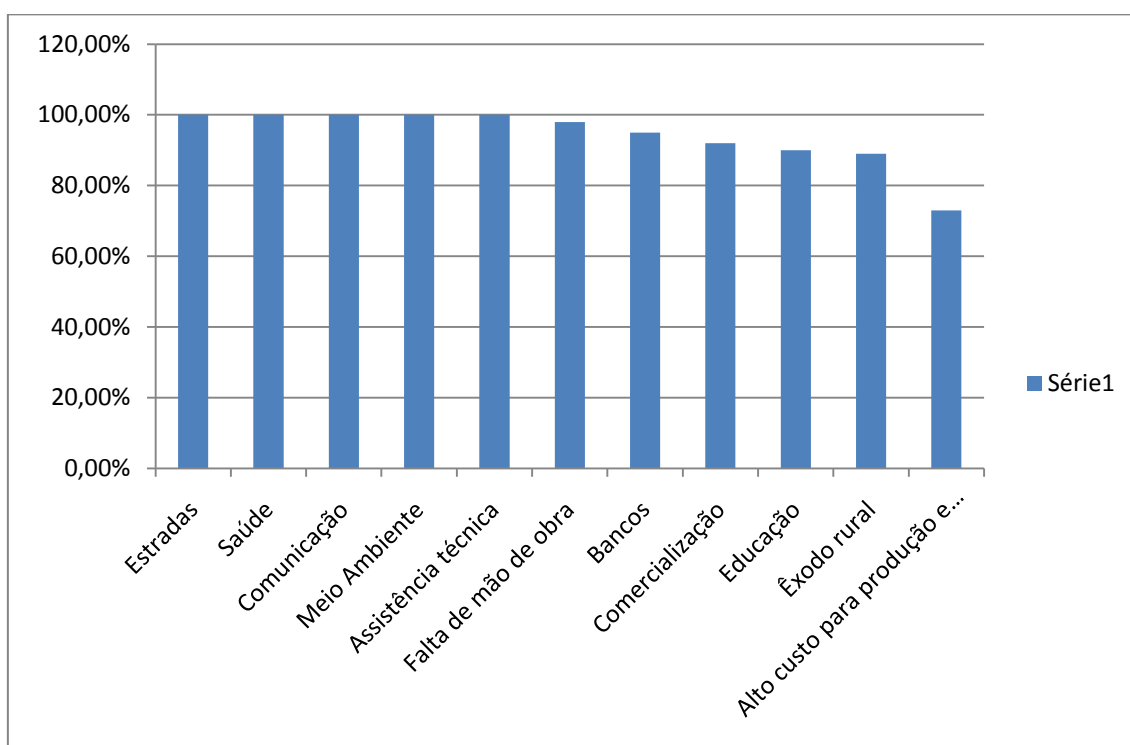


Gráfico 17 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Santa Teresa.

Tabela 53 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Santa Teresa.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Estradas	Falta manutenção de rotina nas estradas.	Contratar um profissional responsável somente pela manutenção das estradas. Asfaltar as estradas principais do interior através do programa "Caminhos do Campo".	A contratação do profissional seria através da prefeitura com o apoio do STR, associações e cooperativas. Com relação ao asfaltamento das estradas principais, este seria de responsabilidade e da SEAG, INCAPER com apoio do STR e Prefeitura.	Realizar concurso público no município para atendimento das secretarias e realizar aprovação de projetos para o município com apoio dos vereadores e da população, além disso rever junto ao governo do estado maior repasse de verbas para a agricultura.
*Saúde	¹ O atendimento nos postos de saúde é precário. ² Falta de médicos em diversas especialidades no município.	¹ Aumentar o número de funcionários nos postos de saúde e no hospital do município. ² Realizar concurso público para contratação de médicos e melhorar os salários dos mesmos.	^{1 2} Secretaria de Saúde do Estado com apoio da Prefeitura, STR, associações e cooperativas.	^{1 2} Melhorar a articulação entre poder público municipal e estadual para ampliar as políticas públicas e fazer com que elas cheguem à todos.

*Comunicação	Falta de sinal de telefone celular e internet.	Instalação de torres para ampliar o sinal de celular e internet.	Operadoras com apoio do governo do ES, apoio do poder público municipal, STR, associações e cooperativas.	Realizar levantamento das demandas existentes, ampliar os investimentos por parte do governo do ES, melhorar a articulação política no município.
*Meio Ambiente	¹ Falta uma interação entre o agricultor e os órgãos ambientais que realizam a fiscalização, o agricultor precisa receber mais orientação sobre as leis ambientais. ² Em uma parte do município existe o problema da falta de água para irrigação.	¹ Os órgãos que realizam a fiscalização ambiental deveriam promover palestras e reuniões com os agricultores, orientando sobre as leis ambientais e criando no agricultor uma maior conscientização. ² Construir caixas secas na região para melhorar o aproveitamento de água das chuvas, dar maior apoio para o agricultor, apoiar a construção de barragens nas regiões onde existe falta de água para irrigação das lavouras, trabalhar na conscientização do agricultor com relação a	¹ IDAF, IEMA, Secretaria Estadual e Municipal de Meio Ambiente, SENAR, com apoio do STR, associações, INCAPER e cooperativas. ² SEAG e Prefeitura com apoio do INCAPER, STR, associações e cooperativas.	¹ Contratação de profissionais para preenchimento de vagas no IDAF e IEMA. Outro grande desafio seria a interação entre as entidades (IDAF e IEMA) com o poder público municipal para dar maior agilidade no atendimento das demandas e planejar as ações em benefício do município. ² Estruturar as entidades com a contratação de profissionais e realização do levantamento das demandas. Trabalhar a conscientização do agricultor sobre a importância da

		preservação das matas ciliares.		preservação dos rios e nascentes.
*Assistência técnica	Falta de técnicos para dar assistência	Contratação de técnicos tanto do INCAPER como da prefeitura.	SEAG, INCAPER, Prefeitura com apoio do STR, associações e cooperativas.	Ampliar os recursos do governo do ES para investir na agricultura.
*Falta de mão de obra	Existe uma dificuldade para conseguir mão de obra para trabalhar no campo.	¹ Valorização do homem do campo mostrando para a sociedade a importância da agricultura. ² Incentivar os jovens a permanecer no campo.	^{1 2} MDA, FETAES, STR, SEAG, INCAPER e Prefeituras.	^{1 2} Fortalecimento das políticas públicas voltadas para o Agricultor Familiar e conscientizar as famílias da importância da sua permanência no campo.
*Bancos	Dificuldades para acesso ao PRONAF (Muita burocracia exigida pelos bancos).	O banco deve disponibilizar um profissional que atenda exclusivamente o agricultor, diminuir as exigências para acesso ao PRONAF e mudar as garantias exigidas pelo banco.	Bancos, FETAES, STR, INCAPER, com apoio das associações e cooperativas.	Disponibilizar mais profissionais para atendimento ao agricultor nas agências, principalmente na orientação quanto ao crédito disponibilizado, além disso diminuir a inadimplência do PRONAF. Os programas de governo para atender o Agricultor Familiar precisam ser revistos.

*Comercialização	¹ Existe muita burocracia para o agricultor trabalhar com a agroindústria. ² Dificuldades para escoar a produção. ³ O baixo preço pago aos produtos pelo atravessador.	¹ Unificar as regras para instalação de agroindústria no interior, o agricultor se queixa pois muitas vezes quem capacita e orienta o agricultor sobre como montar uma agroindústria passa uma informação que vai contra o que determina a lei e o agricultor tem que alterar tudo o que fez em sua propriedade. ² Melhoria das estradas e instalação de uma central para recebimento da produção. ³ Incentivar o associativismo e cooperativismo para fortalecimento da comercialização, além disso rever as políticas de preço dos produtos agrícolas.	¹ SENAR, SEBRAE, INCAPER com apoio da Prefeitura e STR. ² SEAG, INCAPER e Prefeituras para atuar na melhoria das estradas e a união do agricultores com apoio do STR para criar um local para distribuição de produtos como por ex: "CEASA". ³ STR, INCAPER, SEAG, Prefeitura, com apoio do SENAR e SEBRAE.	¹ Levantar demandas para trabalhar com os agricultores no incentivo para a agroindústria e montar parcerias entre SEBRAE, SENAR e o poder público. ² Realização de concurso público para contratar funcionários e a busca de recursos para ampliar e melhorar a infraestrutura para a comercialização. ³ Incentivar o agricultor a se organizar em associações e cooperativas, aumentar o quadro de funcionários nas entidades para dar maior suporte ao agricultor.
--------------------------------	--	--	---	--

*Educação				¹ Aumentar os investimentos para educação e reformular o ensino público no país, identificando os problemas enfrentados nas escolas do interior e contratar mais profissionais incluindo professores com graduação compatível.
	¹ Falta de professores nas escolas do interior. ² Falta de transporte escolar que atenda o interior. ³ Mudar a forma de ensino nas escolas do interior.	¹ Contratar professores com salários compatíveis. ² Melhorar as estradas do interior e ampliar o numero de transporte escolar. ³ Construção de EFA com ensino voltado para as práticas do campo, reduzindo assim o êxodo rural.	¹ Ministério da Educação, SEDU, Prefeituras com apoio do STR, associações e cooperativas. ² SEDU, SEAG com apoio das Prefeituras, vereadores e apoio do STR. ³ Ministério da Educação, Deputados Federais, SEAG, SEDU com apoio da FETAES e STR.	² Rever o orçamento para aquisição de veículos para transporte escolar. Outro desafio é a realização de manutenção suficiente para manter as estradas em boas condições, na região serrana do ES, temos um agravante que é o tipo de relevo que acaba causando estragos nas estradas em períodos de chuva intensa.
*Êxodo rural	Os jovens estão saindo do campo em busca de outras oportunidades na cidade, pois o	¹ Construção de EFA. ² Apoiar e incentivar a	¹ ² SEDU, SEAG, INCAPER, Deputados Estaduais e Vereadores do	¹ Ampliar os recursos do ES para investir em infraestrutura

	agricultor hoje é muito desvalorizado. (Falta uma melhor estrutura para o homem viver bem no campo).	agroindústria e agroturismo. (Realizar todas as outras ações apontadas pelos agricultores).	município, além destes o STR, SENAR, SEBRAE e as associações e cooperativas devem dar um maior apoio.	(construção de escolas), além de buscar junto ao Governo Federal uma articulação que leve até os município, os investimentos para construção de EFA e outras melhorias na educação. ² Com relação a agroindústria e agroturismo, realizar um levantamento das demandas para atender o agricultor, realizar um estudo para identificar os potenciais que a região apresenta para investir em turismo e montar projetos para levar até o município capacitações e treinamentos mostrando para o agricultor a importância de uma agroindústria para melhoria da renda de sua família.
--	---	--	---	---

*Alto custo para produção e manutenção das lavouras	Valor dos insumos é alto tornando inviável a produção.	¹ Realizar compra dos produtos/insumos em conjunto para reduzir o custo. ² Montar associações e cooperativas.	^{1 2} STR, INCAPER e os agricultores.	^{1 2} Ampliar o número de profissionais para acompanhar o agricultor e levantar as demandas existentes, além de mostrar para o agricultor, como a organização através do associativismo e cooperativismo é importante para sua atividade no campo.
---	---	---	---	--

10. SANTA MARIA DE JETIBÁ

BREVE HISTÓRICO:

Deve-se ao processo de colonização de Santa Leopoldina a origem do município de Santa Maria de Jetibá. Em 1826, a Colônia de Santa Maria de Jetibá recebia 160 suíços, que se instalaram no local hoje, denominado Suíça, no ano seguinte chegam imigrantes alemães e luxemburgueses.

Na década de 1880, muitos imigrantes estabelecidos em Santa Leopoldina, a maioria pomeranos, dirigiram-se para a região de Santa Maria de Jetibá, em 6 de maio de 1988, pela Lei nº 4.067 desmembrava-se Santa Maria de Jetibá do município de Santa Leopoldina. A instalação do município ocorreu em 02 de janeiro de 1989.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

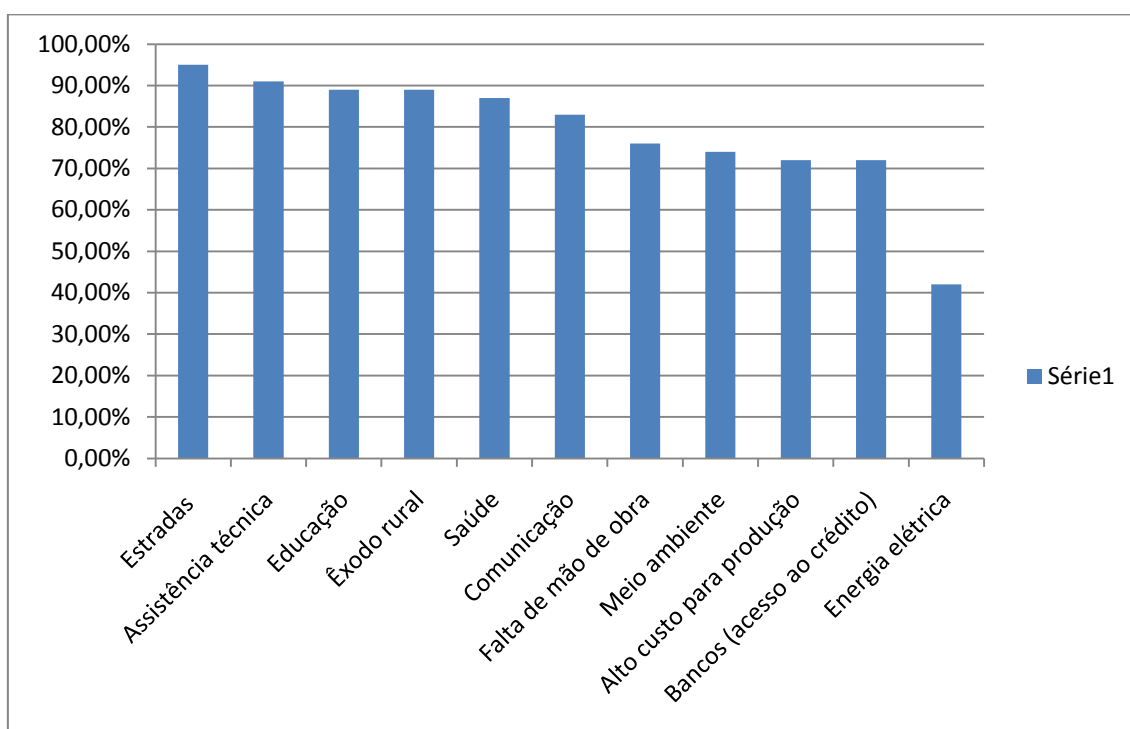


Gráfico 18 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Santa Maria de Jetibá.

Tabela 54 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Santa Maria de Jetibá.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Estradas	A manutenção é feita de forma errada.	Treinar os operadores de máquinas da prefeitura. Construir caixas secas para melhorar a conservação das estradas e evitar o assoreamento de rios e lagos.	Para o treinamento dos operadores a prefeitura deve oferecer cursos, a construção de caixas secas deve ser uma ação das prefeituras com apoio do INCAPER e uma cobrança por parte do STR, associações e cooperativas.	Falta de uma articulação entre prefeitura, INCAPER e STR para executar as ações. Existe uma grande demanda na manutenção das estradas do município mas com um número insuficiente de equipamentos.
*Assistência técnica	Falta de técnicos no município para dar assistência em função da grande quantidade de propriedades.	Contratação de mais técnicos do INCAPER e das prefeituras.	SEAG, INCAPER e Prefeitura com apoio do STR, associações e cooperativas.	Ampliar a quantidade de investimentos na agricultura por parte do Governo do Estado, falta da oferta de concurso público tanto do estado como da prefeitura.
*Educação	Falta de escolas no interior com um ensino voltado para as práticas agrícolas.	Construção de EFA'S em várias regiões do município.	Ministério da Educação, SEDU com apoio da SEAG, Prefeituras, STR, associações e cooperativas.	Realizar uma reformulação na educação do país com um tratamento diferenciado para o interior dos municípios.

*Êxodo Rural	¹ Há pouca valorização do homem do campo. ² Falta investimento na educação e melhorias nas escolas do interior.	¹ Melhorar a assistência técnica ao produtor e maior participação do poder público na vida do agricultor. ² Construção de EFA'S e melhorar a infraestrutura das escolas para melhor atender os alunos.	¹ SEAG, INCAPER, Prefeitura com apoio do STR. ² Ministério da Educação, SEDU com apoio da SEAG, Prefeituras, STR, associações e cooperativas.	^{1 2} Atuar na melhoria das políticas públicas e fazer com que elas cheguem até ao homem do campo.
*Saúde	¹ Falta um hospital no município que seja bem equipado e tenha disponibilidade de médicos em várias especialidades. ² Falta ambulâncias para atender o interior.	^{1 2} Construção de um hospital municipal, aumentar o numero de postos de saúde no interior, disponibilizar nas comunidades uma ambulância para dar agilidade no atendimento.	^{1 2} Secretaria de Saúde do Estado com apoio da Prefeitura, STR, associações e cooperativas.	^{1 2} A quantidade de recursos para investir em saúde pública vem aumentando mas ainda não atende toda a demanda do município.
*Comunicação	¹ Falta de sinal de telefone celular no interior. ² Não há disponibilidade de internet no interior.	^{1 2} Instalação de torres de celular e internet para aumentar a oferta de sinal desses meios de comunicação.	^{1 2} As operadoras, com investimentos do governo do ES, Prefeitura e apoio do STR, INCAPER, associações e cooperativas.	^{1 2} Atender e ampliar as demandas existentes por parte das operadoras, além disso o poder público aumentar o orçamento para investir nessa área.
*Falta de mão de obra	Não há disponibilidade de mão de obra nas colheitas de diversas culturas.	Organizar a situação do trabalhador em função das leis trabalhistas. Muitos trabalhadores	STR com apoio das associações e cooperativas.	Existe a necessidade de estruturar o STR com incremento de funcionários e equipamentos para melhor atender as demandas.

		estão irregulares.		
*Meio ambiente	¹ Existe pouca fiscalização dos órgãos ambientais. ² Falta orientação sobre as leis ambientais. ³ Existe no município muitos plantios irregulares de Eucalipto.	¹ Aumento da fiscalização sem a necessidade da denuncia por parte do agricultor. ² Realizar palestras e reuniões com os agricultores sobre as leis existentes. ³ Orientar sobre a forma correta do plantio do eucalipto evitando a diminuição do fluxo de água das nascentes.	¹ IDAF, Polícia ambiental. ² IDAF, IEMA, SENAR e INCAPER. ³ INCAPER e IDAF.	^{1 2 3} A realização de concurso público para contratação de técnicos e o aumento de investimentos públicos para melhoria da estrutura operacional.
*Alto custo para produção	Alto valor dos insumos.	¹ Realizar compra dos insumos em conjunto ou através de associações e cooperativas ² Diminuir os impostos sobre os insumos agrícolas. ³ Investir em novas alternativas para produção de alimentos sem uso de produtos químicos (utilizar o sistema orgânico de produção).	¹ Associações e cooperativas com apoio do STR. ² Indústria de insumos agrícolas, MDA e Ministério da Agricultura. ³ MDA, INCAPER, Instituto Chão Vivo.	¹ Realizar a mobilização dos agricultores e incentivar a formação de associações e cooperativas. ² Falta de apoio do poder público, deputados e senadores ³ Aumentar o apoio do poder público para fortalecimento do movimento orgânico e fazer com que o produtor adote a prática da agricultura orgânica.
*Bancos (acesso ao crédito)	Burocracia no acesso ao crédito (PRONAF).	Diminuir o número de exigências feitas pelos bancos para que o agricultor tenha acesso ao	Bancos, MDA, FETAES e STR.	Diminuição da inadimplência por parte do agricultor.

		crédito.		
*Energia elétrica	Cobrança indevida dos valores da energia elétrica.	NÃO HOUVE PROPOSTA	Operadoras	NÃO SE MANIFESTOU

11. VARGEM ALTA

BREVE HISTÓRICO:

Na segunda metade do século XIX, o príncipe regente D. Pedro II doa terras virgens onde é hoje o Distrito de Jaciguá, o distrito de Vargem Alta foi criado em 26 de dezembro de 1922. É o território abrangido por esses dois distritos que, em 06 de maio de 1988, pela Lei nº 4.063, é desmembrado de Cahoeiro de Itapemirim para dar origem ao município de Vargem Alta, a instalação do município ocorreu em 1º de janeiro de 1989.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

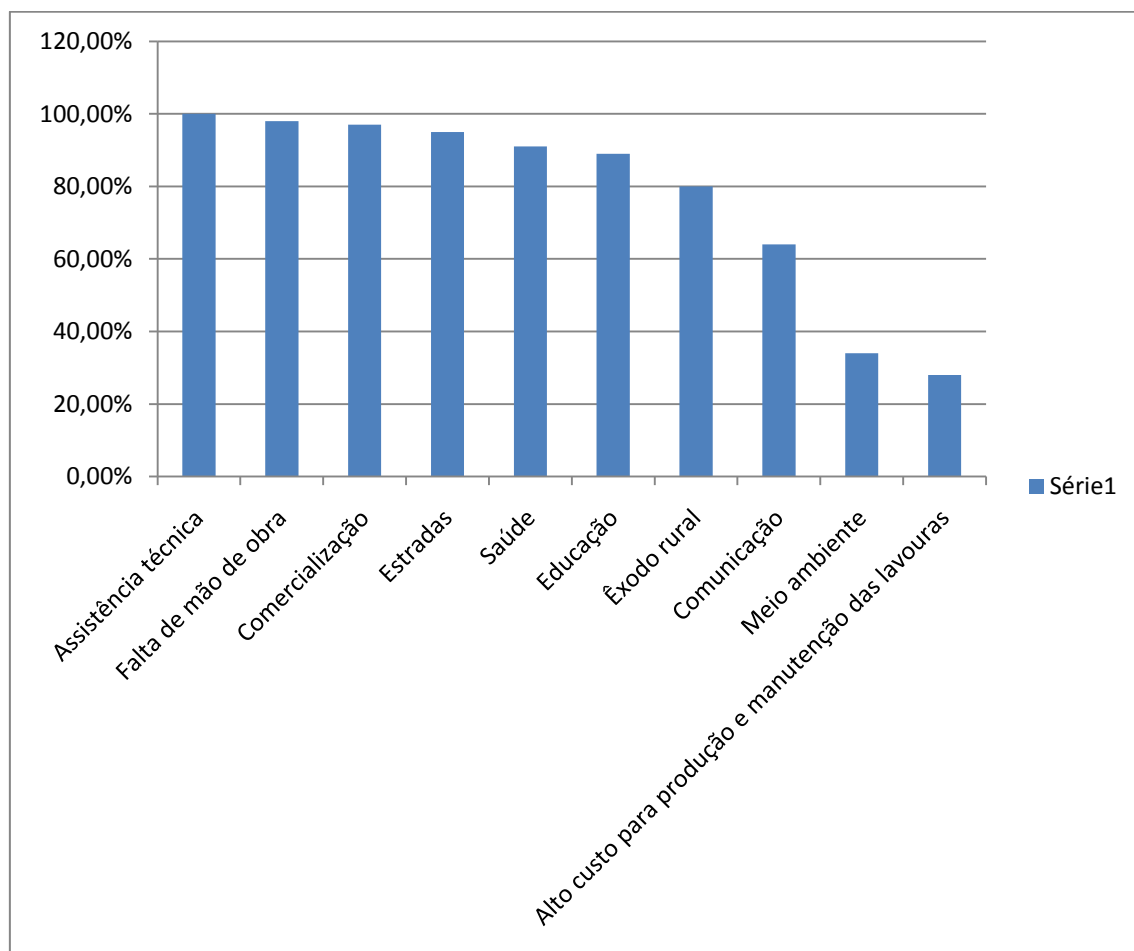


Gráfico 19 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Vargem Alta.

Tabela 55 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Vargem Alta.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Assistência técnica	Falta de técnicos para atender o produtor no campo.	Contratação de técnicos para o INCAPER, Prefeitura e STR.	SEAG, INCAPER, STR com apoio das associações e cooperativas.	Ampliar os investimentos na agricultura para realização de concurso público, melhorar a articulação entre INCAPER e poder público municipal.
*Falta de mão de obra	Falta mão de obra para realizar tratamentos culturais nas lavouras e principalmente mão de obra na colheita de Café e outras culturas.	Incentivar os filhos dos agricultores a permanecer no campo pois a idade média do agricultor tem aumentado dificultando a realização de atividades de rotina.	STR, SEAG, SENAR, Prefeitura e INCAPER.	Mobilizar o poder público no município para ações em conjunto que possam dar maior assistência ao produtor e gerar incentivos para sua permanência no campo, fazer com que as políticas públicas sejam mais atuantes.

*Comercialização	¹ A venda direta para o atravessador faz com que o produtor tenha um baixo lucro da sua lavoura.	¹ Criar e fortalecer as associações e cooperativas para atender o agricultor familiar.	¹ INCAPER, STR, Prefeitura com apoio dos agricultores.	¹ Aumentar o quadro de técnicos para dar suporte ao produtor e discutir ações com o poder público, existe uma grande dificuldade em manter uma boa articulação política no município em que o poder público possa atuar de forma integrada.
	² Existe uma grande dificuldade para escoamento da produção.	² Melhorar as condições das estradas e ampliar a oferta de crédito para que o agricultor faça aquisição de novos veículos, para otimizar o escoamento da produção.	² SEAG, Prefeitura para atuar na melhoria das estradas e a FETAES, STR e Bancos para atuar na maior oferta de linhas de crédito para aquisição de veículos para facilitar o escoamento da produção.	² ³ Ampliar os investimentos para infraestrutura e realizar a manutenção das estradas em função das chuvas que dificultam os trabalhos e aumentam a demanda constantemente para este tipo de serviço. Com relação as linhas de crédito, um grande desafio seria os incentivos do governo para redução de juros e criação de programas específicos p/ área.
	³ Não há um ponto de distribuição dos produtos provenientes da agricultura familiar.	³ Construção de um centro de distribuição de produtos "Ceasa", para diminuir os impactos com a venda direta ao atravessador.	³ SEAG, INCAPER, STR com apoio das associações e cooperativas.	

*Estradas	¹ Falta de manutenção de rotina nas estradas. ² Falta controle do uso de máquinas por parte das Prefeituras, especialmente as máquinas do PRONAF.	¹ Realizar a manutenção periódica das estradas com a capacitação dos operadores que realizam o serviço de forma errada, assoreando rios e lagos. ² Deixar uma pessoa responsável pela fiscalização dessas máquinas ou deixá-las de posse das associações e cooperativas para que o produtor possa fiscalizar a utilização delas.	¹ Prefeituras com apoio do INCAPER e STR. ² Prefeitura, com apoio das associações e cooperativas.	¹ Ampliar o quadro de operadores de máquinas da Prefeitura, assim como a aquisição de novas máquinas. No município existe uma grande demanda para atendimento das máquinas em outras áreas. ² Diminuir as divergências políticas para evitar a disputa pela a utilização destes equipamentos e favorecer o agricultor na medida do possível.
-------------------------	---	--	---	--

*Saúde	¹ Falta de médicos em diversas especialidades para atender todo o município. ² Falta de um hospital que atenda casos graves na sede do município, evitando deslocamentos até as grandes cidades. ³ Falta de agentes de saúde que realizam visitas no interior.	¹ Contratação de médicos em diversas especialidades para atender o hospital do município e um médico de plantão para atender os postos de saúde no interior. ² Construção de um hospital bem estruturado na sede do município e a ampliação de postos de saúde no interior. ³ Contratação dos agentes de saúde para dar maior assistência as famílias e orientar sobre os cuidados básicos c/ saúde.	^{1 2 3} Secretaria de Saúde do ES, Deputados Estaduais, Prefeitura com apoio dos Vereadores, além disso uma maior participação do STR, associações e cooperativas.	^{1 2 3} Ampliar os recursos do estado para investir em saúde, existe uma grande demanda nas cidades que dificilmente é atendida e prejudica o atendimento para o homem que vive no campo, com maiores investimentos certamente seria possível atender as zonas rurais do ES.
*Educação	¹ Falta de professores qualificados nas escolas do interior. ² Falta de uma educação voltada para o jovem do campo.	¹ Realizar concurso público para contratação de professores com salários justos e qualificação adequada. ² Construção de EFA para trabalhar na formação do jovem do campo, com um ensino que possa dar incentivo a sua	¹ SEDU, com apoio dos Deputados Estaduais, Prefeituras, STR e a população. ² Ministério da Educação, SEDU, FETAES, STR, Prefeituras, com apoio das associações e cooperativas.	^{1 2} Revisão dos investimentos públicos na educação do País e do ES, existe uma carência por profissionais qualificados para preenchimento dos quadros de professor, além disso deve ser revisto a valorização do professor para motivá-lo a atuar nas escolas com

		permanência no campo.		salários compatíveis e jornada de trabalho regular.
*Êxodo rural	¹ O jovem está abandonando o campo para buscar outras atividades na cidade. ² Não há alternativas de renda para as famílias terem motivação de ficar no meio rural	¹ Construir EFA, com uma mudança na forma de ensino do interior, mostrando para o jovem que o campo ainda é a melhor alternativa para sua vida. ² Incentivo para a Agroindústria e fortalecimento de atividades como o Agroturismo como forma de complementar a renda das famílias.	¹ Ministério da Educação, SEDU, FETAES, STR, Prefeituras, com apoio das associações e cooperativas. ² SENAR, SEBRAE, SEAG, INCAPER, STR com apoio da Prefeitura, associações e cooperativas.	¹ Aumentar o apoio do poder público para elaboração de uma proposta que atenda o homem do campo, realizar um incremento dos investimento em educação no país. ² Realizar o levantamento das demandas e construir uma articulação no município onde o poder público possa atuar com apoio nas ações que possam contribuir para o incentivo à agroindústria e agroturismo.
*Comunicação	Falta de sinal de telefone e internet.	Instalar torres em regiões onde o sinal é fraco ou inexistente.	Operadoras com apoio do poder público municipal, STR e maior cobrança das associações e cooperativas para levantar as demandas.	Realizar projetos para atender o município, aumento dos investimentos em telefonia rural.

*Meio ambiente	¹ As leis ambientais dificultam as atividades no campo.	¹ Rever o código florestal de modo que ele não prejudique a agricultura familiar.	¹ Ministério do Meio Ambiente, Senadores e Deputados, com apoio dos órgãos de fiscalização ambiental e defesa florestal, INCAPER, STR, associações e cooperativas.	¹ Receber apoio político das bases aliadas e da oposição, construir uma reforma na legislação que atenda a agricultura sem prejudicar as atividades agrícolas e principalmente manter a conservação dos recursos naturais.
	² A fiscalização deveria ser feita de forma que o agricultor fosse orientado sobre as leis existentes e não somente punir o agricultor, sendo que ele tem desconhecimento das leis ambientais.	² Promover dias de campo, reuniões e palestras com os agricultores para informar sobre o correto manejo nas propriedades e como o agricultor pode executar suas atividades sem causar impacto no meio ambiente.	² IDAF, IEMA, SENAR, INCAPER, STR com apoio das associações e cooperativas.	² Mobilizar os agricultores para participar de cursos, reuniões e todas as fontes de informação, pertinentes a legislação ambiental e procedimentos adequados no manejo das áreas utilizadas nas práticas agrícolas. Além disso existe o desafio de contratar profissionais para atuação nas entidades ligadas ao meio ambiente, existem pouco profissionais disponíveis.

*Alto custo para produção e manutenção das lavouras.	Alto valor dos insumos.	¹ Realizar a compra dos insumos em conjunto para redução dos custos. ² Criar associações e cooperativas.	¹ Associações, cooperativas e o STR. ² STR, INCAPER e a Prefeitura com apoio dos agricultores.	¹ Incentivar o agricultor que está desmotivado com a atual situação que vive, pela falta de apoio do poder público. ² Mobilizar os agricultores e buscar apoio do poder público para realizar a criação de associações e cooperativas.
--	--------------------------------	--	--	--

12. VENDA NOVA DO IMIGRANTE

BREVE HISTÓRICO:

Abandonadas com o fim da escravidão, grandes fazendas da região, foram pulverizadas em pequenas glebas e vendidas, a partir do final do século XIX e início do século XX a algumas dezenas de famílias, o município foi criado pela Lei nº 4.069, de 06 de maio de 1988, desmembrando do município de Conceição de Castelo e instalado em 1º de janeiro de 1989.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

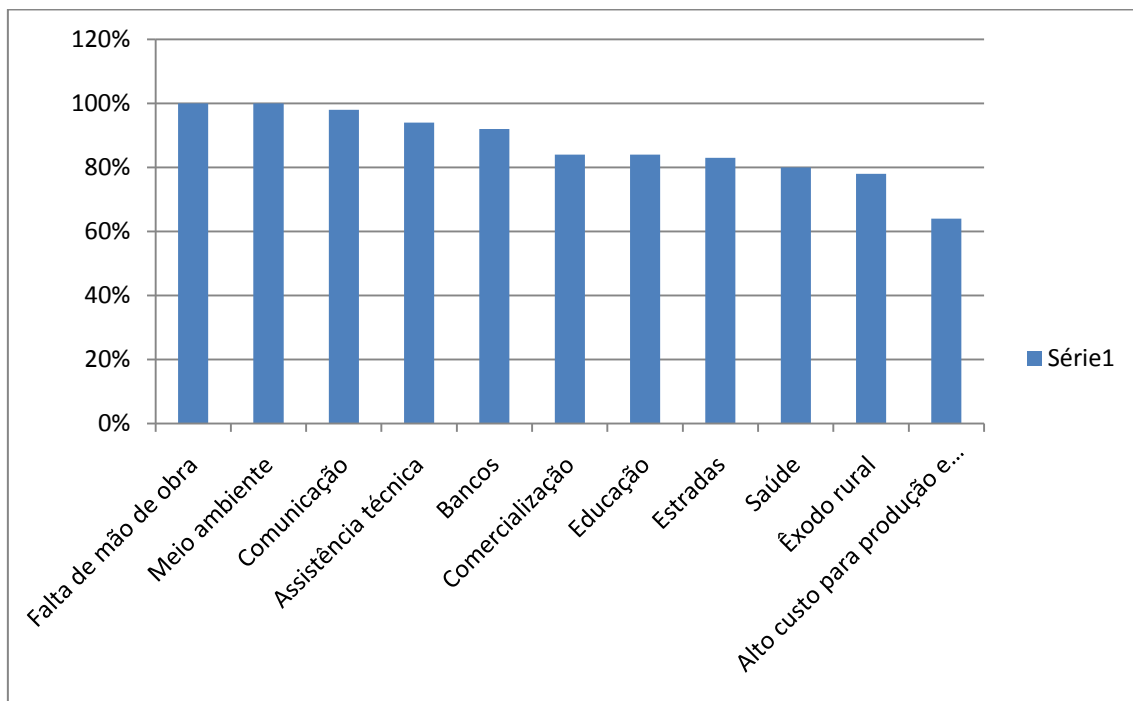


Gráfico 20 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Venda Nova do Imigrante.

Tabela 56 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Venda Nova do Imigrante.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
-----------	---------------	-----------	-------------	------------------------

*Falta de mão de obra	¹ Falta mão de obra para trabalhar na lavoura, principalmente em períodos de colheita de café. ² Os filhos do agricultores estão indo para a cidade por falta de condições de sua permanência no campo.	¹ Incentivar a permanência dos jovens, revendo as suas necessidades como; Educação, opções de lazer, etc. ² Investir na construção de EFA para atender todo o interior do município.	^{1 2} SEAG, SEDU, apoio dos Deputados e Vereadores do município para juntos montarem projetos que possam viabilizar estas ações em prol da educação e da melhoria da qualidade de vida do homem e jovens do campo.	^{1 2} Trabalhar em conjunto com as entidades e o poder público, deixando de lado as divergências políticas. Outro desafio é a organização dos produtores em associações e cooperativas.
*Meio ambiente	¹ O projeto de lei sobre as APP'S que preocupam os produtores. O agricultor não sabe como produzir seguindo esta lei. ² Falta uma fiscalização que oriente o produtor sobre as leis ambientais e o manejo correto dentro da sua propriedade sem prejudicar a produção e o meio ambiente.	¹ Rever as leis de acordo com as regiões, pois o produtor encontra dificuldades na prática de atividades agrícolas em função da limitação do espaço utilizado para preservação ambiental. ² Os órgãos ambientais deveriam mudar sua forma de trabalho e realizar visitas nas propriedades para um trabalho preventivo com os agricultores, para que após a conscientização, os órgão	^{1 2} Ministério do Meio Ambiente, IDAF, IEMA e Secretaria de Meio Ambiente do ES e do município, com apoio do STR, associações e cooperativas.	¹ Montar propostas de leis que atendam a maioria, tanto por parte do agricultores como dos ambientalistas. É um grande desafio chegar em consenso sobre essa questão. ² Ampliar o quadro funcional para atender as demandas e efetivar parcerias para executar ações de prevenção e conscientização junto aos agricultores. Em muitos casos o próprio poder público municipal realiza atividades no município que vão contra as leis

		ambientais pudessem realizar as punições conforme a lei, caso algum agricultor continue realizando crimes ambientais.		ambientais, ex: A manutenção das estradas feita de forma irregular gerando assoreamento dos rios.
*Comunicação	¹ Falta sinal de celular e internet no campo. ² O agricultor não pode acompanhar as notícias locais do seu estado.	^{1 2} Instalação de torres de celular, internet e repetidoras de tv.	^{1 2} Operadoras, com apoio do STR, associações e cooperativas.	^{1 2} Realizar o levantamento das demandas, em função do difícil acesso em algumas regiões e a organização dos produtores para solicitar o serviço.
*Assistência técnica	Falta de técnicos para dar assistência de forma suficiente no município.	Contratar mais técnicos tanto do INCAPER como das Prefeituras.	SEAG, Prefeituras, com apoio do STR, INCAPER e Vereadores.	Valorização do INCAPER como entidade de ATER, ampliar o quadro de técnicos da prefeitura através da realização de concurso público.

*Bancos	¹ O atendimento dos bancos não é adequado. ² Existe uma grande burocracia para que o agricultor tenha acesso as linhas do PRONAF.	¹ Disponibilizar nos bancos um profissional que realize atendimento exclusivo ao agricultor. ² Rever as exigências feitas pelos bancos com relação o acesso ao crédito, diminuir a burocracia e mudar as garantias exigidas pelos bancos.	¹ Bancos e STR. ² MDA, Bancos, FETAES e SRT com apoio dos Deputados, Senadores, poder público municipal e a sociedade organizada.	¹ Contratar profissionais qualificados. ² Montagem de propostas por parte da representação dos agricultores (STR, associações e cooperativas) e que estas cheguem até o poder público para que com uma articulação bem feita, possa ser criado novos mecanismos para facilitar o acesso ao crédito por parte do agricultor.
*Comercialização	¹ Existe uma desvalorização dos produtos agrícolas. ² Baixo preço pago pelos atravessadores.	^{1 2} Incentivar o associativismo e cooperativismo, trabalhar com agregação de valor dos produtos e incentivar a agroindústria.	^{1 2} INCAPER, STR, SENAR, associações e cooperativas.	^{1 2} Contratação de profissionais para possibilitar uma atuação mais próxima com o agricultor, melhorar a articulação entre Sindicatos, INCAPER, SENAR e todas as entidades que fazem parte da vida do agricultor.

*Educação	Falta de uma educação voltada para o campo nas escolas do interior.	Instalar uma unidade do IFES no interior com o sistema de alternância para que o aluno possa por em prática o aprendizado teórico, além disso criar uma disciplina nas escolas municipais localizadas na sede do município, que mostre a importância da atividade agrícola para a sociedade.	Ministério da Educação, Senadores e Deputados, SEDU, Secretaria de Educação do município, com apoio do STR, INCAPER e Vereadores.	Criação e aprovação de projetos para reformular a educação no país, melhorar a organização das ações para fortalecimento da educação e ampliar o valor dos recursos repassados para estados e municípios. Vale ressaltar que outro grande desafio por estas entidades é a realização de concurso público para ampliar o quadro de professores para atendimento das demandas nas escolas.
*Estradas	¹ Falta de uma manutenção periódica nas estradas. ² A manutenção das estradas é feita de forma incorreta, gerando assoreamento de rios e lagos nos períodos de chuva.	^{1 2} Treinar os operadores das máquinas da prefeitura e realizar a aquisição de novas máquinas. Realizar a construção de caixas secas nas estradas do município, para manter as estradas em boas condições por mais tempo e evitar o problema do assoreamento de rios e lagos.	^{1 2} SEAG e Prefeitura para viabilizar a aquisição de máquinas para manutenção das estradas. INCAPER e prefeitura com apoio das associações e cooperativas para atuar na construção de caixas secas e realizar o treinamento dos operadores de máquina.	^{1 2} Aumentar os repasses de investimentos para agricultura e a busca de apoio com governo federal na aquisição de equipamentos, ampliar o quadro de técnicos da prefeitura para realizar um acompanhamento das atividades nas estradas do município.

*Saúde	¹ Falta de agentes de saúde no município.	¹ Realizar a contratação de agentes de saúde para acompanhar as famílias no interior.		^{1 2} Captar recursos para investimento em saúde pública na mesma proporção das demandas existentes, realizar concurso público para preenchimento das vagas para médicos que possam atuar nos postos de saúde.
	² Falta de médicos com especialidades para atendimento nos postos de saúde localizados no interior além da construção de mais postos.	² Contratação de médicos em diversas especialidades para atendimento nos postos de saúde pelo menos 1 vez na semana.	^{1 2} Secretaria de Saúde do Estado com apoio das Prefeituras, Deputados Estaduais e Vereadores.	
	³ Falta de tratamento de esgoto no meio rural.	³ Criar sistemas alternativos para o tratamento de esgoto nas zonas rurais, considerando a dificuldade em montar uma infraestrutura completa para este fim.	³ Prefeitura com apoio da CESAN, INCAPER e STR.	³ Criar projetos que sejam sustentáveis e atendam a realidade do município.

*Êxodo rural	Os jovens estão abandonando o campo e a idade média de quem vive no campo só tem aumentado nos últimos anos.	¹ Fortalecer o agroturismo e a agroindústria na região. ² Investir na educação dos jovens com a construção de EFA para incentivar a permanência do jovem no campo.	¹ SEAG, Secretaria de Turismo do município com apoio do SENAR, INCAPER, SEBRAE, STR, associações e cooperativas. ² Ministério da Educação, SEDU, Prefeitura, com apoio do STR, associações e cooperativas.	¹ Disponibilizar profissionais para atender o município na área do agroturismo e dar maior suporte ao agricultor com o incentivo para a criação de agroindústria, há também uma grande demanda nessa área e o município possui poucos profissionais. ² Levantar as demandas em todo o país para montar projetos e promover um maior debate com a sociedade para investir neste modelo de ensino, além de estruturar as secretarias estaduais e municipais de educação.
----------------------------	---	--	--	--

*Alto custo para produção e manutenção das lavouras.	O valor dos insumos é alto, dificultando a manutenção das lavouras.	¹ Diminuição dos impostos sobre os insumos agrícolas. ² Formação de associações e cooperativas para realização de compras em conjunto, favorecendo a redução do valor pago sobre os insumos.	¹ Ministério da Agricultura, MDA, SEAG, Senadores e Deputados com apoio da FETAES e STR. ² SENAR, FETAES e STR.	¹ Rever a carga tributária no país para diminuir o impacto na produção. ² Conscientizar os agricultores sobre a importância de se organizar em associações e cooperativas para facilitar não somente a aquisição dos insumos, mas também a comercialização dos produtos agrícolas.
--	--	--	---	--

13. VIANA

BREVE HISTÓRICO:

Em 15 de fevereiro de 1813, algumas famílias de açorianos eram estabelecidos em sesmarias, pelo governo na região vizinha de Vitória, denominada Sertão de Santo Agostinho.

Nas terras do Capelão, formou-se um núcleo populacional que recebeu o nome de Viana, em homenagem ao presidente Paulo Fernandes de Viana, organizador do povoamento da região.

O município foi criado em 23 de julho de 1862 pela Lei nº 10, desmembrando de Vitória e instalado em 08 de dezembro do mesmo ano. Sua criação foi ratificada pelo Decreto nº 53, de 11 de novembro de 1890.

ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES E OS DESAFIOS DAS ENTIDADES DE APOIO:

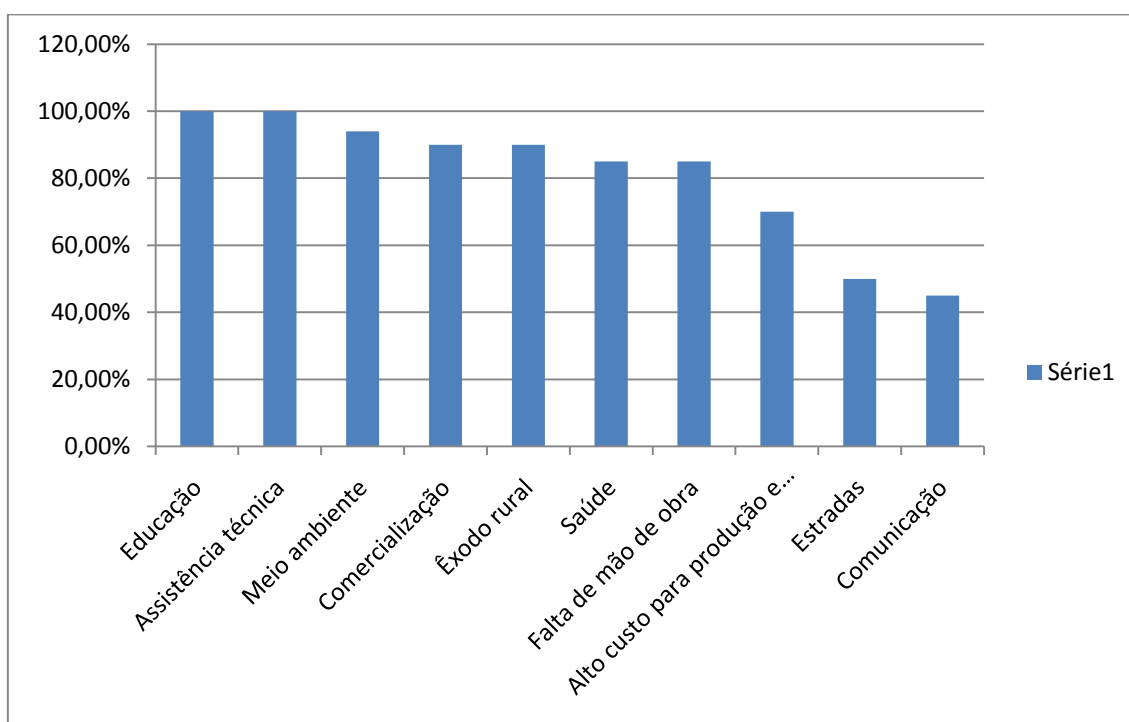


Gráfico 21 - Principais problemas e desafios enfrentados pelos agricultores no município de Viana.

Tabela 57 - Análise dos desafios enfrentados pelas entidades representativas dos agricultores de Viana.

PROBLEMAS	CENÁRIO ATUAL	PROPOSTAS	RESPONSÁVEL	DESAFIOS DAS ENTIDADES
*Educação	¹ Falta de escolas no interior. ² Falta de professores nas escolas municipais e estaduais.	¹ Construir uma escola agrícola no município. ² Realizar concurso público para preenchimento das vagas.	^{1 2} Ministério da Educação, SEDU, Secretaria de Educação do município, com apoio do STR e SEAG.	^{1 2} Aumentar o repasse de recursos do Governo Federal para o estado e município, para investir na valorização dos professores e construção de novas escolas. Existe um outro desafio que é a mudança no sistema de ensino do país, no interior há uma carência por escolas agrícolas, mas para isso acontecer deve ocorrer um debate amplo na sociedade e uma maior cobrança por parte das entidades ligadas ao agricultor.
*Assistência técnica	Falta de técnicos no município para atender os agricultores.	Contratar técnicos do INCAPER e Prefeituras através da realização de concurso público.	SEAG, Prefeitura com apoio dos Deputados, Vereadores e STR.	Ampliar recursos do orçamento do estado para a agricultura e realizar maior repasse para os municípios.
*Meio ambiente	Os órgãos de fiscalização ambiental não orientam o produtor e sua atuação é somente na aplicação de multas.	Promover reuniões, palestras e visitas aos agricultores para orientar sobre as leis ambientais.	IDAF, IEMA, Polícia ambiental, Secretaria de Meio Ambiente do município.	Realizar concurso público para ampliar o quadro funcional e melhorar a estrutura de trabalho das entidades como IDAF e IEMA.

*Comercialização	A presença do atravessador dificulta a comercialização dos produtos por um preço justo.	Criar novos canais de comercialização, ampliar a oferta para o PAA e PNAE.	SEAG, INCAPER e Prefeituras com apoio do STR, associações e cooperativas.	Realizar concurso público para ampliar o quadro funcional do INCAPER para dar maior suporte ao agricultor na comercialização dos produtos, melhorar a parceria entre estado e município para fortalecimento do PAA e PNAE.
*Êxodo rural	Os jovens estão saindo do campo para buscar outras oportunidades na cidade.	Dar mais apoio ao agricultor oferecendo a estrutura mínima para que ele possa viver no campo, incluindo escolas com um ensino voltado para as atividades agrícolas, saúde, incentivo ao agroturismo e agroindústria, etc.	FETAES, STR, Governo do Estado e Governo Municipal.	O município está localizado muito próximo da região metropolitana do ES, isso favorece a saída dos jovens do campo e o enfraquecimento da agricultura no município, o principal desafio enfrentado no município é a articulação de uma grande mobilização para fortalecer a agricultura na região, envolvendo poder público estadual, municipal e a iniciativa privada.

*Saúde	¹ Falta de médicos para atendimento em postos de saúde e no hospital da sede do município. ² Falta de agentes de saúde e melhor estrutura nos postos de saúde no interior do município.	¹ Contratação de médicos em diversas especialidades para atender o hospital do município e pelo menos um clínico geral para atuar nos postos de saúde do interior. ² Contratar agentes de saúde para acompanhar as famílias no interior e melhorar a estrutura dos postos de saúde nas zonas rurais.	^{1 2} Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado e do Município.	^{1 2} Diminuir o aumento da demanda para assistência médica em postos de saúde e hospitais, principalmente pela falta de orientação da população sobre cuidados básicos com a saúde e higiene. Outro desafio é o aumento dos investimentos na saúde pública do país, para repasse aos estados e municípios.
*Falta de mão de obra	O êxodo rural vem aumentando nos últimos anos e a idade média do agricultor também aumenta.	Investir na construção de escola agrícola no município para incentivar a permanência dos jovens no campo.	SEDU, SEAG, Prefeitura com apoio dos Deputados, Vereadores e STR.	Aumentar os investimentos em educação no estado e melhorar a articulação entre poder municipal e estadual.
*Alto custo para produção e manutenção das lavouras	O alto valor dos insumos.	Incentivar a formação de associações e cooperativas para facilitar a aquisição de insumos e comercialização dos produtos do campo.	SEAG, Secretaria de Agricultura do município com apoio do SENAR e STR.	O grande desafio é a mobilização dos agricultores e mostrar a importância de se organizar em associações e cooperativas, além disso a falta de estrutura das entidades ligadas a ATER, dificultam este processo.

*Estradas	Falta de manutenção de rotina nas estradas.	Realizar aquisição de máquinas para manutenção das estradas e construir caixas secas para aumentar a durabilidade das estradas.	Prefeitura com apoio da SEAG na aquisição de máquinas.	Organizar o atendimento das demandas no município com relação a utilização das máquinas.
*Comunicação	Falta o acesso de internet no interior e a melhoria do sinal de celular em algumas regiões do município.	Instalar torres para ampliar o sinal de celular e instalar sistemas para acesso a internet.	Operadoras com apoio do Governo do Estado e STR.	Realizar o levantamento das demandas por parte das operadoras.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MONTANHAS E ÁGUAS DO ES.

Os Territórios Rurais, criados a partir de 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), pertencente ao MDA, tem como objetivo congrega um conjunto de municípios, que possuem perfil econômico e ambiental parecidos, buscando, assim, criar uma identidade regional, também alicerçada em aspectos sociais e culturais.

A participação de organizações públicas e da sociedade civil, bem como as instâncias territoriais existentes (Colegiado de Desenvolvimento Territorial, Núcleo Gestor, Grupo Técnico e Secretaria Executiva) possibilita grande representatividade da agricultura familiar e diversas visões sobre o Território como um todo.

O presente Diagnóstico procurou apresentar, de maneira detalhada e abrangente, as características do Território Montanhas e Águas do Espírito Santo, seus potenciais, importância para o Estado e País, oportunidades, desafios e dramas existentes.

A grande disponibilidade de recursos hídricos, presença de Mata Atlântica acima da média, belezas cênicas que são de grande atrativo turístico, o agroecoturismo, a altíssima produção agropecuária com diversidade de cultivos e criações, boa distribuição de terras, predominância da agricultura familiar e sua vasta riqueza social/cultural, tudo isso reunido em um único Território, constituído por 13 municípios, mostra toda sua relevância.

Contudo, ainda existem problemas que há anos são debatidos pela sociedade e não foram resolvidos em sua totalidade. Nas áreas urbanas, em muitos casos, o esgoto não é destinado adequadamente, gerando impactos ambientais. No meio rural, existem locais que, mesmo tendo considerável número de famílias, relevante produção vegetal e animal, vocação para o agroturismo, dentre outras virtudes, sofrem com a acessibilidade, chegando a ficar isolados em determinadas épocas do ano, gerando prejuízos aos agricultores e questionamentos por parte de seus sucessores quanto à permanência no campo, pois a contribuição que é dada ao crescimento do município/estado/país não retorna ao local onde moram como deveria ser.

Esperamos que este Diagnóstico sirva como base, além da reestruturação/atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável vigente e de um orientador quanto à construção de projetos para captação de recursos, via Colegiado Territorial ou por outras fontes, seja debatido nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, planejamentos diversos, inclusive em níveis estadual/federal, bem como ser intensamente utilizado como instrumento para a elaboração de pautas, programas e suas respectivas execuções, esperamos ainda que a infra-estrutura e recursos humanos das organizações envolvidas com a agricultura familiar sejam ampliadas e capacitadas, a fim de atendê-la a contento e dentro de suas realidades, levando os programas, projetos e ações que estão disponíveis em todas as esferas governamentais e não-governamentais, que contribua para a ampliação das articulações e uniões intermunicipais/ interinstitucionais, gerando maior peso político quanto ao atendimento das demandas levantadas, considerando que parte destas repetiram-se em todas as oficinas realizadas com os agricultores familiares.

Por fim, nos casos necessários, que as organizações e respectivos representantes que compõem as instâncias territoriais se sensibilizem e dêem a devida atenção e relevância a instituição Território Montanhas e Águas do Espírito Santo.

Philippe Souza Müller e Victor Dos Santos Rossi

Consultores da Orgânica Consultoria LTDA

Coordenadores da execução do Diagnóstico do Território Montanhas e Águas